



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

RELATÓRIO FINAL DO INQUÉRITO AOS AGREGADOS FAMILIARES SOBRE ORÇAMENTO FAMILIAR, 2002/3



RELATÓRIO FINAL DO INQUÉRITO AOS AGREGADOS FAMILIARES SOBRE ORÇAMENTO FAMILIAR, 2002/03

© 2004 Instituto Nacional de Estatística

PRESIDÊNCIA

Joã Dias Loureiro
Presidente

Manuel da Costa Gaspar
Vice-Presidente

Valeriano da Conceição Levene
Vice-Presidente

FICHA TÉCNICA

Título:

Relatório Final do Inquérito aos Agregados Familiar Sobre Orçamento Familiar , 2002-03.

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais 9º Andar Flat 93
Av. Ahmed Sekou Touré, nº 2 1, Caixa Postal 493
Maputo
Telefones: + 258-1-49 2114
Fax: + 258-1-492114
E-Mail: info@ine.gov.mz
Homepage: www.ine.gov.mz

Autores:

Fátima Zacarias, Cassiano Soda Chipembe, Elísio Mazive, Erwin Triebkorn, Pedro Duce, Carlos Creva

Análise de Qualidade:

João Dias Loureiro, Manuel da Costa Gaspar, Cassiano Soda Chipembe, Firmino Guiliche, Monica Magaua

Direcção:

Fátima Zacarias

Crítica e Processamento de Dados:

Jim Otto, Elísio Mazive, Eugénio Matavel

Coordenação e Supervisão do Trabalho de Campo:

Arão Balate, Cristóvão Muhaio

Implementação da Amostra:

Carlos Creva, David Megill

Design e Grafismo:

António Guimarães

Capa:

Luís Rachid

Assistência Técnica e Financeira

Programa Escandinavo, US Bureau of the Census

Difusão

Instituto Nacional de Estatística
Departamento de Difusão da Direcção de Coordenação, Integração e Relações Externas do INE (DICRE)

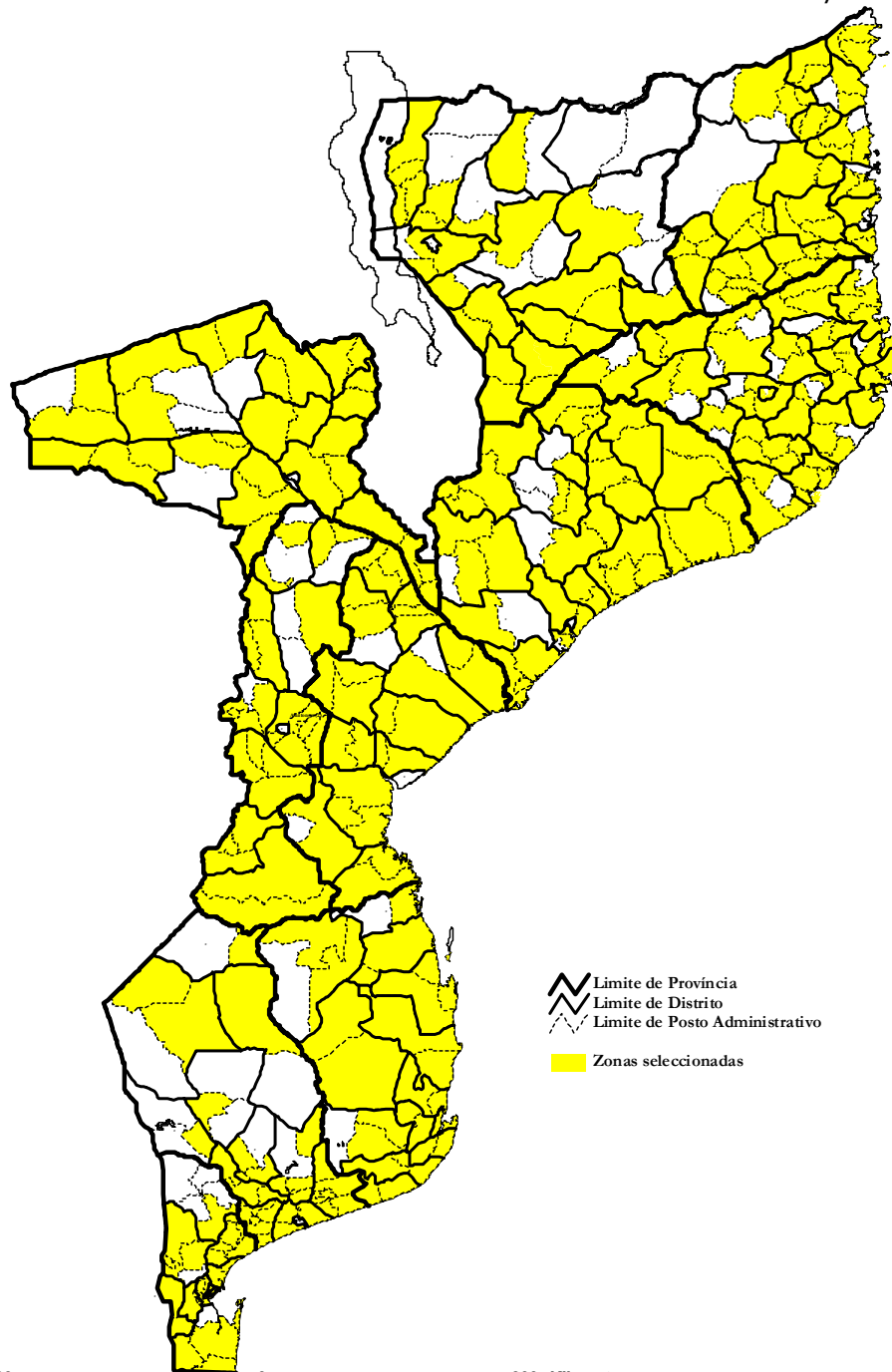
Tiragem: 1000 Exemplares

Impressão: Oficinas Gráficas do INE

METODOLOGIAS

As metodologias de produção desta publicação estão disponíveis, a pedido do interessado, no Instituto Nacional de Estatística - INE.

MAPA DAS ZONAS SELECCIONADAS PARA IAF 2002/03



ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	OBJECTIVOS DO INQUÉRITO.....	1
1.2	DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA AMOSTRA	1
1.3	ASPECTOS ORGANIZATIVOS	2
1.4	RECOLHA E PROCESSAMENTO DE DADOS	2
1.5	ERROS DE AMOSTRAGEM	3
1.6	COMPARABILIDADE COM OS RESULTADOS DO IAF 1996/7	4
2	COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS AGREGADOS FAMILIARES	6
2.1	INTRODUÇÃO.....	6
2.2	TAMANHO E COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES	6
2.3	COMPOSIÇÃO ETÁRIA DOS MEMBROS DOS AGREGADOS FAMILIARES	9
2.4	TAXAS DE CHEFATURA POR SEXO E IDADE DO CHEFE.....	11
2.5	RELAÇÕES DE PARENTESCO DOS MEMBROS DOS AGREGADOS FAMILIARES.....	13
3	CARACTERÍSTICAS DA FORÇA DE TRABALHO.....	17
3.1	INTRODUÇÃO.....	17
3.2	PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO.....	19
3.3	POSIÇÃO NO PROCESSO LABORAL	22
3.4	PRINCIPAIS ACTIVIDADES ECONÓMICAS	24
3.5	FORMAS DE REMUNERAÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL	27
4	NÍVEL E ESTRUTURA DAS DESPESAS.....	29
4.1	DESPESA POR AGREGADO FAMILIAR E PER CAPITA SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA	29
4.2	DESPESA MENSAL PER CAPITA POR AGREGADO FAMILIAR SEGUNDO GRUPOS DE DESPESAS.....	32
4.3	NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS SEGUNDO CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR	34
4.4	NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS POR SEXO DO CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR	35
4.5	NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS POR QUINTÍIS DE POPULAÇÃO	35
4.6	COMPARAÇÃO DO NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS DE 2002/3 COM O DE 1996/7	38
4.7	POSSE DE BENS DURÁVEIS	42
4.8	NÍVEL DE DESPESA E PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A SUA SITUAÇÃO ECONÓMICA	44
5	RECEITAS	47
5.1	RECEITA POR AGREGADO FAMILIAR E PER CAPITA SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA.....	47
5.2	RECEITA POR AGREGADO FAMILIAR SEGUNDO A FONTE	49
6	CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM AS DESPESAS.....	55
6.1	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PREDOMINANTE NA HABITAÇÃO	55
6.2	PRINCIPAL FONTE DE ÁGUA	59
6.3	FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO	61
6.4	SANEAMENTO.....	62
6.5	DISTÂNCIA PARA CHEGAR AOS SERVIÇOS BÁSICOS.....	63
7	EDUCAÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL	65
7.1	INTRODUÇÃO.....	65
7.2	TAXA DE ANALFABETISMO	65
7.3	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO	67
7.4	RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E NÍVEL DE DESPESAS	68
7.4.1	<i>Taxa de Analfabetismo e Nível de Despesas.....</i>	<i>68</i>
7.4.2	<i>Nível de Ensino Concluído e Nível de Despesas</i>	<i>69</i>
7.4.3	<i>Taxas de Escolarização e Nível de Despesas</i>	<i>70</i>
7.5	PROBLEMAS DOS ALUNOS NA ESCOLA	72
7.6	FREQUÊNCIA ESCOLAR DE CRIANÇAS DE 6 A 17 ANOS.....	73
8	SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	75
8.1	INTRODUÇÃO.....	75
8.2	ACESSO, UTILIZAÇÃO E SATISFAÇÃO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE.....	75
8.3	TIPO DE AGENTE CONSULTADO	77
8.4	PROBLEMAS TIDOS NAS CONSULTAS.....	79

1 INTRODUÇÃO

1.1 Objectivos do Inquérito

O Instituto Nacional de Estatística realizou, em todo o País, o Inquérito aos Agregados Familiares (IAF 2002-03) sobre orçamento familiar. Este inquérito iniciou em Julho de 2002 e terminou em Junho de 2003.

O IAF 2002-03 é uma pesquisa por amostragem junto aos agregados familiares que pretende medir o nível e a estrutura das receitas e despesas e outras características sócio-económicas e demográficas, com a finalidade de obter vários indicadores das condições de vida da população. Para atingir este objectivo, o inquérito recolheu dados sobre características demográficas, educação, saúde, emprego, habitações, indicadores de pobreza e vitimização.

Os resultados do IAF 2002-03 servirão de suporte para a formulação de políticas e programas sectoriais do Governo, como também fornecerão informação indispensável para o acompanhamento da evolução das condições de vida da população que reside no território nacional.

O último inquérito desta natureza foi realizado em 1996/7 e abrangeu 8.289 agregados familiares. No intervalo entre os dois inquéritos, o INE realizou em 2000/1 um outro sobre condições de vida, mais conhecido por Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB). A maior parte da informação dos inquéritos realizados é comparável, o que permitirá observar os progressos alcançados.

Finalmente, importa mencionar que o IAF 2002-03 foi realizado com financiamento do Governo de Moçambique e dos Países Escandinavos¹.

1.2 Desenho e Implementação da Amostra

A amostra do IAF 2002-03 foi elaborada com base na Amostra Mãe que foi construída a partir dos resultados do censo populacional de 1997. Esta amostra é aleatória e estratificada que compreende três etapas de selecção: i) das Unidades Primárias de Amostragem (UPA), ii) das Áreas de Enumeração (AE) dentro das UPA's e iii) dos Agregados Familiares dentro das AE's.

Para obter uma amostra actualizada, um mês antes do início da entrevista procedeu-se a uma listagem dos agregados dentro de cada AE, a partir da qual se seleccionou domicílios abrangidos na pesquisa. A selecção de agregados familiares dentro de cada AE amostral foi feita de forma aleatória e sistemática com probabilidades iguais.

Foram seleccionados 15 agregados dentro de cada AE urbana, e 12 nas AE rurais. Destes agregados amostrais em cada AE três foram seleccionados de reserva. Para evitar que o inquiridor viciasse a selecção dos agregados familiares esta tarefa era da responsabilidade do Supervisor. A substituição dos agregados seleccionados pelos de reserva era autorizada exclusivamente pelo Controlador, só depois de fracassado o esforço para entrevistar os agregados seleccionados inicialmente.

Assim, o tamanho da amostra do inquérito é de 8.727 agregados familiares em todo o País, dos quais 4.020 são das áreas urbanas e 4.707 das rurais. Esta amostra permite obter estimativas fiáveis a nível nacional, provincial, área de residência (urbano, rural) e regional (Norte, Centro e Sul).

¹ / Dinamarca, Noruega e Suécia.

O inquérito só abrangeu agregados familiares residentes em habitações particulares, portanto, foram excluídos aqueles que se encontravam nos alojamentos colectivos, os sem casa e diplomatas residentes nas embaixadas/representações.

No Quadro 1.1 apresentam-se alguns resultados da implementação da amostra

QUADRO 1.1 AGREGADOS FAMILIARES SELECIONADOS E INQUIRIDOS POR PROVÍNCIAS.

Províncias	Agregados Familiares		Taxa de Cobertura (%)
	Seleccionados	Inquiridos	
País	8.727	8.700	99.7
Niassa	816	816	100.0
Cabo Delgado	738	738	100.0
Nampula	756	756	100.0
Zambézia	735	733	99.7
Tete	756	756	100.0
Manica	816	816	100.0
Sofala	795	795	100.0
Inhambane	756	753	99.6
Gaza	786	786	100.0
Maputo Província	837	828	98.9
Maputo Cidade	936	923	98.6

Dos 8.727 agregados familiares previamente seleccionados foram inquiridos 8.700 o que representa uma taxa de cobertura de 99.7 %. É importante mencionar que do total de agregados familiares inquiridos, 91.8% corresponde a amostra inicial, enquanto que 7.6% são substitutos dos ausentes e 0.6% substitutos por recusa. Estas cifras mostram claramente a elevada aderência e confiança da população aos inquéritos estatísticos.

1.3 Aspectos Organizativos

Para a recolha de dados do IAF 2002/03, em cada província existia uma equipe de trabalho constituída por 1 Controlador, 3 Inquiridores e 1 de reserva. Em média, cada inquiridor inquiriu 12 agregados familiares nas áreas urbanas e 9 nas rurais durante os 10 dias de trabalho previstos em cada AE.

O trabalho de campo foi dividido em 26 períodos de duas semanas (incluindo dias de descanso e deslocações). Para evitar o cansaço dos inquiridores, a cada 2 períodos de trabalho um inquiridor era substituído rotativamente pelo de reserva.

A formação dos Supervisores, Controladores e Inquiridores foi conduzida por técnicos do INE. Esta formação compreendeu em palestras, sessões teóricas sobre a condução da entrevista, entrevistas simuladas na sala de aulas e sessões de prática no terreno. Participaram na formação, Supervisores e Inquiridores em número superior ao necessário para permitir a selecção dos melhores e assegurar, desta maneira, uma maior qualidade técnica do pessoal de campo.

1.4 Recolha e Processamento de Dados

No IAF 2002/3 foram usados 4 questionários diferentes, nomeadamente, Questionário das Características Gerais do Agregado Familiar, Questionário das Despesas Diárias do Agregado, Questionário das Despesas e Receitas (anuais e mensais) e Questionário Comunitário (preenchido pelo Controlador). Este último foi usado somente nas áreas rurais.

A recolha de dados num agregado foi feita através de 3 visitas às unidades de alojamento durante uma semana, respeitando a seguinte distribuição:

- No dia da primeira visita, o Inquiridor preenchia o Questionário das Características Gerais do agregado familiar e uma parte do Questionário das Despesas Diárias (despesas, autoconsumo e receitas em espécie correspondentes ao dia anterior)
- Na segunda visita, (três dias depois da primeira) o Inquiridor recolhia as despesas mensais e anuais e controlava o Questionário das Despesas Diárias do Agregado dos últimos 3 dias, ou preenchia-o pessoalmente, caso não houvesse pessoas no agregado com capacidade para tal.
- Na terceira visita (três dias depois da segunda) o Inquiridor recolhia as receitas e transferências e controlava o preenchimento do Questionário das Despesas Diárias do Agregado nos últimos 3 dias.

Quando os Questionários chegaram à sede do INE foram encaminhados para a equipe de crítica e codificação, que fazia uma análise da qualidade e atribuía códigos às perguntas abertas. Apenas os Questionários aprovados é que passaram para a digitação. Nalguns casos foi necessário voltar-se ao terreno para registar dados em falta, ou para fins de confirmação da veracidade da informação.

A entrada de dados teve início poucas semanas após o começo da recolha de dados. A entrada de dados é feita seguindo dois procedimentos diferentes: i) por via da leitura óptica (para o Questionário das Características Gerais do Agregado) e ii) através da digitação clássica, usando um programa de entradas de dados desenhado em Microsoft Access. Neste caso, cada Questionário foi redigitado por digitadores diferentes. Os dois procedimentos interagem com um programa de consistência especificamente elaborado para os

questionários utilizados no inquérito, possibilitando detectar as inconsistências na recolha, crítica ou digitação dos dados.

Para assegurar a qualidade dos dados recolhidos, técnicos da sede do INE efectuaram várias visitas de supervisão do trabalho de campo. Ainda no âmbito da qualidade, estes técnicos realizaram inquéritos de cobertura em 8 províncias. Esta operação consistiu em revisitar 10 agregados familiares em cada província afim de conferir se haviam efectivamente sido inquiridos e de acordo com os procedimentos. Os resultados do inquérito de cobertura revelaram que os inquiridores seguiram os procedimentos recomendados.

1.5 Erros de Amostragem

Como em todos os inquéritos por amostragem, os seus resultados são afectados por dois tipos de erros: erros amostrais e erros não amostrais. Os primeiros resultam do facto do inquérito não abranger todo o universo, mas sim apenas uma parte da população. O segundo tipo de erros ocorre no processo de recolha, processamento e validação dos dados. Este tipo de erros pode ser minimizado com uma boa capacitação do pessoal de campo e com uma adequada supervisão.

Como já foi mencionado, a permanente supervisão realizada pela equipe central do INE e com o controle de qualidade da entrada através da dupla digitação e uma validação profunda de dados, poderão ter contribuído para minimizar este tipo de erros.

O Quadro 1.2 mostra os erros padrão e os limites de confiança (95%) para a estimativa de Despesa Diária total do agregado familiar ao nível nacional e segundo as áreas de residência e províncias. Os resultados do inquérito mostram despesa diária média por agregado familiar de 51.280 Meticais. O desvio padrão é de 4,4%. Isto significa que, se o inquérito fosse repetido muitas vezes a despesa média diária variaria entre 46.806 e 55.754 Meticais. O desvio

padrão é menor nas áreas rurais do que nas urbanas porque os agregados familiares aí residentes são mais homogêneos.

Em resumo, pode-se concluir que a qualidade dos resultados do IAF 2002/03 é muito boa, principalmente quando os dados são agrupados a nível nacional e por extractos urbano e rural, onde o desvio padrão é muito baixo. A nível provincial, a qualidade dos resultados varia de província para província, o desvio padrão é maior na Província de Cabo Delgado e menor em Tete e Manica. Isto significa que os resultados da Província de Cabo Delgado devem ser analisados com cautela.

**QUADRO 1.2 ERRO PADRÃO E LIMITES DE CONFIANÇA POR DESPESA DIÁRIA
TOTAL DO AGREGADO FAMILIAR, SEGUNDO ÁREAS DE RESIDÊNCIA E
PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2002-03**

Área de Residência e Províncias	Estimativa da Despesa Diária	Desvio Padrão	Limite de Confiança		Número de Agregados	Efeito do Erro Amostra
			Inferior	Superior		
Média Nacional	51,280	4.4	46,806	55,754	8,700	1.5
Urbano	88,708	9.8	71,362	106,053	4,008	2.9
Rural	35,297	2.7	33,411	37,182	4,692	1.3
Niassa	53,146	8.0	44,590	61,702	816	1.7
Cabo Delgado	43,739	28.2	19,052	68,427	738	4.1
Nampula	34,215	11.7	26,212	42,218	756	3.5
Zambézia	37,273	7.6	31,599	42,947	733	1.5
Tete	36,667	6.3	32,080	41,255	756	1.1
Manica	63,468	6.8	54,886	72,050	816	1.4
Sofala	69,519	10.1	55,532	83,506	795	2.0
Inhambane	30,930	7.6	26,211	35,650	753	1.4
Gaza	51,703	7.0	44,418	58,988	786	1.0
Maputo Província	77,848	7.9	65,546	90,150	828	1.5
Maputo Cidade	191,516	9.3	156,080	226,952	923	1.7

1.6 Comparabilidade com os Resultados do IAF 1996/7

O Inquérito aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida (IAF 1996/7) realizado entre Fevereiro de 1996 e Abril de 1997, abrangeu 8289 agregados familiares residentes em 182 Quarteirões das capitais provinciais, incluindo a Cidade de Maputo, e em 671 Aldeias do resto do País. Os resultados foram publicados no Relatório Final em Dezembro 1998.

Embora a metodologia aplicada neste inquérito seja similar a usada no IAF 1996/7, que importa mencionar algumas diferenças que podem afectar a comparabilidade:

- O conceito de área urbana é diferentes nos dois inquéritos. Por razões práticas, no IAF 1996/7 considerou-se como área urbana somente as capitais provinciais. Isto significa que as outras cidades e vilas foram consideradas como rurais. Por seu turno, no IAF 2002/3 foram incluídas na categoria de urbano as capitais provinciais, as principais cidades (23) e 68 vilas, de acordo com a nova divisão territorial adoptada em 1986.
- Os temas investigados foram maioritariamente os mesmos. No IAF 1996/7 o tema sobre saúde foi alargado, pois incluía perguntas sobre as mulheres em idade fértil e saúde e nutrição de crianças menores de 5 anos de idade. Investigou-se também a actividade agro-

pecuária. Em 2002/3 estes temas não foram incluídos e em compensação introduziu-se o módulo sobre a vitimização.

- As nomenclaturas utilizadas nos dois inquéritos foram diferentes. No IAF 2002/03 utilizou-se a Classificação de Consumo Individual por Objectivo (CCIO). As diferenças são notáveis apenas quando se analisa os resultados desagregados ao nível das classes, subclasses e categorias², subcategorias, o que não é o caso deste relatório.

² / A codificação numérica do CCIO inicia-se no nível de *Divisão* (com 2 dígitos), desce ao *Grupo* (com 3 dígitos), segue-se a *Classe* (com 4 dígitos), depois a *Subclasse* (com 5 dígitos), e termina com a *Categoria* (com 6 dígitos).

2 COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS AGREGADOS FAMILIARES

2.1 Introdução

O agregado familiar constitui o núcleo base da sociedade, por isso tem sido o foco principal da maioria das análises sociais, económicas e demográficas. Por exemplo, as análises em necessidades em habitação, alimentação, abastecimento de água, situação da pobreza, têm se baseado principalmente no agregado familiar. Neste sentido, estas análises proporcionam vários indicadores que permitem monitorar e avaliar o impacto dos planos e programas numa determinada população.

O estudo das características dos agregados familiares é importante para conhecer a sua composição, a estrutura e relações familiares que são estabelecidas dentro deles.

Como este inquérito diz respeito ao orçamento familiar, achou-se importante caracterizar os agregados familiares afim de compreender às suas diferenças sócio-económicas. Assim, neste capítulo debruça-se sobre tamanho de agregados familiares, sua composição, taxas de chefatura por sexo e idade, relações de parentesco, entre outros aspectos.

2.2 Tamanho e Composição dos Agregados Familiares

A extrapolação³ dos dados do IAF 2002/3 aponta para um total de 3.808.433 agregados familiares para a metade do período do inquérito, como ilustra o Quadro 2.1. Mais da metade dos agregados (70%) residem nas áreas rurais e os restantes nas zonas urbanas.

As províncias mais populosas do País, Zambézia e Nampula, são as que possuem o número mais elevado de agregados familiares com 19.5% e 20.7%, respectivamente. Estas duas províncias albergam 38.0% da população do País. Em contrapartida, Maputo Cidade (4.4%) e Niassa (4.8%) são as províncias com menor número de agregados familiares.

O Quadro 2.2 apresenta a distribuição percentual de agregados familiares por número de membros e média de membros por agregado familiar. No geral, os dados mostram que a maioria de agregados familiares é composta por 3 a 4 membros (32.7%) seguindo-se os de 5 a 6 membros (27.9%). A proporção de agregados que têm 7 ou mais membros é de 21.7%.

Por seu turno, a média de pessoas por agregado familiar em todo o País é de 4.8 pessoas.

³ / Veja-se o Relatório Metodológico do IAF 2002/3.

**QUADRO 2.1 DISTRIBUIÇÃO DE AGREGADOS FAMILIARES E POPULAÇÃO,
SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA, REGIÃO E PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 1997-2002/3**

Províncias e Áreas	Agregados ponderados	Percentagens ponderadas
Total	3,808,433	100.0
Rural	2,672,152	70.2
Urbana	1,136,285	29.8
Niassa	183,912	4.8
Cabo Delgado	395,054	10.4
Nampula	789,932	20.7
Zambézia	743,455	19.5
Tete	300,120	7.9
Manica	213,515	5.6
Sofala	275,369	7.2
Inhambane	287,433	7.5
Gaza	243,710	6.4
Maputo Província	208,347	5.5
Maputo Cidade	167,587	4.4

A distribuição dos agregados familiares segundo o número de membros por área de residência, apresenta pequenas diferenças. Assim, na área rural, 34.3% de agregados familiares são compostas por 3 a 4 membros, contra 29.0% na área urbana. Contudo, a área urbana supera área rural no que diz respeito a percentagem de agregados compostos por 7 ou mais membros, pois esta cifra é de 26.3% na área urbana, contra 19.4% na área rural. Respeitante ao número médio de membros por agregado familiar, a área urbana apresenta-se com uma média acima da média nacional, 5.2 pessoas por agregado, contra 4.3 na área rural.

Entre províncias, também se registam diferenças quanto a composição dos agregados familiares. Assim, nas Províncias de Cabo Delgado e Nampula predominam agregados familiares compostos por entre 3 a 4 membros, com 38.1% e 41.0%, respectivamente. Por sua vez, nas Províncias de Manica (33.0%), Sofala (30.5%) e Maputo Cidade (42.8%), predominam agregados compostos por 7 ou mais membros.

Quanto ao número médio de pessoas por agregado familiar, a Província de Cabo Delgado é a que apresenta valor abaixo da média nacional, 3.9 membros por agregado, e enquanto que Maputo Cidade (6.3) é a que tem um número muito acima da nacional. Provavelmente, o elevado número de membros por agregado familiar na Cidade de Maputo, deve-se principalmente a predominância de agregados familiares alargados.

No mesmo quadro mostra-se a distribuição do número de membros nos agregados segundo o sexo do chefe. Nota-se que nos agregados familiares chefiados por mulheres são predominantemente compostos por 1 a 2 pessoas (31.%) e por 3 a 4 (34.6%). Os chefiados pelos homens predominam agregadas compostos por 3-4 pessoas (32.1%) e 5-6 (30.3%).

O número médio de pessoas por agregado familiar também é elevado entre os agregados chefiados pelos homens, 5.1 do que nos dirigidos pelas mulheres, 4.3 pessoas.

**QUADRO 2.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE AGREGADOS FAMILIARES POR
NÚMERO DE MEMBROS E NÚMERO MÉDIO DE MEMBROS, SEGUNDO
CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS.**

Características Seleccionadas	Número de membros nos agregados familiares					Total	Número médio de membros
	1	2	3-4	5-6	7+		
Total	6.2	11.8	32.7	27.9	21.5	100.0	4.8
Área de residência							
Rural	5.9	13.1	34.3	27.3	19.4	100.0	4.7
Urbano	6.8	8.7	29.0	29.3	26.3	100.0	5.2
Província							
Niassa	3.2	10.2	33.7	26.4	26.5	100.0	5.1
Cabo Delgado	7.7	20.1	38.1	25.0	9.1	100.0	3.9
Nampula	6.7	11.5	41.0	26.5	14.3	100.0	4.4
Zambézia	4.2	9.9	34.1	32.0	19.8	100.0	4.7
Tete	3.4	12.4	32.7	31.1	20.3	100.0	4.7
Manica	5.5	8.3	22.2	31.1	33.0	100.0	5.7
Sofala	3.7	8.7	28.2	28.8	30.5	100.0	5.6
Inhambane	10.6	15.4	28.2	23.6	22.2	100.0	4.7
Gaza	11.1	12.0	24.0	23.1	29.8	100.0	5.3
Maputo Província	9.1	10.0	27.5	29.8	23.6	100.0	4.9
Maputo Cidade	3.8	7.0	21.1	25.3	42.8	100.0	6.3
Sexo do chefe							
Homem	3.4	10.1	32.1	30.3	24.1	100.0	5.1
Mulher	14.5	16.7	34.6	20.5	13.6	100.0	4.0
Estado civil do chefe							
Solteiro	26.1	21.9	32.0	15.6	4.3	100.0	3.0
Casado	1.2	9.0	29.6	31.1	29.1	100.0	5.6
União marital	0.5	10.9	35.4	31.0	22.2	100.0	5.0
Viuvo/separado/divorciado	22.7	16.1	31.1	18.5	11.6	100.0	3.6
Nível de educação do chefe							
Nenhum	7.4	13.0	34.7	26.3	18.5	100.0	4.6
Primário do 1º grau	2.3	8.9	27.5	32.7	28.6	100.0	5.4
Primário do 2º grau	3.5	9.7	25.0	32.9	29.0	100.0	5.4
Secundário e mais	4.0	5.4	29.3	29.3	32.0	100.0	5.5
Outros	0.0	0.0	36.9	5.3	57.8	100.0	10.6

O número de membros por agregado também difere em função do estado civil do chefe. Assim, os chefiados por solteiros são maioritariamente compostos por 3 a 4 membros (32.0%), seguindo-se os de 1 membro (26.1%) e 2 membros (21.9%). Importa salientar aqui a composição dos agregados cujos os chefes são *viúvos/separado/divorciado*, também apresentam agregados compostos maioritariamente por 1 a 2 membros (38.8%).

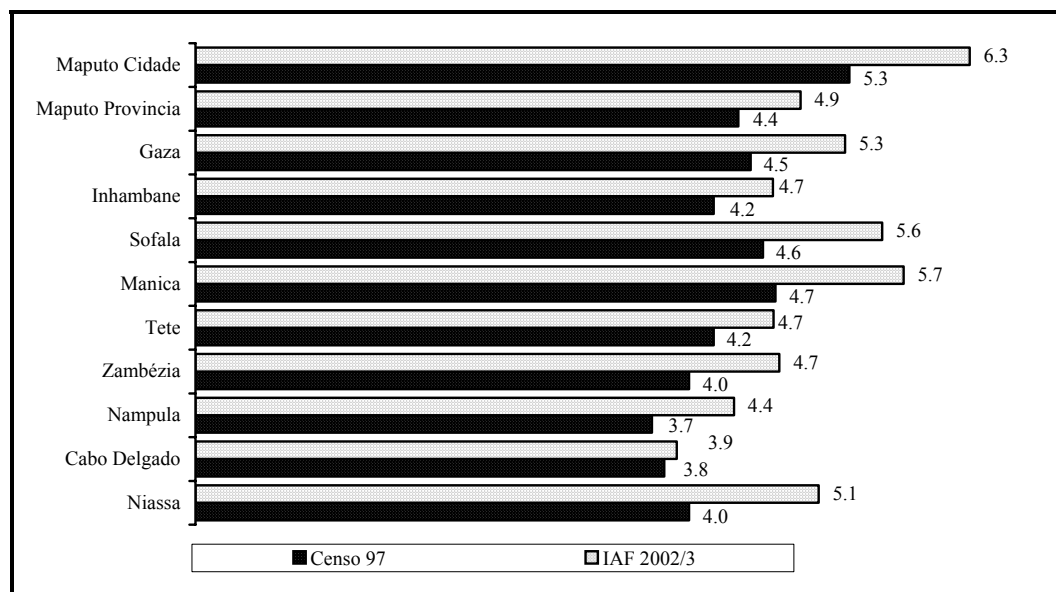
Em relação ao nível de educação observa-se que à medida que o grau de escolaridade aumenta, o tamanho do agregado familiar aumenta também. Assim, nos agregados cujo chefe tem o ensino secundário ou mais, 32.0% são compostos por 7 ou mais pessoas. Esta tendência também observa-se em relação ao número médio de pessoas por agregado. O aumento do número de membros por nível de educação não deve ser visto como resultado de uma elevada fecundidade.

O Gráfico 2.1 apresenta a comparação do tamanho médio de membros por agregado familiar entre 1997 e 2002/3. No geral, os dados mostram que de 1997 a 2002/3, o tamanho médio de

agregado familiar aumentou de 4.1 para 4.8 membros. Este aumento verificou-se mais nas áreas urbanas onde a média passou de 4.6 para 5.2 pessoas.

Por províncias, Cabo Delgado é a que teve pequeno aumento, enquanto que as do Niassa, Manica, Sofala e Maputo Cidade tiveram assinaláveis aumentos.

GRÁFICO 2.1 NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR AGREGADO FAMILIAR, SEGUNDO PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 1997-2002/3



2.3 Composição Etária dos Membros dos Agregados Familiares

Um dos aspectos que têm influenciado a distribuição dos recursos sócio-económicos entre os membros do agregado familiar, é a proporção entre os membros em idade activa e não activa. Quanto maior for a proporção dos membros não activos, maior é a taxa de dependência. Por isso, é importante avaliar a composição etária dos membros de agregados familiares.

Assim, o Quadro 2.3 apresenta o número médio de membros por idade e as taxas de dependência, segundo características seleccionadas. Em média, existem 2.2 pessoas menores de 15 anos por agregado familiar, 2.4 pessoas com idade compreendida entre 15-64 anos e apenas 0.2 pessoas com idade superior a 64 anos. Esta composição etária, resulta numa taxa de dependência de 99%. Isto é, em cada 100 pessoas em idade activa existem 99 pessoas em idade não activa. Ao mesmo tempo o quadro mostra que existe uma elevada taxa de dependência da população jovem (92.8%).

QUADRO 2.3 NÚMERO MÉDIO DE MEMBROS POR AGREGADO FAMILIAR E GRUPOS DE IDADE, TAXA DE DEPENDÊNCIA, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS.

Características seleccionadas	Número médio de membros por idade			Taxa de dependência		
	0 - 14 anos	15 - 64 anos	65 e mais anos	Total	Jovens	Velhos
Total	2.2	2.4	0.2	99.0	92.8	6.2
Área de residência						
Rural	2.3	2.2	0.2	107.2	100.3	7.0
Urbano	2.2	2.8	0.1	83.7	78.8	4.8
Províncias						
Niassa	2.6	2.3	0.1	115.0	109.1	5.9
Cabo Delgado	1.7	2.1	0.1	83.9	79.1	4.9
Nampula	2.1	2.2	0.1	102.1	95.7	6.3
Zambézia	2.4	2.3	0.1	110.2	105.2	5.1
Tete	2.4	2.2	0.1	110.2	105.5	4.7
Manica	2.7	2.9	0.1	98.6	94.7	3.8
Sofala	2.7	2.8	0.1	101.4	96.0	5.4
Inhambane	2.1	2.3	0.3	100.4	89.4	11.0
Gaza	2.4	2.5	0.3	109.3	96.7	12.5
Maputo Província	2.0	2.8	0.2	78.3	71.5	6.8
Maputo Cidade	2.3	3.8	0.2	64.1	59.9	4.2
Tamanho de agregado familiar						
1-2	0.2	1.2	0.2	34.4	14.3	20.1
3-4	1.4	2.0	0.1	75.4	68.9	6.5
5-6	2.8	2.5	0.1	115.9	111.9	4.0
7+	4.5	3.9	0.2	120.5	116.4	4.2
Sexo do chefe						
Homem	2.3	2.6	0.1	96.2	90.8	5.5
Mulher	1.9	1.9	0.2	110.7	101.4	9.3
Nível de educação do chefe						
Nenhum	2.1	2.3	0.2	102.9	95.0	7.9
Primário do 1º grau	2.5	2.8	0.1	95.2	91.6	3.6
Primário do 2º grau	2.5	2.8	0.0	89.5	88.3	1.2
Secundário e mais	2.4	3.0	0.0	79.1	77.9	1.2
Outros	5.1	5.5	0.0	92.4	92.4	0.0

Os dados também mostram que o número de menores de 15 anos é elevado nas áreas rurais que nas urbanas, por isso, a taxa de dependência geral e de jovens também é mais elevada.

Por províncias, nota-se que Maputo Província e Maputo Cidade são as que apresentam menor número de menores de 15 anos comparativamente aos de maior idade, por isso, as respectivas taxas de dependência geral e de jovens, são menores que as de outras províncias.

Uma atenção especial deve ser dada neste quadro verificando a composição etária dos membros de agregados familiares, segundo o tamanho do agregado. Os dados do quadro mostram, que os agregados familiares compostos por 7 ou mais membros são os que apresentam maior número médio de menores de 15 anos, 4.5 por agregado, com uma taxa de dependência muito elevada (120.5) e também uma taxa de dependência de jovens muito elevada de 116.4.

No tocante ao sexo do chefe, observa-se que os agregados dirigidos por mulheres apresentam uma proporção de menores de 15 anos quase de um para um, por isso, a taxa de dependência é maior nestes agregados do que nos chefiados pelos homens.

Por último, importa aqui salientar que a proporção de dependentes vai diminuindo com a elevação do nível de escolaridade do chefe do agregado familiar, assim como vão diminuindo também as taxas de dependência. O que quer dizer que os agregados familiares chefiados por pessoas com o nível secundário e mais, têm poucas crianças.

2.4 Taxas de Chefatura por Sexo e Idade do Chefe

O Quadro 2.4 apresenta as taxas de chefatura por sexo e idade do chefe. Esta taxa indica a proporção de pessoas que são chefes de agregados familiares. Segundo os dados do IAF 2002/3, 34.3% da população de 12 anos e mais são chefes de agregado familiar. Esta taxa baixou em relação ao ano de 1997, que era de 38.0%. Esta diminuição observou-se quase em todos os grupos de idade, ambas as áreas de residência, assim como em ambos os sexos.

QUADRO 2.4 TAXAS DE CHEFATURA POR SEXO E ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO IDADE DO CHEFE. MOÇAMBIQUE, 1997-2002/3

Grupos de idade	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2002/03									
Total	34.3	54.9	16.0	30.0	45.7	15.1	36.5	59.9	16.5
Menos de 20	1.8	2.1	1.5	1.5	1.2	1.8	2.0	2.7	1.3
20-24	18.2	34.0	8.0	11.8	18.1	6.7	22.6	47.6	8.8
25-29	36.6	69.2	11.8	30.1	52.2	11.7	40.2	79.2	11.9
30-34	50.5	86.3	21.2	48.3	77.6	20.6	51.5	90.7	21.4
35-39	55.5	92.3	21.6	55.8	88.3	22.3	55.3	94.4	21.2
40-44	55.5	92.8	22.7	59.5	90.2	25.9	53.7	94.2	21.4
45-49	59.8	95.2	29.8	68.9	95.6	39.3	56.3	95.0	26.7
50-54	64.3	93.5	33.9	60.9	85.9	34.6	65.9	97.1	33.6
55-59	62.6	96.7	33.3	67.2	95.4	44.0	60.9	97.1	29.3
60-64	72.9	93.1	46.9	80.1	94.8	60.4	70.1	92.4	41.7
65 e mais	68.3	92.1	45.5	59.7	91.0	34.4	71.5	92.4	50.1
1997									
Total	38.0	56.5	21.8	32.2	46.7	18.2	40.6	61.2	23.2
Menos de 20	4.4	5.6	3.3	2.7	3.3	2.1	5.4	6.9	3.9
20-24	28.6	47.2	14.4	19.5	29.2	10.9	32.8	56.5	15.8
25-29	43.6	72.9	20.8	37.5	59.5	18.3	46.2	79.1	21.8
30-34	52.6	83.5	26.1	50.3	76.6	25.5	53.7	87.0	26.3
35-39	56.8	87.8	29.8	57.3	83.5	29.8	56.7	90.0	29.8
40-44	60.5	90.2	34.0	61.6	86.9	34.0	60.0	91.9	34.1
45-49	63.5	92.3	37.3	63.6	88.8	36.4	63.5	93.6	37.6
50-54	65.0	92.6	41.7	64.8	89.5	39.8	65.1	93.8	42.2
55-59	68.4	93.8	44.7	66.8	90.8	41.7	68.8	94.7	45.5
60-64	69.8	93.4	48.3	66.6	90.2	44.4	70.8	94.4	49.5
65 e mais	70.5	92.1	50.4	63.4	86.9	44.9	72.3	93.3	52.0

As taxas de chefatura por sexo e idade são maiores em todas idades nos homens do que nas mulheres, o que significa que em Moçambique, geralmente, o homem é mais identificado como chefe de agregado familiar. As taxas de chefatura, quer para homens como para mulheres, aumentam com a idade. Para os homens, a partir de 35-39 anos em diante, as taxas atingem os 90%, o que quer dizer a partir desses grupos de idade a maioria dos homens constituiu os seus próprios agregados.

Como foi dito anteriormente, entre as mulheres, as taxas de chefatura são comparativamente menores, mas nas idades mais avançadas a percentagem de mulheres que são chefes de agregados familiares aumentam consideravelmente. A partir dos 50 anos em diante a

percentagem de mulheres que são chefe chega quase a 50%, situação que poderá estar relacionada com o aumento do número de viúvas e separadas.

Outro ponto importante referenciado acima é o das taxas de chefatura serem relativamente elevadas nas áreas rurais que nas urbanas. Esta tendência ocorre em todos os grupos de idade e em ambos os sexos. Isto pode-se relacionar com razões económicas que impedem uma parte significativa de adultos nas áreas urbanas de formarem os seus próprios agregados, como por exemplo, a falta de habitações, situação que não acontece nas áreas rurais.

A distribuição das taxas de chefatura por províncias é mostrada no Quadro 2.5. Os dados indicam uma variação, destacando-se as Províncias de Cabo Delgado, com 41.1% e de Nampula, com 38.4%. Maputo Cidade, com 22.6% e a de Manica, com 28.8% que apresentam menores taxas de chefatura. A menor taxa de chefatura para Maputo Cidade, poderá estar relacionada com a existência de famílias alargadas, já que esta tem maior número médio de membros por agregado (Veja-se na subsecção 2.2 neste capítulo).

QUADRO 2.5 TAXAS DE CHEFATURA DE AGREGADOS FAMILIARES POR SEXO, SEGUNDO PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2002/3

Províncias	Total	Homens	Mulheres
Total	34.3	54.9	16.0
Niassa	34.9	56.9	12.6
Cabo delgado	41.1	65.9	17.4
Nampula	38.4	60.6	15.4
Zambézia	36.6	59.8	14.3
Tete	36.8	59.4	14.4
Manica	28.8	48.6	11.0
Sofala	30.6	54.4	10.6
Inhambane	34.1	50.7	23.2
Gaza	30.8	41.2	24.9
Maputo província	30.2	43.4	19.6
Maputo Cidade	22.6	34.1	12.2

O Quadro 2.5 mostra também que a percentagem de mulheres que são chefes é relativamente elevada nas Províncias de Gaza (24.9%), Inhambane (23.2%) e Maputo (19.6%). Este facto poderá estar relacionado com trabalho migratório, pois nestas províncias, muitos homens trabalham nas minas de África do Sul deixando as suas esposas no País, e estas, por sua vez, assumem o papel de chefe durante a sua ausência.

As taxas de chefatura segundo o estado civil por sexo e área de residência são mostradas no Quadro 2.6. Estes dados indicam que em 2002/3, a percentagem de homens casados ou vivendo em união marital que são chefes é muito elevada (91.1%) e apenas 6.2% entre as mulheres. Esta tendência é semelhante a que se registou em 1997 em ambas as áreas de residência.

Tanto em 2002/3, como em 1997, a percentagem de solteiros que são chefes é muito baixa, 6.1% e 9.8%, respectivamente. O que quer dizer que o número de solteiros que são chefes tem vindo a diminuir. Em 1997 a percentagem de mulheres solteiras (12.5%) que eram chefes ultrapassava a dos homens (7.6%), situação que se inverteu em 2002/3, onde estas percentagens passaram a ser 5.5% e 6.8%, respectivamente.

Um facto curioso a registar no Quadro 2.6, é que em 1997 a percentagem de mulheres (65.0%) que eram chefes de agregados familiares na categoria de *separado/divorciado* tendia a ser relativamente menor a dos homens (68.3%). Em 2002/3, esta percentagem tende a ser

relativamente elevada que a dos homens, pois as respectivas cifras são, 61.6% e 54.7%. Para o estado civil *viúvo*, a tendência manteve-se, isto é, a taxa de chefes de agregados familiares de sexo masculino no estado civil *viúvo* é relativamente mais elevadas do que das mulheres

QUADRO 2.6 TAXAS DE CHEFATURA POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO ESTADO CIVIL DO CHEFE. MOÇAMBIQUE, 1997-2002/3

Estado Civil	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2002/3									
Total	34.3	54.9	16.0	30.0	45.7	15.1	36.5	59.9	16.5
Solteiro(a)	6.1	6.8	5.5	9.3	10.9	7.7	4.7	5.0	4.5
Casado ou união marital	46.3	91.1	6.2	45.8	88.7	5.4	46.5	92.0	6.5
Separado/Divorciado(a)	60.3	54.7	61.6	57.8	52.2	59.8	62.0	57.7	62.7
Viúvo(a)	69.9	75.1	69.1	69.4	78.6	67.6	70.1	73.1	69.7
Desconhecido	7.0	0.0	11.0	0.0	0.0	0.0	16.9	0.0	24.3
1997									
Total	38.0	56.5	21.8	32.2	46.7	18.2	40.6	61.2	23.2
Solteiro(a)	9.8	7.6	12.5	9.0	8.4	9.8	10.3	7.1	14.4
Casado ou união marital	48.8	89.2	14.9	47.4	84.6	13.9	49.4	90.9	15.3
Separado/Divorciado(a)	65.8	68.3	65.0	60.8	65.9	59.0	67.8	69.5	67.4
Viúvo(a)	73.6	79.6	72.8	67.6	76.3	66.3	75.4	80.7	74.6
Desconhecido	15.0	8.3	23.5	11.7	6.8	19.2	16.7	9.2	25.4

2.5 Relações de Parentesco dos Membros dos Agregados Familiares

Uma das variáveis importantes na análise de agregados familiar, é a relação de parentesco em relação ao chefe. A relação de parentesco é importante na medida em que permite avaliar como é que os agregados familiares são constituídos.

O Quadro 2.7 mostra a distribuição percentual da população de 12 anos e mais por relação de parentesco com o *chefe*, segundo o estado civil e sexo. Em 2002/3, 25.4% da população era *conjugue* de um chefe, o que significou um pequeno aumento, uma vez que em 1997 os *conjugues* representavam 24.5%. Também aumentou a percentagem de *filhos*, pois esta é de 25.1% em 2002/3 e em 1997 foi de 22.6%.

A categoria *outros parentes* tem sido tomada como elemento que pode indicar se a maioria de agregados familiares são nucleares ou alargados. A sua percentagem não é muito elevada. Tanto em 1997 como em 2002-03 esta percentagem era ao redor dos 14% (Vide o Quadro 2.7).

Regista-se uma redução da percentagem de homens que são *chefes* e uma diminuição dos homens que são *conjugues*. Em 2002/3 a percentagem de homens que são *chefes* é de 54.9% e dos que são *conjugues* é de 1.0%, e os respectivos valores para 1997 são 56.5% e 1.5%.

Note-se que a proporção dos *solteiros* que são chefes de agregados familiares tende a diminuir consideravelmente, mas a proporção de pessoas que são *filhos* de *solteiros* tende a aumentar. Em 1997 a percentagem foi de 62.4% e em 2002/3, esta passou para 68.2%.

Na categoria de *casados ou maritalmente unidos*, a relação de parentesco mais importante depois da do *chefe* de agregado, é a do *conjugue*, 45.2% em 2002/3 e 41.6% em 1997.

Por sexo, regista-se que na categoria de *casados ou maritalmente unidos*, a percentagem de mulheres que são *chefes* é baixa em relação à dos homens.

A maioria dos *separados/divorciados* e *viúvos* são chefes de agregados familiares; os valores correspondentes em 2002/3 são 60.3% e 69.9%, e em 1997, foram 65.8% e 73.6%, respectivamente. A percentagem dos chefes *separados/divorciados* é seguida pela dos *filhos*, principalmente entre *chefes* mulheres. Enquanto que, entre viúvos, regista-se que a relação de parentesco mais importante a seguir ao *chefe* é a de *outros parentes*.

Por último, importa analisar a relação de parentesco por províncias. O Quadro 2.8 apresenta esta relação e os dados mostram significativas diferenças quanto à distribuição percentual da relação de parentesco. No geral, para as províncias do Norte e Centro do País, depois do *chefe* a percentagem mais importante é a de *conjugue*, aparecendo a relação *filho* em terceiro lugar. Para as províncias do Sul, a relação mais importante é a de *filho*, seguindo-se a de *conjugue*.

**QUADRO 2.7 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 12 ANOS E MAIS POR
RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O CHEFE DE AGREGADO FAMILIAR, SEGUNDO
ESTADO CIVIL. MOÇAMBIQUE, 1997-2002/3**

Estado civil e sexo	Relação de parentesco com o chefe do agregado familiar					
	Total	Chefes	Conjuge	Filho	Outros parentes	Sem parentesco
2002/3						
Total	100.0	34.3	25.4	25.1	14.6	0.5
Homens	100.0	54.9	1.0	29.3	14.1	0.8
Mulheres	100.0	16.0	47.1	21.5	15.1	0.3
Urbano	100.0	30.0	20.2	29.6	19.1	1.0
Homens	100.0	45.7	0.5	32.5	19.8	1.5
Mulheres	100.0	15.1	38.9	26.9	18.4	0.6
Rural	100.0	36.5	28.1	22.8	12.3	0.2
Homens	100.0	59.9	1.2	27.5	11.0	0.4
Mulheres	100.0	16.5	51.1	18.8	13.5	0.1
Solteiro	100.0	2.5	0.0	68.2	27.9	1.4
Homens	100.0	2.4	0.0	66.8	29.1	1.7
Mulheres	100.0	2.6	0.0	70.2	26.4	0.8
Casado ou união marital	100.0	46.3	45.2	2.6	5.7	0.2
Homens	100.0	91.1	1.7	4.3	2.7	0.2
Mulheres	100.0	6.2	84.2	1.2	8.4	0.1
Divorciado ou Separado	100.0	60.3	0.0	23.2	16.3	0.2
Homens	100.0	54.7	0.0	18.2	26.8	0.2
Mulheres	100.0	61.6	0.0	24.5	13.6	0.2
Viúvo	100.0	69.9	0.0	4.1	25.9	0.2
Homens	100.0	75.1	0.0	5.1	19.7	0.1
Mulheres	100.0	69.1	0.0	3.9	26.8	0.2
1997						
Total	100.0	38.0	24.5	22.6	13.5	1.4
Homens	100.0	56.5	1.5	26.6	13.3	2.1
Mulheres	100.0	21.8	44.5	19.2	13.6	0.8
Urbano	100.0	32.2	20.1	26.2	18.8	2.6
Homens	100.0	46.7	1.8	28.4	19.2	3.9
Mulheres	100.0	18.2	38.0	24.0	18.4	1.4
Rural	100.0	40.6	26.4	21.1	11.2	0.9
Homens	100.0	61.2	1.4	25.7	10.5	1.2
Mulheres	100.0	23.2	47.3	17.2	11.7	0.6
Solteiro	100.0	9.8	0.0	62.4	25.3	2.5
Homens	100.0	7.6	0.0	62.6	26.5	3.3
Mulheres	100.0	12.5	0.0	62.3	23.7	1.5
Casado ou união marital	100.0	48.9	41.6	3.2	5.8	0.5
Homens	100.0	89.2	2.7	3.3	4.1	0.7
Mulheres	100.0	14.9	74.4	3.0	7.3	0.4
Divorciado ou Separado	100.0	65.8	0.0	16.3	16.9	1.0
Homens	100.0	68.3	0.0	11.6	17.9	2.2
Mulheres	100.0	65.0	0.0	17.7	16.6	0.7
Viúvo	100.0	73.6	0.0	2.2	23.5	0.7
Homens	100.0	79.6	0.0	3.5	15.4	1.5
Mulheres	100.0	72.8	0.0	2.1	24.6	0.6

Fonte: IAF 2002/3 e IIRGPH de 1997

**QUADRO 2.8 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 12 ANOS E MAIS POR
RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O CHEFE DE AGREGADO FAMILAR, SEGUNDO
SEXO E PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2002/3**

Províncias e sexo	Relação de parentesco com o chefe de agregado familiar					
	Total	Chefes	Conjuge	Filho	Outros parentes	Sem parentesco
Total	100.0	34.3	25.4	25.1	14.6	0.5
Homens	100.0	54.9	1.0	29.3	14.1	0.8
Mulheres	100.0	16.0	47.1	21.5	15.1	0.3
Niassa	100.0	34.9	28.0	23.9	12.8	0.4
Homens	100.0	56.9	0.8	28.1	13.9	0.4
Mulheres	100.0	12.6	55.5	19.7	11.7	0.4
Cabo Delgado	100.0	41.1	30.8	16.4	11.5	0.2
Homens	100.0	65.9	0.4	19.8	13.3	0.5
Mulheres	100.0	17.4	59.7	13.2	9.7	0.0
Nampula	100.0	38.4	29.6	19.9	12.1	0.1
Homens	100.0	60.6	1.9	22.1	15.2	0.2
Mulheres	100.0	15.4	58.1	17.5	9.0	0.0
Zambézia	100.0	36.6	28.9	24.2	9.7	0.6
Homens	100.0	59.8	1.8	26.5	10.8	1.0
Mulheres	100.0	14.3	54.8	21.9	8.7	0.2
Tete	100.0	36.8	28.7	25.3	8.6	0.5
Homens	100.0	59.4	0.0	29.2	10.4	0.9
Mulheres	100.0	14.4	57.3	21.4	6.8	0.2
Manica	100.0	28.8	25.2	30.8	14.8	0.4
Homens	100.0	48.6	0.0	36.6	14.0	0.8
Mulheres	100.0	11.0	47.9	25.5	15.5	0.0
Sofala	100.0	30.6	27.2	26.6	14.7	0.9
Homens	100.0	54.4	0.1	32.3	11.6	1.6
Mulheres	100.0	10.6	50.0	21.8	17.4	0.2
Inhambane	100.0	34.1	19.8	24.7	20.5	0.9
Homens	100.0	50.7	0.4	32.2	15.6	1.1
Mulheres	100.0	23.2	32.4	19.8	23.8	0.8
Gaza	100.0	30.8	15.3	27.5	25.6	0.8
Homens	100.0	41.2	0.4	40.1	16.8	1.6
Mulheres	100.0	24.9	23.9	20.2	30.6	0.4
Maputo Província	100.0	30.2	17.2	31.6	20.3	0.7
Homens	100.0	43.4	1.7	34.9	19.0	1.0
Mulheres	100.0	19.6	29.6	29.1	21.2	0.5
Maputo Cidade	100.0	22.6	14.3	39.0	23.0	1.0
Homens	100.0	34.1	0.5	44.7	20.2	0.5
Mulheres	100.0	12.2	26.9	33.9	25.6	1.4

3 CARACTERÍSTICAS DA FORÇA DE TRABALHO

3.1 Introdução

O conhecimento do tamanho e características da força de trabalho é de extrema importância na medida em que permite a planificação adequada do uso dos recursos humanos de que o País dispõe.

No IAF 2002/3 foi incorporado um módulo sobre o emprego o que permite conhecer a condição de participação da população na actividade económica na semana de referência, isto é, na semana anterior ao inquérito. Além disto, o inquérito também permite conhecer as razões de não participação nas actividades económicas no período de referência, formas de remuneração na ocupação principal, actividade exercida e posição no processo laboral.

Antes de analisar os dados, importa fazer referência aos principais conceitos que serão frequentemente utilizados na descrição da informação contida neste capítulo.

No inquérito, considerou-se como *trabalho* toda actividade de sobrevivência do indivíduo ou do agregado familiar através de um emprego por conta de outrem, auto-emprego ou trabalho familiar sem remuneração, exceptuando o trabalho doméstico realizado na própria casa⁴.

A força de trabalho é toda a população empregada e desempregada, disponível para realizar qualquer actividade económica e é conhecida como **população economicamente activa (PEA)**. Por outro, a população que está fora desta, isto é, fora da força de trabalho é conhecida como **população não economicamente activa (PNEA)**.

Portanto, constitui força de trabalho ou população economicamente activa (PEA), as pessoas que se encontravam nas seguintes condições:

- Todas pessoas que exerceram alguma actividade (formal ou informal) nos últimos 7 dias anteriores ao inquérito, mesmo que tenha sido um ou dois dias,
- **Mulheres** que, além do trabalho de casa realizaram nos últimos 7 dias outros trabalhos, tais como venda, costura, foram a machamba ou exerceram alguma actividade que contribua para o rendimento do agregado familiar,
- **Membros de agregado familiar** que ajudaram, sem remuneração, nos trabalhos da machamba, comércio, oficina, etc.

Por outro lado, considerou-se como inactivos, isto é, população não economicamente activa (PNEA) as pessoas que se encontram nas seguintes situações:

- **Ocupadas** exclusivamente em actividades caseiras, que não produzissem rendimentos (domésticos),
- **Estudantes**
- **Todos aqueles** que ficaram inactivos esperando uma certa estação do ano para poder trabalhar (inactividade sazonal).

4 /- Instituto Nacional de Estatística/Direcção de Censos e Inquéritos (2002). Inquérito aos Agregados Familiares Sobre o Orçamento Familiar (IAF) 2002/3. Manual do Inquiridor. Maputo, p. 27.

Quanto a posição no processo laboral, considerou as seguintes categorias na ocupação principal:

- **Governo**, compreendeu todos os órgãos da administração estatal central e local, instituições de ensino e unidades sanitárias estatais.
- **Sector público**, compreendeu todas as empresas públicas, tais como Telecomunicações de Moçambique (TDM), Televisão de Moçambique (TVM), Rádio de Moçambique, Caminhos de Ferro, entre outras.
- **Sector privado**, compreendeu todas as empresas de capitais privados,
- **Conta própria**, compreende todas as pessoas que ao exercer a sua profissão o fazem sem empregados e o rendimento do seu trabalho reverte para si. Por exemplo, um camponês que trabalha na sua machamba sem empregados.
- **Agregado familiar**, referiu-se a todas pessoas que trabalharam para o agregado familiar, com ou sem remuneração. Exemplo, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem remuneração.
- **Patrão/empresário**, referiu-se a todas pessoas que possuem estabelecimentos comerciais, industrial, transporte, agricultura, etc., empregando trabalhadores a troco de alguma remuneração, e
- **Sector cooperativo**, correspondeu a todos estabelecimentos cooperativos.

Todas pessoas ocupadas foram classificadas por ramo de actividade. O ramo de actividade é determinado pela produção de bens ou serviços da instituição em que o indivíduo trabalha. Foram apurados os seguintes ramos de actividade:

- **Agricultura**, que compreende todas actividades da produção agrícola.
- **Silvicultura**, que compreende a recolha e conservação de espécies e outras operações florestais,
- **Pescas**, compreende actividade pesqueira em águas marítimas assim como as do interior,
- **Indústria extractiva**, compreende toda actividade relacionada com exploração mineira,
- **Indústria manufactureira**, compreende toda actividade da transformação de produtos primários em acabados,
- **Construção**, refere-se à toda actividade relacionada com a construção de infra-estruturas,
- **Transportes (Armazéns e comunicações)**, compreende o transporte de pessoas, carga e seu armazenamento e a comunicação,
- **Comércio/vendas**, compreende as actividades de comércio (formal e informal) a grosso, a retalho, hotéis e restaurantes,
- **Serviços**, compreende a várias actividades desenvolvidas por exemplo na área de higiene pública, organizações, cultura, desporto, lavandarias, salões de beleza, serviços de assistência social, etc.,
- **Bancos, seguros e casas de câmbios** – inclui todo tipo de intermediação financeira,
- **Educação**, compreende as actividades de ensino público e privado.
- **Saúde**, compreendeu as actividades de saúde prestadas por unidades sanitárias públicas e privadas e,

- **Administração**, referiu-se aos ministérios e outras instituições do Aparelho do estado, exceptuando a educação e saúde.

As pessoas assalariadas foram classificadas por tipo de remuneração, a saber:

- **Salário em dinheiro/salário em espécie**, refere-se ao pagamento em dinheiro ou em espécie (artigos ou bens) auferido do empregador,
- **Trabalhador casual (por hora/dia)**, refere-se a qualquer indivíduo empregue e pago em dinheiro logo no fim do da prestação do trabalho.
- **Trabalhador familiar sem remuneração**, refere-se ao membro do agregado familiar que ajuda nos trabalhos do agregado sem no entanto receber qualquer remuneração, e
- **Conta própria**, refere-se a todas as pessoas que ao exercer as suas actividades, fazem sem necessidade de empregados e cujo rendimento do seu trabalho reverte para si.

Como se pode depreender, a informação sobre a força de trabalho não permite fazer uma análise mais aprofundada sobre a situação do emprego em Moçambique. Deste modo, esta parte do relatório faz apenas a caracterização da força de trabalho descrevendo, a condição de actividade económica da população na semana anterior a entrevista, formas de remuneração na ocupação principal, posição no processo laboral, as razões de inactividade e actividade económica na ocupação principal.

3.2 Participação na Força de Trabalho

O Quadro 3.1 apresenta a condição de actividade económica na semana anterior do inquérito e a participação de força de trabalho por sexo, segundo idade. Os dados mostram que cerca de 83% da população constitui a PEA. Por idade, regista-se que a participação é menor no grupo etário de 15-19 anos. No entanto, nota-se que a participação nas actividades económicas neste grupo etário (15-19 anos) é mais elevada nas mulheres (58.2%) em relação aos homens (39.8%). Este facto pode-se relacionar com o abandono das raparigas às escolas por várias razões.

QUADRO 3.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS POR CONDIÇÃO DE ACTIVIDADE E SEXO, SEGUNDO IDADE

Grupos de Idade	Homens			Mulheres		
	PEA	PNEA	Total	PEA	PNEA	Total
Total	82.7	17.3	100.0	83.4	16.6	100.0
15-19	39.8	60.2	100.0	58.2	41.8	100.0
20-24	80.6	19.4	100.0	82.1	17.9	100.0
25-29	95.4	4.6	100.0	90.5	9.5	100.0
30-34	97.0	3.0	100.0	93.0	7.0	100.0
35-39	97.8	2.2	100.0	92.8	7.2	100.0
40-44	97.1	2.9	100.0	93.7	6.3	100.0
45-49	97.5	2.5	100.0	94.0	6.0	100.0
50-54	98.5	1.5	100.0	90.9	9.1	100.0
55-59	95.4	4.6	100.0	87.8	12.2	100.0
60-64	93.3	6.7	100.0	87.5	12.5	100.0
65 e mais	89.1	10.9	100.0	77.6	22.4	100.0

A participação nas actividades económicas é muito elevada na área rural (90%) que na urbana (69.7%), como mostra o Quadro 3.2. Por províncias, nota-se que Maputo Cidade

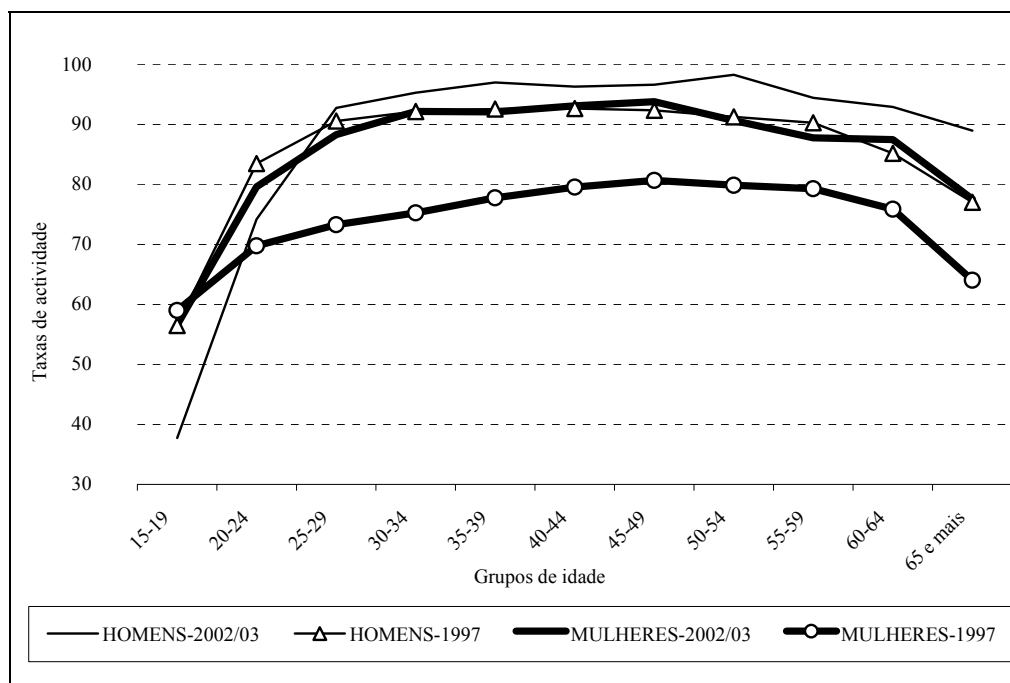
apresenta menor taxa de participação, 54.4%. Analisando os dados por níveis de educação nota-se que a participação nas actividades económicas vai diminuindo a medida que se eleva o nível educacional.

O Gráfico 3.1 apresenta as taxas específicas de participação por sexo e idade para os anos 2002/3 e 1997. De acordo com a informação disponível neste gráfico, as taxas de participação de mulheres, com a excepção do primeiro grupo etário (15-19 anos), são baixas em relação a dos homens em todas idades, para os dois períodos em referência. As taxas de participação dos homens nos primeiros dois grupos etários para 2002/3 diminuíram significativamente, enquanto que a das mulheres quase que mantiveram o mesmo nível nos dois momentos. De referir que as taxas de participação a partir dos 25 anos aumentaram em 2002/3 comparativamente ao que foi registado no ano de 1997.

QUADRO 3.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS POR CONDIÇÃO DE ACTIVIDADE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS

Características seleccionadas	Condição de actividade		
	PEA	PNEA	Total
Total	83.0	17.0	100.0
Área de residência			
Rural	90.0	10.0	100.0
Urbano	69.7	30.3	100.0
Província			
Niassa	87.9	12.1	100.0
Cabo Delgado	89.1	10.9	100.0
Nampula	87.6	12.4	100.0
Zambézia	87.9	12.1	100.0
Tete	89.1	10.9	100.0
Manica	79.1	20.9	100.0
Sofala	80.8	19.2	100.0
Inhambane	83.6	16.4	100.0
Gaza	85.5	14.5	100.0
Maputo Província	71.5	28.5	100.0
Maputo Cidade	54.4	45.6	100.0
Nível de educação			
Nenhum	88.5	11.5	100.0
Primário do 1º grau	71.1	28.9	100.0
Primário do 2º grau	60.8	39.2	100.0
Secundário e mais	75.9	24.1	100.0

**GRÁFICO 3.1 TAXAS ESPECÍFICAS DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO E IDADE.
MOÇAMBIQUE, 1997-2002/3**



Fonte: IAF 2002/3 e IIRGPH de 1997

A distribuição da população economicamente não activa (PNEA) por tipo de inactividade é apresentada no Quadro 3.3. Observa-se que a maioria dos inactivos é composta por estudantes (60.9%) seguindo-se doméstico, 16.7% e os doentes (13.5%). Por sexo, a distribuição da população inactiva mostra que 77.8% de homens são inactivos devido aos estudos contra apenas 46.1% de mulheres; e quase um terço (28.3%) destas eram domésticas.

A nível de províncias destacam-se Cabo Delgado e Maputo Cidade que apresentam mais de um terço (36.2% e 32.4%, respectivamente) de pessoas que ficaram inactivas por serem domésticas, seguindo a Província de Maputo, com 27.8%.

Importa referir que a elevada percentagem da população inactiva por ser doméstica pode ser resultado da má interpretação do conceito doméstico por parte dos inquiridores durante a recolha de informação. É possível que alguns inquiridores tenham classificado erradamente as pessoas que prestam serviços domésticos, tais como empregadas, os mainatos, ama e guardas como sendo domésticos.

QUADRO 3.3 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE INACTIVA (PNEA) POR CAUSA DA INACTIVIDADE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS

Características seleccionadas	Causa da Inactividade					Total
	Estudante	Doméstico	Idade	Doença	Outro	
Total	60.9	16.7	5.4	13.5	3.5	100.0
Sexo						
Homem	77.8	3.5	3.4	11.4	3.9	100.0
Mulher	46.1	28.3	7.2	15.3	3.1	100.0
Área de residência						
Rural	67.0	2.8	6.5	21.9	1.7	100.0
Urbano	56.8	26.0	4.7	7.9	4.6	100.0
Províncias						
Niassa	68.7	11.0	7.4	12.7	0.2	100.0
Cabo Delgado	39.9	36.2	2.9	10.4	10.6	100.0
Nampula	74.8	5.4	6.4	12.8	0.5	100.0
Zambézia	66.9	1.0	3.8	27.9	0.3	100.0
Tete	63.7	9.8	2.7	19.2	4.5	100.0
Manica	67.8	11.7	7.0	13.1	0.5	100.0
Sofala	54.5	21.1	5.3	13.7	5.4	100.0
Inhambane	67.7	11.1	6.1	13.0	2.0	100.0
Gaza	67.4	9.0	5.4	15.5	2.7	100.0
Maputo Província	58.0	27.8	3.2	7.5	3.6	100.0
Maputo Cidade	47.4	32.4	7.5	5.4	7.4	100.0
Nível de educação						
Nenhum	48.3	16.8	9.7	22.4	2.8	100.0
Primário do 1º grau	71.2	18.1	1.6	6.2	2.9	100.0
Primário do 2º grau	77.2	14.5	0.8	3.3	4.2	100.0
Secundário e mais	69.5	15.6	1.0	3.2	10.7	100.0
Outros	0.0	0.0	100.0	0.0	0.0	100.0

3.3 Posição no Processo Laboral

A distribuição da população ocupada por sua posição no processo laboral é apresentada no Quadro 3.4. No geral, nota-se que grande parte da população economicamente activa trabalha por *conta própria* (51.0%), seguindo-se os que trabalham para uma *pessoa/agregado familiar* (36.7%). O quadro evidencia também que grande parte de homens trabalham por *conta própria* (65.2%) contra apenas 39.0% de mulheres; estas na sua maioria trabalharam para uma *pessoa/agregado familiar* (56.8%).

Por área de residência, nota-se que 53.8% de pessoas na área rural trabalham por *conta própria*, contra 43.6% da zona urbana. É importante referir, que na área urbana uma percentagem significativa de pessoas trabalham para *sector privado* (12.3%) e para *Aparelho do Estado* (9.0%). Por províncias, Maputo Cidade é a que apresenta menor percentagem de pessoas a trabalharem por *conta própria* que as restantes províncias, onde a maioria está concentrada nesta posição.

Examinando os dados por sectores de actividade⁵, nota-se que os que trabalharam no sector primário, a maioria trabalha por *conta própria* (55.0%), contra apenas 17.6% do secundário, cuja a parte significativa de pessoas que trabalham neste sector se encontra no *sector privado* (41.1%).

É de referir, que no sector secundário regista-se uma elevada percentagem de pessoas que se declaram como sendo *patrões ou empresários* (34.9%). Lembre-se que considerou-se como *patrão/empresário* todas as pessoas que possuem estabelecimentos comerciais, industriais, de transporte, agrícolas, etc., empregando trabalhadores a troco de alguma remuneração. A percentagem parece ser muito elevada. Esta situação pode ser o resultado de erro cometido por alguns inquiridores durante a recolha de informação, que ao invés de escrever que a pessoa trabalha para um patrão ou empresário (que deveria ser integrado neste caso no sector privado), preencheram no questionário como se fossem patrões ou empresários.

Por nível de educação, regista-se que a medida que o nível se eleva, a percentagem de pessoas que trabalham por *conta própria* diminui. Em contrapartida, a percentagem de pessoas que trabalham para o *governo* vai aumentando.

⁵ Para facilitar análise dos dados nesta subsecção do relatório, os ramos de actividade foram agrupados por sectores de actividade de acordo com as suas semelhanças. Assim, considerou-se sector primário, os ramos de actividades de agricultura, silvicultura, pescas e indústria extractiva, enquanto que o secundário incluiu as actividades manufacturerias. Por sua vez, o sector terciário engloba as actividades do comércio, serviços, transportes, comunicações, administração pública – Saúde e Educação

QUADRO 3.4 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA (PEA) POR POSIÇÃO NO PROCESSO LABORAL, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2002/3

Características Seleccionadas	Posição no Processo Laboral							Total
	Aparelho do Estado	Sector Público	Sector Privado	Conta Própria	Pessoa ou Agregado Familiar	Patrão ou Empresário	Sector Cooperativo	
Total	3.4	0.7	4.7	51.0	36.7	3.4	0.1	100.0
Sexo								
Homem	5.7	1.4	8.5	65.2	12.7	6.2	0.1	100.0
Mulher	1.4	0.2	1.5	39.0	56.8	1.1	0.0	100.0
Área de residência								
Urbano	9.0	2.2	12.3	43.6	23.6	9.2	0.2	100.0
Rural	1.2	0.2	1.8	53.8	41.7	1.2	0.0	100.0
Províncias								
Niassa	3.6	0.2	1.2	49.0	44.8	1.1	0.1	100.0
Cabo Delgado	3.1	0.0	1.8	51.2	42.3	1.6	0.0	100.0
Nampula	4.2	0.6	2.2	48.9	40.3	3.8	0.1	100.0
Zambézia	1.4	0.6	0.9	57.8	37.8	1.6	0.0	100.0
Tete	2.8	0.4	2.2	48.2	45.0	1.3	0.0	100.0
Manica	3.2	0.8	5.0	54.7	33.9	2.4	0.0	100.0
Sofala	3.3	1.9	7.9	57.0	28.3	1.4	0.1	100.0
Inhambane	2.5	0.6	4.4	51.4	39.7	1.2	0.2	100.0
Gaza	2.4	0.2	3.4	48.6	40.2	5.2	0.0	100.0
Maputo Província	4.5	2.1	27.8	47.7	13.0	4.5	0.4	100.0
Maputo Cidade	13.1	2.8	19.7	24.1	10.8	29.5	0.0	100.0
Sector de actividade								
Primário	0.1	0.0	1.3	55.0	43.1	0.5	0.0	100.0
Secundário	2.8	1.8	41.1	17.6	1.8	34.9	0.0	100.0
Terciário	19.7	4.3	15.3	36.6	10.8	12.9	0.4	100.0
Nível de educação								
Nenhum	0.5	0.1	2.3	53.4	41.7	2.1	0.0	100.0
Primário do 1º grau	4.2	1.3	10.1	52.1	24.0	8.2	0.2	100.0
Primário do 2º grau	16.0	3.4	16.4	37.4	16.1	10.3	0.4	100.0
Secundário e mais	47.6	9.1	20.8	11.5	5.2	5.5	0.2	100.0
Outros	0.0	32.9	15.6	51.5	0.0	0.0	0.0	100.0

3.4 Principais Actividades Económicas

A distribuição da população economicamente activa ocupada por ramos de actividade indica que 80.5% encontra-se na *agricultura/silvicultura/pescas*, seguindo-se os sectores do *comércio e vendas*, com 7.0% e *serviços*, com 5.0%. Isto, mostra claramente a importância que o sector agrário tem na nossa economia.

A participação da população economicamente activa na *agricultura/silvicultura/pescas* varia segundo a área de residência. Assim, na área urbana, a população empregue neste sector é de 47.8% contra 93.0% da zona rural. Na área urbana nota-se uma ligeira ascendência da participação da população noutras actividades como *comercio e vendas*, com 18.2% e *serviços* (15.1%).

Por províncias, nota-se que Maputo Cidade é a que possui menor percentagem (7.5%) de pessoas que trabalham na *agricultura/silvicultura/pescas*, seguindo-se a Maputo Província,

com 45.6%. Estas duas províncias apresentam percentagens significativas da população que participa no ramo do *comércio e vendas* 29.0% para Maputo Cidade e 18.8% para Maputo Província, e *serviços*, com 32.8% e 16.9% respectivamente.

Analisando os dados considerando a posição no processo laboral, observa-se que grande parte de pessoas que trabalham por *conta própria* e para *pessoa/agregado familiar*, o fazem no ramo da *agricultura/silvicultura/pescas* (87.1% e 95.0%, respectivamente). Enquanto isto, os que trabalham para o Aparelho do Estado, na sua maioria encontram-se no sector de *educação* (39.3%), seguindo-se a *administração* (28.4%) e *serviços* (15.8%). Os que trabalham para os sectores público e privado grande parte está nos ramos de *serviços* (39.9% e 31.4%, respectivamente).

Os dados mostram também que a percentagem de *patrões/empresários* no sector da *agricultura/silvicultura/pescas* é muito baixa, apenas 9.6%. Note-se que o sector de *agricultura/silvicultura/pescas* é o que ocupa a maior parte da população economicamente activa do País. A participação dos *patrões/empresários*, é mais significativa nos ramos de *construção* (26.0%), *comércio e vendas* (20.0%) e *serviços* (29.9%). Por outro lado, nota-se também que o sector cooperativo, apresentam percentagens significativas nos ramos de *comércio e vendas* (29.0%) e *serviços* (25.5%), do que no ramo *agricultura/silvicultura/pescas*.

Em relação ao nível de escolaridade, nota-se que a participação da força de trabalho no sector da agricultura vai diminuindo significativamente a medida que o nível de educação avança, quer dizer, que os mais instruídos são menos empregados nos ramos de agricultura. Assim, mais de 90% da população sem nenhum nível de educação trabalha na *agricultura/silvicultura/pescas*, contra apenas 9.0% dos que têm ensino secundário e mais. E pelo contrário, a participação nos outros ramos de actividade vai aumentando com o nível de escolaridade.

**QUADRO 3.5 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO
ECONOMICAMENTE ACTIVA (PEA) POR RAMOS DE ACTIVIDADE, SEGUNDO
CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS**

Características Seleccionadas	Ramos de actividade										Total
	Agricultura/ silvicultura/ pesca	Indúst. Extrac- tiva	Indúst. Manufac- tureira	Constru- ção	Trans- portes	Comér- cio e vendas	Ser- viços	Educa- ção	Saúde	Adminis- tração	
Total	80.5	0.5	0.8	2.1	1.0	7.0	5.0	1.5	0.5	1.1	100.0
Sexo											
Homem	69.3	1.0	1.5	4.5	2.1	9.2	7.3	2.5	0.6	2.1	100.0
Mulher	89.9	0.1	0.1	0.1	0.1	5.2	3.1	0.7	0.4	0.3	100.0
Área de residência											
Rural	93.0	0.3	0.4	0.9	0.2	2.7	1.2	0.9	0.2	0.2	100.0
Urbano	47.8	1.0	1.8	5.2	3.1	18.2	15.1	3.2	1.2	3.4	100.0
Região											
Norte	85.9	0.3	0.2	1.5	0.8	4.8	3.2	1.8	0.3	1.2	100.0
Centro	85.9	0.5	1.0	1.1	0.6	5.8	3.2	1.0	0.4	0.5	100.0
Sul	63.3	1.0	1.2	4.7	1.9	12.4	10.8	1.9	0.9	2.0	100.0
Província											
Niassa	90.0	0.1	0.2	0.7	0.1	4.0	1.9	1.7	0.8	0.4	100.0
Cabo Delgado	90.1	0.0	0.2	1.0	0.5	3.9	1.5	0.9	0.2	1.6	100.0
Nampula	82.8	0.4	0.3	1.9	1.1	5.4	4.4	2.3	0.2	1.2	100.0
Zambézia	91.8	0.1	0.4	0.4	0.1	3.9	2.0	0.9	0.2	0.2	100.0
Tete	90.3	0.1	0.2	0.6	0.3	3.1	3.3	1.1	0.3	0.7	100.0
Manica	78.3	0.6	0.6	2.8	1.2	10.1	3.3	1.4	0.3	1.4	100.0
Sofala	73.3	1.7	3.2	2.0	1.8	9.7	5.9	0.9	1.1	0.4	100.0
Inhamitanga	82.9	0.3	0.3	2.2	0.6	6.5	3.5	1.5	1.4	0.8	100.0
Gaza	83.7	1.8	0.4	2.9	0.4	5.3	3.0	1.5	0.3	0.7	100.0
Maputo Província	45.6	0.8	1.4	10.0	3.5	18.8	16.9	1.4	0.4	1.3	100.0
Maputo Cidade	7.5	1.0	3.9	6.3	5.4	29.9	32.8	3.8	1.8	7.5	100.0
Posição no processo laboral											
Governo	3.0	0.3	0.0	2.3	2.3	0.1	15.8	39.3	8.5	28.4	100.0
Sector público	0.4	0.2	1.7	5.2	15.4	1.9	39.9	14.2	5.9	15.3	100.0
Sector privado	16.4	6.3	9.4	15.4	6.9	12.0	31.4	1.2	0.6	0.4	100.0
Conta própria	87.1	0.3	0.4	0.6	0.2	10.2	1.0	0.0	0.2	0.0	100.0
Pessoa/agregado privado	95.0	0.1	0.0	0.1	0.1	1.4	3.2	0.0	0.0	0.0	100.0
Patrão/empresário	9.6	1.5	2.8	26.0	9.7	20.3	29.9	0.2	0.0	0.1	100.0
Sector cooperativo	20.3	0.0	0.0	1.3	7.3	29.0	25.5	11.1	5.6	0.0	100.0
Nível de educação											
Nenhum	90.3	0.4	0.4	1.1	0.4	4.6	2.4	0.1	0.2	0.2	100.0
Primário do 1º grau	60.7	1.0	1.7	4.9	2.0	15.0	11.1	1.3	0.5	1.8	100.0
Primário do 2º grau	32.7	1.0	2.0	7.4	4.9	20.8	17.1	7.3	1.8	5.0	100.0
Secundário e mais	9.0	0.7	2.5	4.6	5.6	10.1	21.6	26.8	5.6	13.5	100.0
Outros	51.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	48.5	0.0	0.0	0.0	100.0

3.5 Formas de Remuneração na Ocupação Principal

O melhoramento da situação sócio-económica dos agregados familiares depende dos rendimentos que os seus membros ganham a partir do trabalho que realizam. Em Moçambique, por ainda predominar a economia de subsistência, a maior parte da população economicamente ocupada não é remunerada, isto é, trabalha por *conta própria* (50.6%) e *trabalhador familiar sem remuneração* (36.0%), e os que ganham *salário em dinheiro ou espécie* é de apenas, 11.5%.

Examinando os dados do Quadro 3.6 por sexo e área de residência, observa-se que a população que recebe a remuneração em forma de *salário em dinheiro/espécie* tende a ser maior entre os homens (20.0%) do que entre as mulheres (4.3%), e estas são na sua maioria *trabalhadoras familiares sem remuneração* (56.3%) ou por conta própria (39.1%). Por área de residência regista-se que os trabalhadores que recebem remunerações em *salário em dinheiro ou em espécie*, na sua maioria encontram-se nas áreas urbanas.

Por províncias, regista-se uma clara diferenciação nas formas de remuneração. A forma de remuneração de *salário em dinheiro ou em espécie* predomina na Maputo Cidade e Província de Maputo, com 59.8% e 34.6%, respectivamente.

Considerando as formas de remuneração por sectores de actividade, os dados apresentados no quadro em referência indicam que a maioria das pessoas que trabalham nos sectores de actividade secundário e terciário recebem *salário em dinheiro ou em espécie*, com 55.4% e 52.8%, respectivamente.

Por último, em relação ao nível de escolaridade, nota-se que a medida que o nível de educação avança, há mais gente que é paga em salário em dinheiro ou em espécie, pois a sua variação é de 4.5% para os sem *nenhum nível* de educação e 81.4% com nível *secundário e mais*, respectivamente.

**QUADRO 3.6 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE
ACTIVA (PEA) POR TIPO DE REMUNERAÇÃO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS
SELECIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2002/3**

Características seleccionadas	IAF 2002-2003				
	Salário em dinheiro ou em espécie	Casual	Trabalhador familiar sem remuneração	Conta própria	Total
Total	11.5	1.9	36.0	50.6	100.0
Sexo					
Homem	20.0	3.8	11.9	64.3	100.0
Mulher	4.3	0.4	56.3	39.1	100.0
Área de residência					
Rural	4.1	0.6	41.5	53.7	100.0
Urbano	30.8	5.4	21.5	42.3	100.0
Província					
Niassa	6.6	0.3	44.4	48.7	100.0
Cabo Delgado	5.7	0.9	42.3	51.1	100.0
Nampula	9.3	3.6	40.0	47.0	100.0
Zambézia	4.5	0.3	37.2	58.0	100.0
Tete	6.5	0.1	45.2	48.2	100.0
Manica	11.8	1.2	31.9	55.2	100.0
Sofala	15.3	0.9	26.7	57.0	100.0
Inhambane	8.6	0.9	39.4	51.1	100.0
Gaza	9.9	1.6	39.9	48.6	100.0
Maputo Província	34.6	6.9	11.5	47.0	100.0
Maputo Cidade	59.8	9.7	6.6	24.0	100.0
Sector de actividade					
Primário	1.7	0.4	43.0	54.9	100.0
Secundário	55.4	27.6	0.9	16.1	100.0
Terciário	52.8	5.0	7.1	35.1	100.0
Nível de educação					
Nenhum	4.5	1.3	41.1	53.0	100.0
Primário do 1º grau	22.1	4.1	22.3	51.6	100.0
Primário do 2º grau	42.3	5.1	15.7	36.8	100.0
Secundário e mais	81.4	2.1	5.5	11.1	100.0
Outros	48.5	0.0	0.0	51.5	100.0

4 NÍVEL E ESTRUTURA DAS DESPESAS

4.1 Despesa por Agregado Familiar e per Capita Segundo Área de Residência e Província

O nível e a estrutura de despesa da população é o indicador que reflecte de forma mais abrangente as condições de vida. É precisamente o nível de despesas que reflecte o nível de bem estar dum agregado familiar.

A recolha de dados sobre as despesas foi o objectivo principal do Inquérito às Famílias 2002/3. Os dados recolhidos abrangem as seguintes rubricas:

- a) Compra de produtos alimentares, bebidas e tabaco. Estas despesas foram recolhidas diariamente.
- b) Compra de vestuário, calçado, artigos domésticos e de higiene pessoal e outros, Despesas relacionadas com a habitação, como renda de casa, água, electricidade, combustível e mobiliário, Despesas em transporte, saúde, recreação e outros serviços.

Estas despesas foram recolhidas tendo como período de referência o mês.

- c.) Compra de meios de transporte, televisores, geleiras e outros bens duráveis. As despesas gastas na compra destes produtos como também as despesas em educação foram recolhidos com referência a um período de um ano.
- d) Autoconsumo recolhido diariamente durante uma semana.
- e) Renda estimada da casa própria, cujo período de referência foi correspondente a um mês.

Os dados do IAF 2002/3 revelam que a despesa média mensal, a preços correntes, por agregado familiar no período de Julho 2002 ao Junho 2003, foi de 1.558.916 Meticais, o que equivale 324.394 Meticais per capita.

Tomando como base a taxa de câmbio média de US-Dólar/Metical, que para o período de Junho 2002 e Julho 2003 valia 23.324 Meticais, chega-se quase a 14 dólares per capita por mês. Para fins de comparação internacional da despesas o valor do Metical foi convertido em dólares americanos não através da taxa de cambio, mas sim com base do montante em dinheiro que seria necessário para chegar ao mesmo nível de consumo proporcionado por um dólar nos Estados Unidos da América, isto é, paridade do poder de compra.

Segundo os cálculos do Banco Mundial a Paridade de Poder de Compra (PPC) para Moçambique no ano 2001 foi de 3.622 Meticais por um dólar. A taxa oficial de câmbio foi de 20.704 Meticais. Com base nestes valores calculou-se o factor de conversão da taxa de câmbio oficial e das PPC que é de 17.5%. Usando este factor e a taxa oficial de câmbio média do período de IAF 2002/3 foi calculada a PPC de 4.080 Meticais por dólar. Com base nestes cálculos pode-se concluir que a despesa diária per capita em Moçambique em PPC é de 2.6 Dólares. Cerca de 20.3% da população gasta menos de um Dólar por dia e 59.2% despende menos de dois Dólares. O Quadro 4.0 apresenta a comparação destas percentagens com as de alguns países vizinhos.

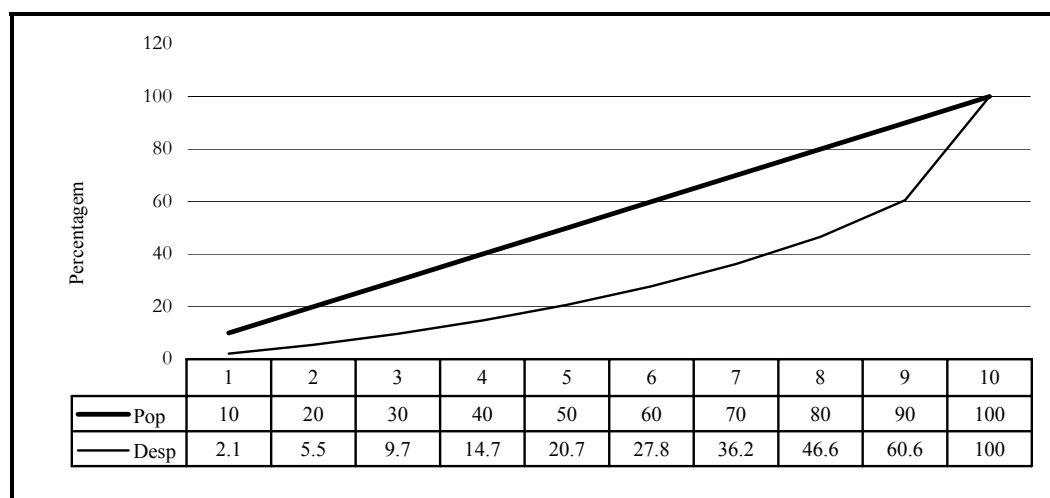
QUADRO 4.0 PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO COM MENOS DE 2 DÓLARES PER CAPITA POR DIA MOÇAMBIQUE, 2002/3

Países	Ano do inquérito	Percentagem da população com	
		< 1 dólar	< 2 dólares
Moçambique	1996/7	37.9	78.4
	2002/3	20.3	59.2
África do Sul	1993	11.5	35.8
Tanzânia	1993	19.9	59.7
Botswana	1993	23.5	50.1
Zimbabwe	1990/1	36.0	64.2
Zambia	1998	63.7	87.4

Fonte: 2003 World Development Indicators

O Gráfico 4.1 mostra a curva de concentração que em estatística chama-se a curva de Lorenz. A linha recta mostra a percentagem acumulada da população e a curva a percentagem acumulada de despesas. Assim, vê-se, por exemplo, que 50% da população gasta 20.7% das despesas totais. Os 10% da população mais pobre têm apenas 2.1% de despesas e os 10% mais ricos gastam quase 40%. Em números absolutos, os mais pobres gastam 68.847 Meticais por mês e os mais ricos 1.281.090 Meticais.

GRÁFICO 4.1 CONCENTRAÇÃO DAS DESPESAS PELA POPULAÇÃO



O Quadro 4.1 mostra que existe uma grande diferença entre o nível de despesas nas áreas rurais e urbanas. A população nas áreas urbanas gastou mensalmente em média por agregado familiar 2.702.663 Meticais, o equivalente a 523.101 Meticais per capita. Os agregados familiares das áreas rurais gastaram menos da metade do valor gasto na zona urbana, isto, é apenas 1.072.558 Meticais, o equivalente a 230.553 Meticais per capita.

QUADRO 4.1 DESPESA MÉDIA MENSAL POR AGREGADO FAMILIAR E PER CAPITA SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA (EM METICAIS A PREÇOS CORRENTES)

Área de Residência	Despesa Média Mensal	
	Por Agregado Familiar	Per Capita
Média Nacional	1.558.916	324.394
Urbano	2.702.663	523.101
Rural	1.072.558	230.553

Desagregando os dados por províncias (Quadro 4.2 e Gráfico 4.2) chama a atenção a posição destacada de Maputo Cidade. Nesta Cidade estão as instituições centrais do Estado e do Governo, bem como a maior parte das empresas e instituições de cooperação internacional, que através do emprego que proporcionam a população melhores condições de vida.

Os resultados mostram uma grande heterogeneidade na distribuição das despesas médias per capita por províncias. Em relação à média nacional das despesas podemos distinguir as seguintes situações:

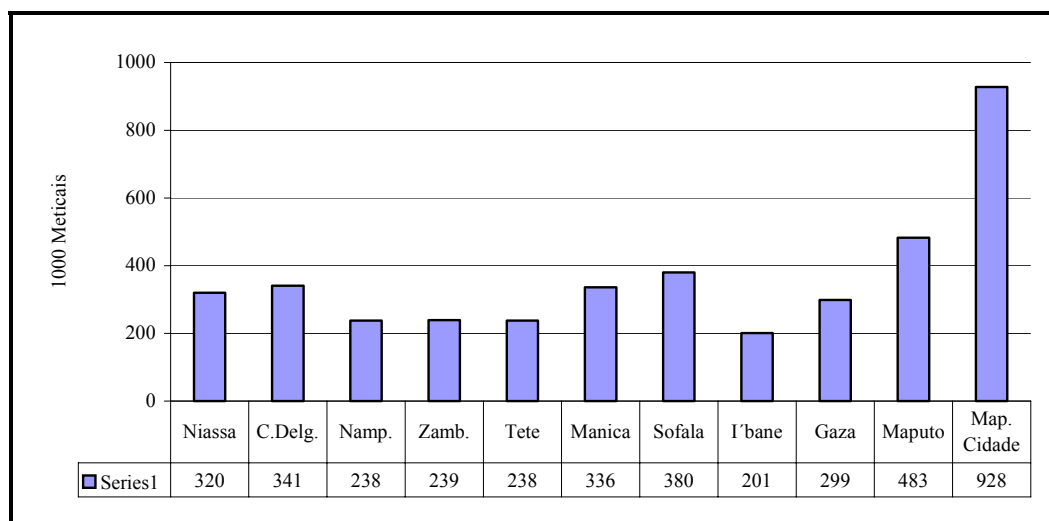
- Províncias com despesas médias inferiores à media:
- Inhambane, Tete, Nampula e Zambézia.
- Províncias com despesas médias aproximadas à media:
- Niassa, Cabo Delgado, Manica e Gaza.
- Províncias com despesas médias superiores à media:
- Maputo Província e Sofala.
- Província com despesas médias muito superior à media:
- Maputo Cidade.

Como já foi mencionado, esta heterogeneidade na distribuição das despesas é resultado do crescimento económico diferencial de cada província, onde jogam um papel preponderante vários factores entre os quais os investimentos e a capacidade de absorção da mão de obra local. Os resultados de Maputo Cidade chamam a atenção o valor médio da despesa mensal per capita devido a sua capacidade de consumo. As despesas são superiores quase três vezes a média nacional e cinco vezes ao valor de Inhambane.

QUADRO 4.2 DESPESAS MENSAIS PER CAPITA SEGUNDO ÁREAS DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIAS

Áreas de Residência e Províncias	Despesa
Média Nacional	324.394
Urbano	523.101
Rural	230.553
Niassa	319.867
Cabo Delgado	340.828
Nampula	238.310
Zambézia	239.444
Tete	237.898
Manica	336.162
Sofala	379.749
Inhambane	200.909
Gaza	298.570
Maputo Província	482.616
Maputo Cidade	927.712

GRÁFICO 4.2 DESPESAS MENSAIS PER CAPITA POR PROVÍNCIAS



4.2 Despesa Mensal Per Capita por Agregado Familiar Segundo Grupos de Despesas

O agrupamento de bens e serviços comprados segue a Classificação do Consumo Individual por Objectivo (CCIO). O Quadro 4.3 apresenta as despesas e sua estrutura, segundo uma lista completa das 12 divisões de CCIO usadas para a agregação das despesas de consumo dos agregados familiares.

QUADRO 4.3 DESPESAS MENSAIS PER CAPITA POR AGREGADO FAMILIAR SEGUNDO DIVISÕES DE DESPESAS (PREÇOS CORRENTES)

Divisões de Despesas	Despesa Média Mensal		Estrutura da Despesa Por Agregado. Familiar.
	Per Capita	Por Agregado Familiar.	
Total de Despesas	320,394	1,558,916	100,0
Alimentares	155,620	747,851	48,0
Bebidas Alcoólicas	4,532	21,777	1,4
Vestuário e Calçado	20,897	100,423	6,4
Habitação e Combustível	72,791	349,809	22,4
Mobiliário	20,500	98,515	6,3
Saúde	3,827	18,391	1,2
Transporte	23,319	112,064	7,2
Comunicações	4,769	22,920	1,5
Recreação e Lazer	6,486	31,168	2,0
Educação	2,157	10,366	0,7
Restaurantes, Hotéis e Cafés	3,661	17,593	1,1
Bens e Serviços Diversos	5,834	28,038	1,8

Da leitura do quadro, verifica-se que a despesa mensal em produtos alimentares é de um pouco mais 156.000 Meticais per capita, ou seja, cerca de 748.000 Meticais por agregado familiar. Isto significa que 48% das despesas realizadas foram direccionadas para a aquisição de produtos alimentares.

Na hierarquia das despesas, os gastos em habitação ocupam o segundo lugar com 22%, seguindo-se os transportes com 7% e vestuário e mobiliário com 6%, respectivamente.

As despesas em educação (0,7%) e saúde (1,2%) apresentam uma proporção relativamente pequena.

O Quadro 4.4 e o Gráfico 4.3 mostram as diferenças existentes na estrutura de despesas entre as áreas urbanas e as rurais. O nível de gastos em produtos alimentares não difere muito segundo a área de residência. Enquanto que a população nas áreas rurais gasta mensalmente 148.337 Meticais per capita, nas urbanas despende 171.043 Meticais.

Contudo, nas ambas áreas observa-se que os gastos em produtos alimentares têm maior peso no total das despesas. Entretanto, a percentagem de produtos alimentares nas despesas totais é 64% nas áreas rurais e 33% nas urbanas. As despesas em habitação ocupam o segundo lugar no orçamento familiar. Nas áreas urbanas este grupo de despesas absorve aproximadamente 30% do total e 15% nas rurais. Esta diferença justifica-se, se tivermos em conta que o grupo de habitação abrange para além da renda de casa, a compra de combustível, o pagamento de energia eléctrica e água. A maior parte da população nas aldeias não tem energia eléctrica, água canalizada e a renda de casa está muito inferior se comparada com a das áreas urbanas.

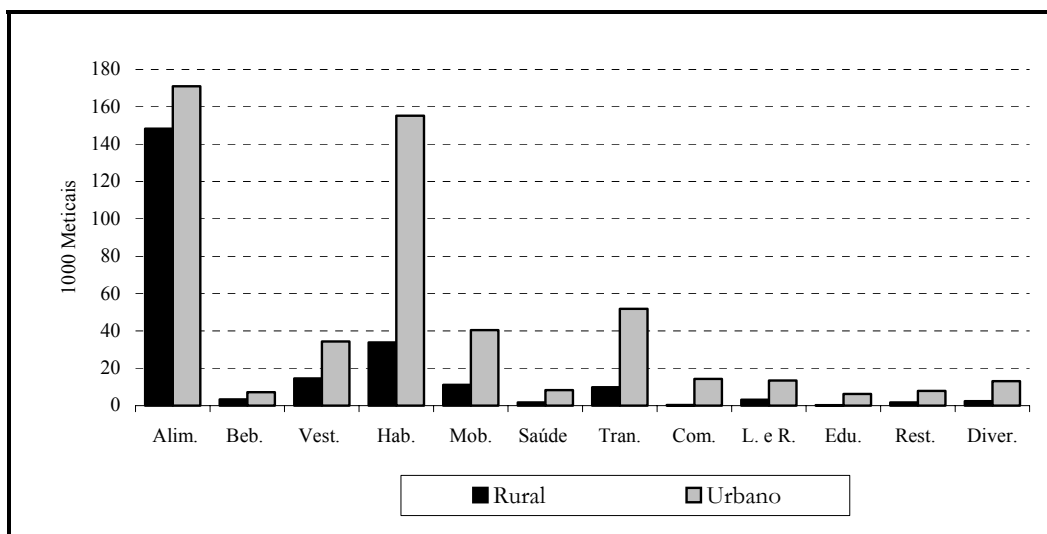
Nas áreas urbanas, além dos gastos em alimentação, a população também gasta mais em transportes e comunicações, enquanto que nas zonas rurais estes gastos têm menor peso porque a população muitas vezes percorre longas distâncias a pé ou de bicicleta.

Nas áreas urbanas em cada 1000 agregados familiares 43 possuem pelo menos um carro, enquanto que nas áreas rurais apenas 4. A percentagem de agregados familiares com bicicleta é maior nas áreas rurais (31.8%) que nas urbanas (19.4%). Em relação à comunicação a situação é semelhante. Nas áreas rurais os correios e o telefone praticamente são inexistentes, nas áreas urbanas de cada 1000 agregados familiares 55 tem caixa de telefone e 109 telefone celular.

QUADRO 4.4 DESPESA MENSAL PER CAPITA POR ÁREA DE RESIDÊNCIA SEGUNDO DIVISÕES DE DESPESA (A PREÇOS CORRENTES EM METICAIS)

Divisões das despesas	Área de Residência		Estrutura (%)	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Total de Despesas	523.101	230.553	100,0	100,0
Alimentares	171.043	148.337	32,7	64,3
Bebidas Alcoólicas	7.190	3.276	1,4	1,4
Vestuário e Calçado	34.352	14.543	6,6	6,3
Habitação e Combustível	155.281	33.835	29,7	14,7
Mobiliário	40.368	11.117	7,7	4,8
Saúde	8.310	1.710	1,6	0,7
Transporte	51.801	9.869	9,9	4,3
Comunicações	14.267	284	2,7	0,1
Recreação e Lazer	13.480	3.183	2,6	1,4
Educação	6.173	260	1,2	0,1
Restaurantes, Hotéis e Cafés	7.804	1.704	1,5	0,7
Bens e Serviços e Diversos	13.032	2.435	2,5	1,1

GRÁFICO 4.3 DESPESAS MENSAIS PER CAPITA POR DIVISÕES DE DESPESA, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA



4.3 Nível e Estrutura de Despesas Segundo Características do Chefe do Agregado Familiar

O IAF 2002/3 permite também processar e analisar o nível e a estrutura de despesas de acordo com a posição do chefe de agregado familiar no processo laboral, como se pode observar no Quadro do 4.5.

Os dados revelam que os agregados familiares cujos chefes trabalham no sector público têm níveis de despesa mais elevados. Eles gastam, em média, por mês, 702.000 Meticais per capita. Logo a seguir vem os que estão vinculados ao Aparelho do Estado. Os agregados chefiados por trabalhadores por conta própria são os que apresentam o nível de despesas mais baixo, que inclui maioritariamente por camponeses e pessoas do sector informal. Esta camada populacional representa 78% dos agregados familiares e sua despesa per capita situa-se ao redor dos 254.000 mês.

Ao analisar as despesas dos agregados familiares chefiados pelo patrão ou empresário deve-se considerar que este grupo é muito heterogêneo. Segundo o Manual do Inquiridor do IAF 2002/3, considerou-se como *patrão/empresário todas as pessoas que, sendo proprietárias de um estabelecimento comercial, industrial, de transporte, agrícola, etc., empregam trabalhadores a troco de remuneração*. Assim, por consequência desta definição, este grupo abrange também agricultores, pequenos comerciantes, entre outros, que empregam pelo menos um trabalhador remunerado. Isto quer dizer, que a categoria *patrão/empresário*, aglutina empregadores com uma enorme variedade de número de trabalhadores. Os *patrões/empresários*, que chefiam 4% do total de agregados familiares, têm como despesas per capita mensal aproximadamente de 456 mil Meticais.

QUADRO 4.5 ESTRUTURA PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES E A DESPESA MENSAL PER CAPITA, SEGUNDO A POSIÇÃO DO CHEFE NO PROCESSO LABORAL

Posição no processo Laboral	Despesa per Capita 1000 Meticais	Agregados familiares Porcentagem
Aparelho do Estado	624	5.2
Sector público*	702	1.3
Sector privado	594	6.3
Conta própria	254	78.3
Pessoa/agregado privado	310	0.9
Patrão/empresário	456	4.0
Sector cooperativo	366	0.1
Não trabalhou	432	3.8

(*) Empresas Públicas.

4.4 Nível e Estrutura de Despesas por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

Desagregando as despesas por sexo do chefe do agregado familiar, os resultados mostram que existem diferenças entre os agregados chefiados pelo homens e por mulheres. Os agregados cujo chefe é homem gastam, em média per capita, 13% mais do que os chefiados por mulheres. A comparação da estrutura de despesa entre os dois grupos de população revela diferenças significativas. Tomando o nível de despesa per capita dos agregados familiares chefiados por mulheres como base (100%), observa-se, por exemplo, que os dirigidos por homens gastam 265% em transportes. Nos agregados cujo chefe é homem as despesas em lazer e recreação são 1.7 vezes superiores e em vestuário e calçado quase 1.6 vezes. A única divisão onde os agregados familiares chefiados pelo homem gastam menos é na habitação. O valor pago pela compra de produtos alimentares é quase igual.

QUADRO 4.6 DESPESAS MENSAIS PER CAPITA POR SEXO DO CHEFE DE FAMÍLIA. (A PREÇOS CORRENTES)

Divisões de Despesa	Em Meticais		Mulher = 100% Porcentagem
	Homens	Mulheres	
Total de despesas	332,102	294,515	112,8
Alimentares	156,428	152,489	102,6
Bebidas Alcoólicas	4,783	3,558	134,4
Vestuário e Calçado	22,555	14,469	155,9
Habitação e Combustível	71,808	76,602	93,7
Mobiliário	21,922	14,987	146,3
Saúde	3,974	3,258	122,0
Transporte	26,732	10,089	265,0
Comunicações	4,961	4,028	123,2
Recreação e Lazer	7,085	4,164	170,1
Educação	2,185	2,050	106,6
Restaurantes, Hotéis e Cafés	3,724	3,416	109,0
Bens e Serviços Diversos	5,945	5,404	110,0

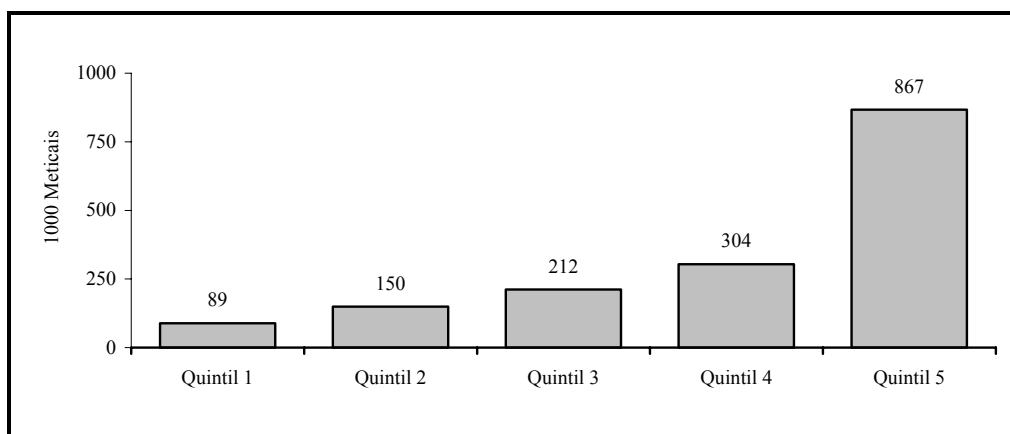
4.5 Nível e Estrutura de Despesas por Quintís de População

Com o fim de analisar a relação entre a estrutura de despesa e o nível de bem estar, toda a população foi dividida em cinco grupos, chamados quintís. O primeiro quintil abrange os 20% da população com despesas per capita mais baixas, isto é, a população mais pobre. O 2º

quintil abrange os seguintes 20% e assim, sucessivamente, até ao 5º quintil que inclui os 20% com o nível de despesa mais elevado.

O Gráfico 4.4 ilustra os diferentes níveis de despesa mensal per capita por quintis de população. Como se pode observar, a população do 1º quintil gasta apenas 89.000 Meticais per capita por mês, enquanto que o 5º quintil despende 867.000 Meticais. É de salientar que existe uma relação forte entre o nível de despesa per capita e o tamanho do agregado familiar. A média de pessoas por agregado familiar desce de 5.5 no 1º quintil, para 4.3 no 2º quintil, 4.1 no 3º quintil, 3.4 no 4º quintil e 2.9 no 5º quintil.

GRÁFICO 4.4 DESPESAS MENSAS PER CAPITA POR QUINTIS DE POPULAÇÃO



Os diferentes níveis de despesa provocam também diferenças na estrutura de despesa. Os agregados familiares com despesas baixas dependem uma maior proporção do seu orçamento em alimentação, enquanto que os com despesas elevadas, além dos gastos em alimentação, gastam mais em transporte, vestuário e calçado, mobiliário, lazer e recreação. É de salientar, que a estrutura do 5º quintil é muito distinta das demais.

O Quadro 4.7 apresenta despesas mensais per capita por quintis de população, segundo a divisão de despesas. Como é sabido, a proporção de gastos em produtos alimentares no total de despesas é um bom indicador do bem estar da população.

QUADRO 4.7 DESPESAS MENSAS PER CAPITA POR DIVISÕES DE DESPESA SEGUNDO QUINTIS DE POPULAÇÃO (Em percentagem)

Divisão de Despesas	Quintil 1	Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5	Média do País
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Alimentares	64.2	66.0	65.9	60.5	34.4	48.0
Bebidas Alcoólicas	0.7	1.0	1.0	1.1	1.7	1.4
Vestuário e Calçado	2.5	3.9	5.3	6.8	7.4	6.4
Habituação e Combustível	24.2	19.5	17.8	18.4	25.3	22.4
Mobiliário	3.5	3.7	3.9	4.6	8.3	6.3
Saúde	0.9	0.8	0.7	1.0	1.5	1.2
Transporte	2.0	2.5	2.6	3.9	10.8	7.2
Comunicações	0.0	0.1	0.1	0.2	2.6	1.5
Recreação e Lazer	0.7	0.8	0.8	1.0	3.0	2.0
Educação	0.3	0.3	0.3	0.3	1.0	0.7
Restaurantes, Hotéis e Cafés	0.6	0.8	0.8	0.8	1.5	1.1
Bens e Serviços e Diversos	0.4	0.7	0.8	1.4	2.5	1.8

Os dados do IAF 2002/3 permitem deduzir que a maior parte da população no País é constituída de pobres. Os agregados familiares do 1º ao 4º quintil, isto é, 80% da população total, gasta mais de 60% das suas despesas em produtos alimentares. Alimentação e habitação para estas camadas absorvem mais de 80% da despesa total. Sendo assim, sobra pouco para a satisfação de outras necessidades, como vestuário, transportes, lazer e recreação, entre outros. Apenas no 5º quintil, os gastos em produtos alimentares são relativamente baixos, representando 34.4% do orçamento total. Como se pode ver no Quadro 4.8 a estrutura de despesas em produtos alimentares muda a medida que aumentam as despesas totais. Os agregados familiares mais pobres gastam menos em produtos caros, como carne, leite e ovos, óleo e açúcar e mais em cereais e hortícolas. A proporção de peixe é quase igual em todos os quintis.

QUADRO 4.8 ESTRUTURA DESPESAS MENS AIS EM PRODUTOS ALIMENTARES POR QUINTIS DE POPULAÇÃO, SEGUNDO GRUPOS DE ALIMENTOS (Em percentagem)

Grupo de Produtos Alimentares	Quintil 1	Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5	Média do País
Total	100	100	100	100	100	100
Cereais e produtos de padaria	42	49	53	52	43	48
Carne e seus derivados	3	5	5	6	14	9
Peixe, moluscos e crustáceos	9	9	9	10	10	10
Leite e seus derivados, ovos	0	0	0	0	2	1
Óleo e gorduras	1	1	2	2	4	2
Frutos	10	8	6	7	6	7
Hortícolas, batata e outros Tubérculos	33	26	22	20	17	20
Açúcar e produtos de confeitaria	1	1	2	2	3	2
Outros	1	1	1	1	1	1

O Quadro 4.9 mostra que à medida que aumenta a despesa geral do agregado familiar mudam também os hábitos de consumo de produtos alimentares básicos. A farinha de milho é o produto principal de consumo para a maioria da população. O consumo de arroz cresce à medida que as despesas gerais aumentam e ao contrário, o consumo de mandioca baixa. A batata-reno, tem uma importância significativa apenas no menu dos agregados familiares do 5º quintil.

As respostas confirmam as tendências abordadas quando se analisou a estrutura de despesas. A farinha de milho é o produto alimentar básico para a maioria da população, que independente do nível geral de despesas. O mesmo pode-se observar quando se analisa o consumo de peixe. O consumo de carne, óleo alimentar, arroz e pão mostra uma relação forte com os quintis, o que significa, que estes produtos consomem-se mais nos agregados familiares ricos. O consumo de leite, produtos derivado de leite e ovos é muito raro, à excepção do 5º quintil.

QUADRO 4.9 PERCENTAGEM DE ALGUNS PRODUTOS BÁSICOS NAS DESPESAS TOTAIS EM ALIMENTAÇÃO

Produtos Alimentares	Quintil 1	Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5
Farinha de milho	15.7	22.0	29.3	29.9	21.2
Milho	2.7	3.6	3.0	2.3	2.1
Arroz	5.9	6.1	6.0	7.0	8.5
Mandioca	9.1	4.7	4.5	3.1	2.2
Batata Reno	0.2	0.1	0.0	0.2	1.1

Em relação a estrutura de consumo de produtos alimentares é importante notar que os agregados familiares foram perguntados sobre a sua situação alimentar através da seguinte

pergunta: *Nos últimos 7 dias o agregado teve pelo menos uma refeição com ...* e a seguir foram citados os produtos alimentares incluídos no Quadro 4.10.

QUADRO 4.10 PERCENTAGEM DOS AGREGADOS FAMILIARES, SEGUNDO OS PRODUTOS ALIMENTARES CONSUMIDOS

Produtos Alimentares	Quartil 1	Quartil 2	Quartil 3	Quartil 4	Quartil 5
Carne	16	19	26	29	44
Peixe	50	60	64	68	75
Óleo alimentar	19	26	40	47	72
Arroz	29	40	48	50	70
Farinha de milho	63	70	73	77	79
Mandioca, batata doce	62	68	68	67	57
Pão	15	24	31	38	60
Leite e produtos de leite	3	4	5	9	27
Ovos	7	10	11	13	29

4.6 Comparação do Nível e Estrutura de Despesas de 2002/3 com o de 1996/7

A comparação entre o nível de despesas de 2002/3 e o de 1996/7 é por várias razões bastante complicada, como já foi anteriormente mencionado. Dum modo geral, a metodologia aplicada nos dois inquéritos é comparável. Contudo, há algumas diferenças, em particular na definição da área de residência e nas nomenclaturas utilizadas.

Durante o período em análise o processo de privatização avançou em quase todas as áreas, o que resultou num aumento considerável de preços e do custo de vida. Por exemplo, a renda de casa é actualmente incomparavelmente superior do que no princípio deste período. As propinas nos estabelecimentos privados de ensino subiram muito em comparação com as nos estabelecimentos do Estado. O mesmo aconteceu no sector de saúde. Em resumo, pode-se constatar que com estas mudanças a população foi obrigada a alterar o seu padrão de consumo.

As despesas mensais por agregado familiar a preços correntes cresceram em média do País de 735.521 Meticais em 1996/7 para 1.558.916 Meticais em 2002/3, o que significa um aumento na ordem de 112%. No mesmo período, as despesas per capita cresceram de 151.948 Meticais para 324.394 Meticais, ou seja, registaram um aumento de 113%.

Segundo as estimativas do INE sobre as Contas Nacionais baseadas numa selecção de 143 produtos representativos a nível nacional (urbano e rural), o deflator de consumo privado acumulado para o período 1996 a 2002 foi de 1,4277. Para efeitos de comparação com o ano de 1996, é necessário aplicar aos resultados de 2002 o deflator de consumo privado. Neste relatório, as despesas a preços correntes foram convertidos a preços constantes usando o deflator acima referido. Os dados do Quadro 4.11 mostram um crescimento das despesas mensais per capita de 50% no período de 1996/7 a 2002/3. Nas áreas urbanas, as despesas mensais per capita a preços constantes ultrapassaram em 49% o valor de 1996/7, enquanto que nas rurais em 47%.

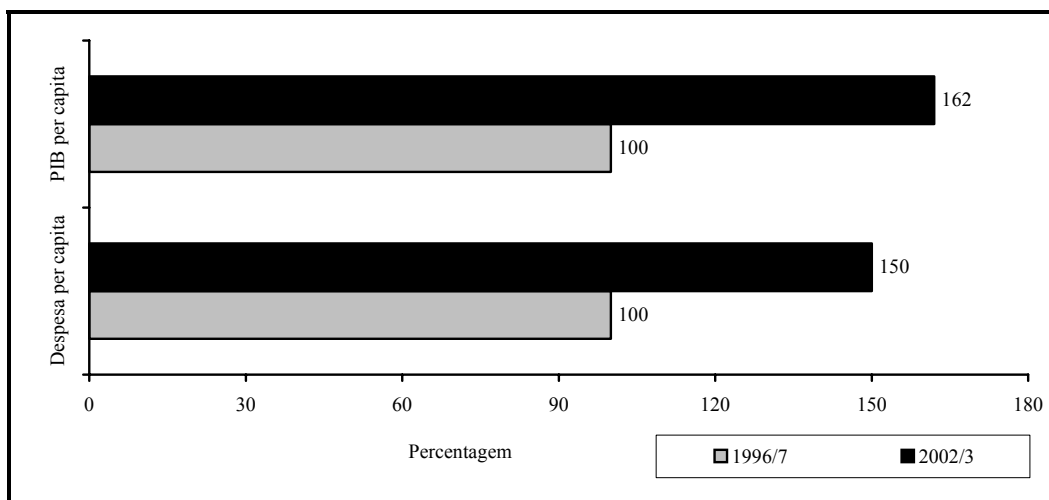
QUADRO 4.11 DESPESAS MENSAIS PER CAPITA DE 2002/3 E 1996/7, SEGUNDO ÁREAS DE RESIDÊNCIA (EM METICAIS A PREÇOS CONSTANTES)

Áreas de Residência	1996/7	2002/3	1996/7 = 100
Média do País	151,948	227,214	149.5
Urbano	282,527	420,866	149.0
Rural	122,366	179,287	146.5

Fonte: IAF 1996/7 e IAF 2002/3

No período em análise, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que é a soma de todos os produtos e serviços produzidos no País, cresceu a preços constantes 62%. O Gráfico 4.5 mostra níveis de despesas per capita e PIB comparativamente a 1996/7.

GRÁFICO 4.5 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS E PIB PER CAPITA ENTRE 1996/7 E 2002/3*



Nota: * Os dados de PIB referem-se aos anos 1996 e 2002.

No Quadro 4.12 e no Gráfico 4.6 comparam-se os níveis das despesas per capita dos anos 1996/7 e 2003/3.

Ao analisar a evolução das despesas por províncias chama a atenção Província de Sofala que mostra um crescimento relativo mais elevado (259% entre 1996/7 e 2002/3). Em 1996/7 Sofala também se demarcou das restantes províncias pelo seu muito baixo nível de despesas. O Relatório Final do IAF 1996/7 explica este facto da seguinte maneira: *é de recordar que no período em análise registaram-se cheias em Sofala. É provável que as despesas que se registaram estejam relacionadas com este fenómeno natural*. Portanto, o elevado índice de crescimento em Sofala parece ser consequência do baixo nível observado em 1996/7. Na Província de Inhambane a situação é diferente. A população de Inhambane que já em 1996/7 teve despesas baixas conseguiu aumentar o nível destas apenas em 13% e por consequência ocupa agora o último lugar.

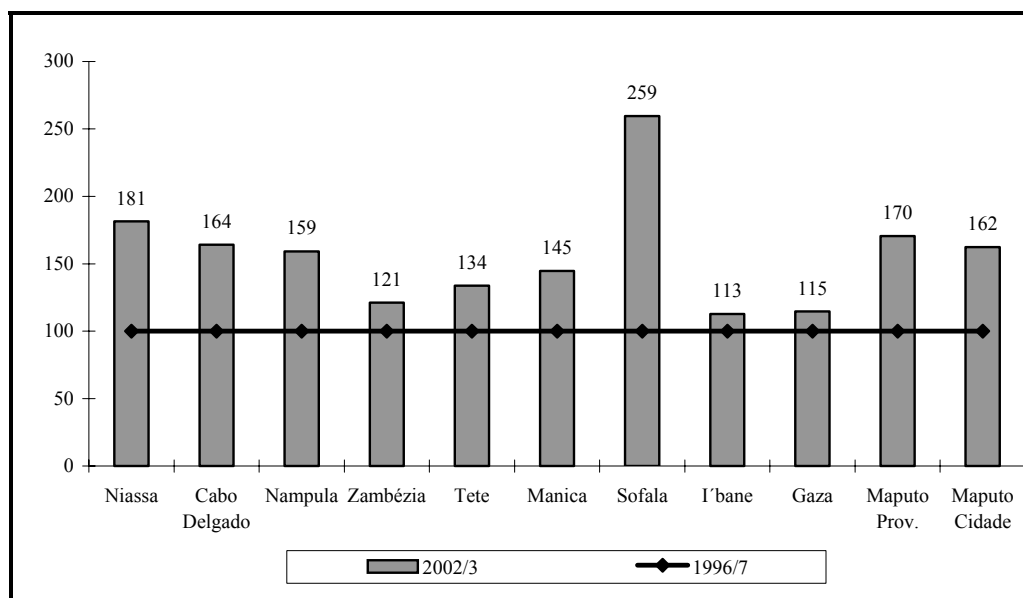
Finalmente, deve-se notar que no período em análise as províncias do Norte atingiram índices relativamente elevados em comparação com as das outras regiões do País.

QUADRO 4.12 COMPARAÇÃO DAS DESPESAS PER CAPITA DE 2002/3 COM AS DE 1996/7, SEGUNDO PROVÍNCIAS (EM METICAIS A PREÇOS CONSTANTES)

Províncias	1996/7	2002/3	1996/7=100
Niassa	123,470	224,043	181.5
Cabo Delgado	145,466	238,726	164.1
Nampula	104,817	166,918	159.2
Zambézia	138,506	167,713	121.1
Tete	124,542	166,630	133.8
Manica	162,715	235,456	144.7
Sofala	102,510	265,988	259.5
Inhambane	124,768	140,723	112.8
Gaza	182,415	209,126	114.6
Maputo Província	198,308	338,038	170.5
Maputo Cidade	400,253	649,793	162.3

Fonte: IAF 1996/7 e IAF 2002/3

GRÁFICO 4.6 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PER CAPITA POR PROVÍNCIAS ENTRE 1996/7 e 2002/3



O Quadro 4.13 mostra as despesas per capita em 1996/7 e 2002/3 por divisões de despesas. Por razões de comparabilidade dos dados foi alterado o conteúdo de algumas posições. Assim, a alimentação abrange também produtos alimentares e bebidas consumidas fora de casa, a habitação, água e electricidade juntou-se com o mobiliário e bens e serviços domésticos, além disso transporte e comunicações foram agregados num único grupo, o mesmo para o lazer, a recreação e a educação.

A evolução da estrutura das despesas dos agregados familiares ao longo do período entre 1996/7 e 2002/3 foi marcada pela decrescente importância relativa da divisão respeitante a produtos alimentares que por motivos de comparação inclui também a divisão de restaurantes. Observa-se que os gastos para satisfazer as necessidades em alimentação aumentaram apenas em 4%, isto é, o incremento foi menor comparativamente ao observado noutras rubricas.

O maior aumento verificou-se nos transportes e comunicações que passou de 2.429 Meticais em 1996/7 para 19.678 no ano 2002/3. Este aumento comparativamente ao observado noutras divisões de despesas pode ser explicado por diversos factores. Uma hipótese importante pode ser o facto de que depois de muitos anos de guerra e de insegurança, que em 1996/7 ainda não

estavam completamente ultrapassadas, a população passou a circular muito mais do que há 6 anos atrás.

Por outro lado, as tarifas de transporte semi-colectivo de passageiros aumentaram de 1.750 Meticais em 1996/7 para 5.000 Meticais em 2002/03. A percentagem de agregados familiares que possuem pelo menos um carro aumentou de 1,1 para 1,6. Este número não leva em consideração o facto de que há famílias com mais de um carro. O preço de 1 litro de gasolina subiu em Maputo Cidade de 6.654 Meticais para 11.864 no período em comparação. O telefone celular em 1996/7 ainda não existia, em 2002/3 em média 3,6% dos agregados familiares já têm celular, nas áreas urbanas mais de 10%.

A educação, recreação e cultura é outra divisão que se caracteriza por um crescimento elevado de despesas. Quando se analisa esta divisão deve-se considerar que em 1996/7 ainda existiam poucos estabelecimentos privados de educação. No período em análise o sector privado de ensino cresceu muito. Assim, por exemplo, o número de efectivos escolares no ensino secundário geral privado aumentou de 6.021 em 1996 para 23.400 em 2002. Nas escolas e universidades privadas as propinas e os outros pagamentos são muito mais altos do que nas instituições do Estado.

As diferentes taxas de aumento de várias divisões de despesas anteriormente analisadas causaram mudanças drásticas na estrutura de despesas. Como se pode observar no Gráfico 4.7, a proporção de produtos alimentares baixou, em média, de 72% para menos de 50%.

Paralelamente, a população gastou relativamente mais em todas as outras divisões. A maior subida verificou-se no conjunto das despesas da habitação.

De modo a assegurar a comparabilidade entre os dados do IAF 1996/7 e IAF 2002-03 esta divisão abrange para além das despesas mencionadas, os gastos em mobiliário e outros bens e serviços domésticos. Esta divisão alargou a sua parte nas despesas totais de 19% para 29%. Esta subida resulta principalmente duma mudança radical da situação no mercado de habitação. Em 1996/7 a maior parte do parque imobiliário pertenciam ainda ao Estado e era administrado pela Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), a quem os inquilinos arrendavam a um valor muito baixo. Em 2002/3 a situação já é diametralmente oposta, a maior parte das habitações foram privatizadas e as rendas são incomparavelmente superiores do que nos anos 1996/7.

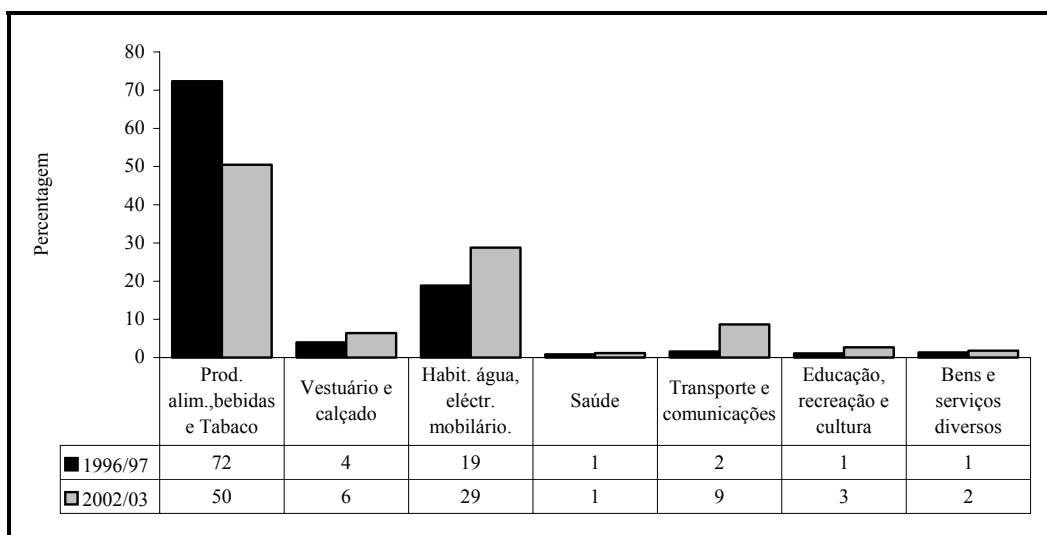
Um outro factor que contribuiu para esta evolução é a subida do preço de energia eléctrica, na ordem de 300%. O crescimento no peso relativo das despesas em transporte e comunicações como também da educação, recreação e cultura resulta dos factores anteriormente analisados.

QUADRO 4.13 DESPESAS PER CAPITA POR DIVISÕES DE DESPESA
(Em Meticais a preços constantes)

Divisões de Despesas	1996/97	2002/03	1996/7=100
Total	151,947	227,214	149.5
Alimentares, (divisões 1, 2 e 11)	109,885	114,739	104.4
Vestuário e calçado (divisão 3)	6,047	14,637	242.1
Habitação (divisões 4 e 5)	28,643	65,344	228.1
Saúde (divisão 6)	1,238	2,681	216.6
Transporte (divisões 7 e 8)	2,429	19,674	810.0
Educação (divisões 9 e 10)	1,678	6,054	360.8
Bens e serviços diversos (divisão 12)	2,027	4,086	201.6

Fonte: IAF 1996/7 e IAF 2002/3

GRÁFICO 4.7 COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA DE DESPESAS ENTRE 2002/3 E 1996/7



No Quadro 4.14 compara-se a estrutura de despesa mensal entre as áreas urbanas e rurais em 1996/7 e 2002/3. A análise dos dados revela que as mudanças na estrutura de despesas dos agregados familiares que vivem nas áreas rurais foram menos acentuadas do que dos que residem nas urbanas. Em 1996/7, tanto as famílias das áreas urbanas como as das rurais tinham quase a mesma estrutura de despesas. No ano 2002/3 verificou-se uma mudança radical nas áreas urbanas; a proporção de gastos em produtos alimentares, bebidas e tabaco nas despesas totais baixou de 70% para 32%. Em contrapartida, as despesas em habitação mais do que duplicaram ao passar de 19% em 1996/7 para 41% nos anos 2002/3.

Devemos recordar que o agravamento nas despesas em habitação, água e electricidade afectou particularmente as áreas urbanas porque, como é sabido, a maioria de agregados familiares rurais ainda carecem de serviços básicos e residem em habitações construídas com materiais precários.

QUADRO 4.14 ESTRUTURA DE DESPESA MENSAL POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO DIVISÕES DE DESPESAS

Divisões de despesas	Urbano		Rural	
	1996/7	2002/3	1996/7	2002/3
Total	100	100	100	100
Alimentares, (divisões 1, 2 e 11)	70	32	73	61
Vestuário e calçado (divisão 3)	3	5	4	7
Habitação (divisões 4 e 5)	19	41	19	22
Saúde (divisão 6)	1	2	1	1
Transporte (divisões 7 e 8)	2	13	1	6
Educação (divisões 9 e 10)	2	4	1	2
Bens e serviços diversos (divisão 12)	3	3	1	1

Fonte: IAF 1996/7 e IAF 2002/3

4.7 Posse de Bens Duráveis

Durante o período do IAF 2002/3 foram recolhidas informações que permitem calcular a posse de bens duráveis dos agregados familiares. Os inquiridores leram os nomes dos bens discriminados no Questionário e perguntaram se as famílias possuíam aqueles bens. Nos

casos afirmativos perguntou-se o número de bens que possuíam e o valor pago. Note-se que foram registados apenas os bens ou equipamentos no bom estado de funcionamento.

O Quadro 4.15 apresenta a percentagem dos agregados familiares que possuem os bens duráveis discriminados, sem tomar em consideração o facto que algumas famílias possuem mais de um exemplar deste bem. O que interessa neste contexto é saber, se a família possui rádio, televisão, telefone e outros bens.

Comparando a existência de meios de transporte nas famílias nas áreas rurais e urbanas verificam-se ainda diferenças significativas. Enquanto que nas áreas urbanas há relativamente mais carros e motorizadas, nas rurais há mais bicicletas. A falta de energia eléctrica em grande parte das áreas rurais é a causa principal para o nível baixo de equipamento eléctrico.

Considerando os equipamentos de apoio ao trabalho doméstico, por exemplo, máquina de lavar roupa, ferro de engomar, geleira, congelador, fogão eléctrico, etc., pode-se constatar que, com excepção de máquina de costura, estes bens praticamente não existem nas áreas rurais. A percentagem de agregados com rádio é relativamente alta, porque o rádio pode funcionar a base de pilhas. É de notar que em média no país 30% dos agregados familiares possuem relógio, mesmo nas áreas urbanas apenas a metade das famílias possuem qualquer tipo de relógio.

QUADRO 4.15 PERCENTAGEM DOS AGREGADOS FAMILIARES COM BENS DURÁVEIS

Bens Duráveis	Total	Urbano	Rural
Casa	91,2	82,7	94,8
Carro	1,6	4,3	0,4
Moto	1,2	2,3	0,7
Bicicleta	28,1	19,4	31,8
Máquina de lavar roupa	0,2	0,6	0,0
Aparelho de ar condicionado	0,3	1,0	0,0
Geleira	2,8	8,9	0,2
Congelador	3,9	12,2	0,3
Ferro	5,0	15,8	0,4
Máquina de costura	3,3	6,0	2,1
Televisor	6,3	19,5	0,7
Aparelhagem	9,5	19,3	5,3
Rádio	45,5	54,9	41,5
Ventoinha	4,7	14,6	0,5
Cama	34,2	62,1	22,3
Relógio	30,1	50,6	21,4
Fogão eléctrico	2,4	7,5	0,2
Fogão a gás	1,6	5,3	0,1
Fogão misto	0,3	1,0	0,0
Telefone Fixo	1,7	5,5	0,1
Telefone celular	3,6	10,9	0,5
Computador	0,3	1,1	0,0
Impressora	0,4	1,3	0,1

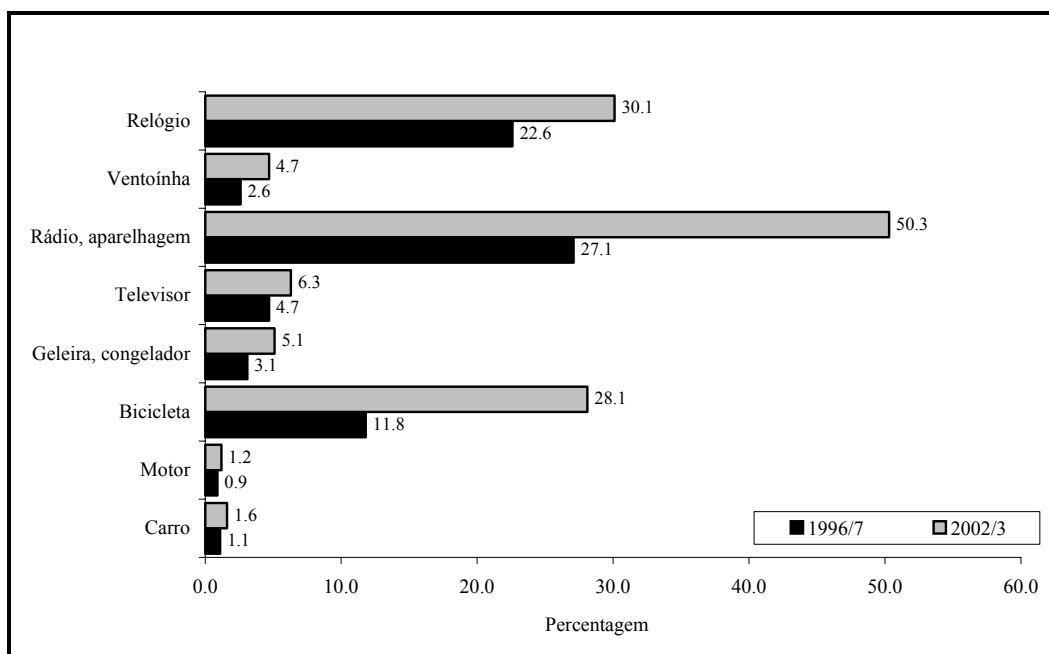
A posse de bens duráveis é um indicador que reflecte de forma visível o nível de vida da população. Os dados do Quadro 4.16 confirmam a relação forte entre o nível de despesas per capita e a posse de bens. No quadro foi excluído o equipamento eléctrico porque não se pode esperar que uma família, mesmo se estiver menos pobre, possuir este equipamento no caso de não ter energia. Nota-se que, em geral, a percentagem dos agregados familiares que possuem estes bens, cresce na medida como aumenta o nível de despesa. A percentagem de famílias com bicicleta e rádio é relativamente alto em todos os quintis.

QUADRO 4.16 PERCENTAGEM DE AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM OS BENS POR QUINTÍIS DE DESPESAS

Tipo de bens	Quintil 1	Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5
Cama	23.14	21.96	27.73	35.64	54.43
Carro	0.13	0.13	0.10	0.84	5.38
Moto	0.15	0.57	0.52	1.02	2.88
Bicicleta	22.29	23.72	30.41	32.05	29.72
Máquina de costura	1.96	1.29	1.87	3.08	7.00
Rádio	33.80	37.96	46.24	48.54	55.20
Relógio	14.95	20.26	23.35	30.21	52.79
Telefone celular	0.05	0.36	0.44	1.46	12.68

O Gráfico 4.8 ilustra a evolução da percentagem de agregados familiares que possuem os bens duráveis em 2002/3 em comparação com a situação em 1996/7.

GRÁFICO 4.8 PERCENTAGEM DE AGREGADOS FAMILIARES COM BENS DURÁVEIS



4.8 Nível de Despesa e Percepção da População sobre a sua Situação Económica

Com vista a obter a percepção da população sobre a sua situação económica, o inquérito incluiu a seguinte pergunta “*Como é que compara a situação económica do agregado em relação há um ano atrás*”. À esta pergunta foram apurados os seguintes resultados:

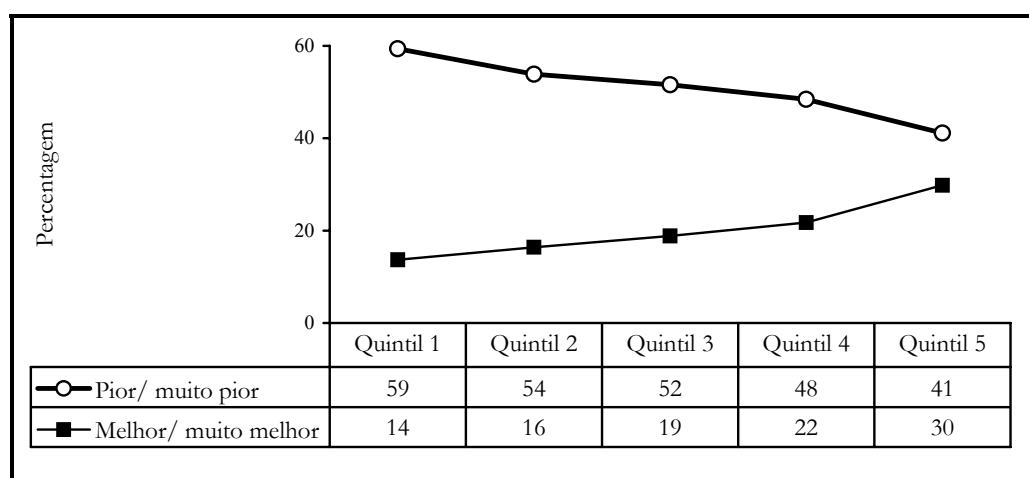
Muito pior	28%
Pior	22%
Na mesma	29%
Melhor	19%
Muito melhor	2%

Em resumo, pode-se concluir que 50% dos agregados familiares entrevistados opinou que a sua situação económica no último ano era pior ou muito pior, 21% considerou que era melhor ou muito melhor e 29% declarou que não se alterou.

É importante mencionar que existe uma congruência bastante clara entre a percepção das famílias sobre a sua situação económica e a tendência verificada nas receitas e despesas.

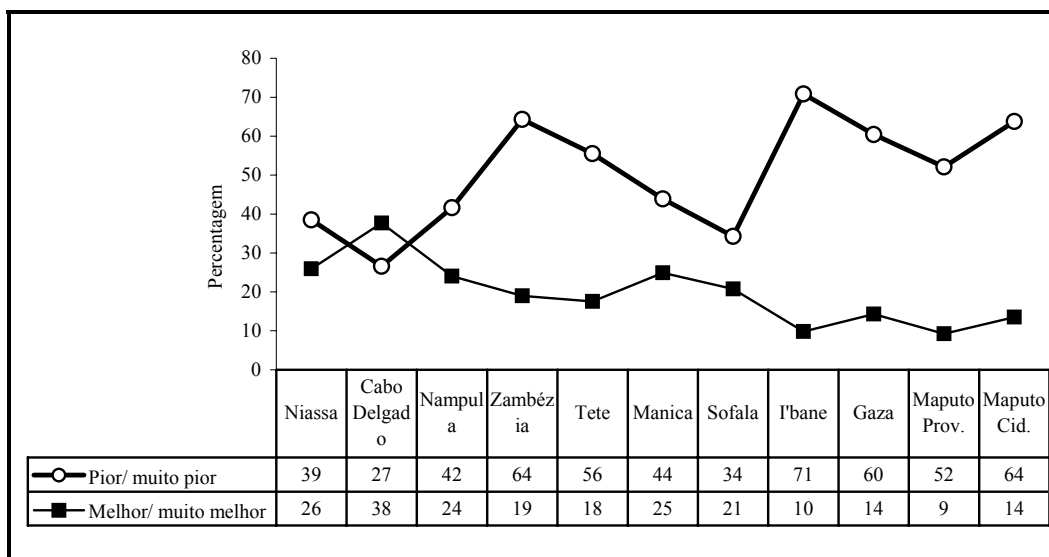
O Gráfico 4.9 mostra a relação entre o nível de despesa dos agregados familiares por quintis e a opinião sobre a situação económica. Como tendência geral, verifica-se que a media que o nível de despesas aumenta, a opinião passa de pior ou muito pior para melhor ou muito melhor. Dos agregados familiares do 1º quintil, isto é, dos mais pobres, 59% responderam que a sua situação era pior ou muito pior e somente 14% acharam que era melhor ou muito melhor. No 5º quintil, 41% dos agregados familiares dos mais ricos declararam que a sua situação económica havia piorado ou era muito pior, enquanto que para 30% acham que era melhor ou muito melhor. A diferença entre os dois dados indica a percentagem dos agregados familiares que acharam que a situação não mudou.

GRÁFICO 4.9 AGREGADOS FAMILIARES POR QUINTIS DE DESPESAS, SEGUNDO A PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA



O Gráfico 4.10 mostra a percepção da situação económica por províncias. Geralmente, a percentagem da população que consideram que a situação económica melhorou é superior nas Províncias do Norte do País do que nas do Sul. Cabo Delgado é a província com a maior percentagem dos agregados que considerou que a sua situação económica melhorou ou é muito melhor (38%) e a menor percentagem (27%) dos que acham que piorou ou piorou muito. Na Província de Inhambane as respectivas percentagem são 71% e 10% . A Província de Sofala tem uma percentagem de agregados familiares relativamente baixa que opinaram que a sua actual situação económica é pior ou muito pior. Em contrapartida uma elevada percentagem dos entrevistados considerou que as suas condições eram melhores ou muito melhores.

GRÁFICO 4.10 AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA



5 RECEITAS

5.1 Receita Por Agregado Familiar e Per Capita Segundo Área de Residência e Província

Embora o nível de receitas dos agregados familiares não caracteriza automaticamente o seu bem estar, elas são a potencial base para o seu nível de vida. O IAF 2002/3 forneceu valiosas informações sobre as várias fontes de receitas. Os inquiridores perguntaram cada membro dos agregados familiares sobre as suas receitas durante o mês antes ao inquérito.

Experiências de outros inquéritos em Moçambique e também de outros países mostram que dados sobre receitas são muitas vezes subvalorizados. Por razões de ordem vária, geralmente a população não declara correctamente informações sobre as suas receitas. No IAF 2002-03 informações sobre as receitas foram recolhidas na última visita ao agregado familiar quando tinha-se estabelecido um ambiente de confiança entre o inquiridor e o entrevistado. Este facto contribuiu muito para melhorar a qualidade desta informação.

No inquérito, foram recolhidas receitas monetárias e em espécie angariadas por cada um dos membros dos agregados familiares.

As receitas monetárias abrangem:

- Os rendimentos do trabalho por conta de outrem, que incluem o salário líquido (sem descontos) do trabalho principal e secundário e as gratificações;
- Os rendimentos por conta própria, que incluem as receitas provenientes da venda de produtos produzidos pelo agregado familiar deduzidos a partir dos custos de produção;
- O valor líquido de negócios no mercado informal e dos comerciantes e outros empresários;
- As receitas provenientes de propriedade, que incluem o arrendamento de casa, terras agrícolas e carros; e
- As receitas extraordinárias que incluem jogos de sorte, herança e outros.

Por seu turno, as receitas em espécie referem-se à:

- Bens ou serviços (alimentação, alojamento, transporte, etc.) fornecidos pela entidade patronal a título gratuito ou a preços reduzidos;
- A renda estimada da casa própria;
- O autoconsumo, isto é, o valor de produtos consumidos da produção própria do agregado familiar; e
- O valor de produtos recebidos gratuitamente de instituições sem fins lucrativos e religiosas, como também de familiares que vivem noutra agregado familiar.

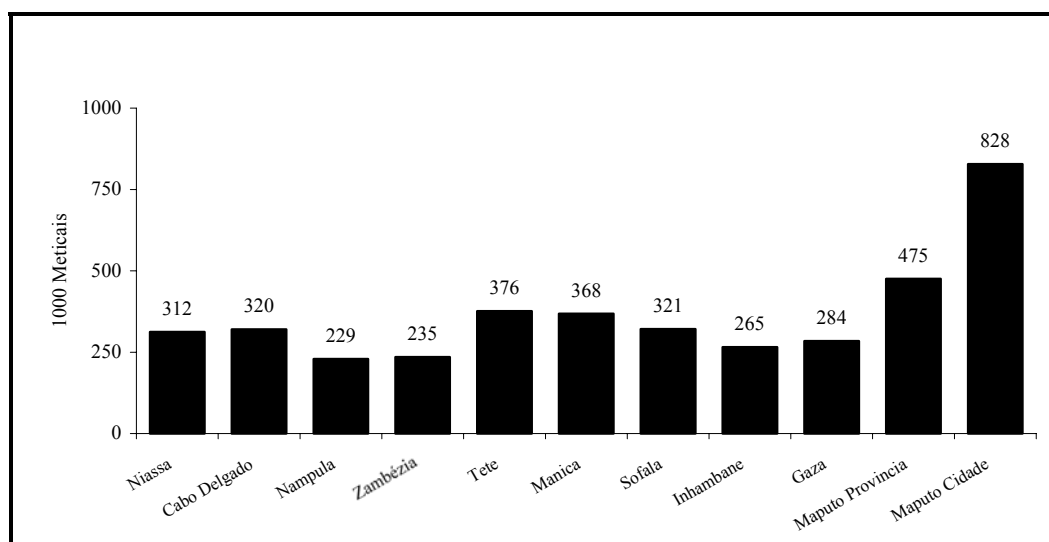
O Quadro 5.1 e no Gráfico 5.1 mostram as receitas mensais per capita e por agregados segundo províncias. Entre Junho de 2002 e Julho de 2003 o nível de receita mensal por agregado familiar foi de 1.559.642 Meticais, o equivalente a 325 mil Meticais per capita. Note-se que este nível de receita é praticamente igual ao das despesas médias efectuadas no mesmo período que foi de 1.558.916 Meticais. Deve-se mencionar que do total de receitas (1.559.642 Meticais) apenas 56% corresponde ao valor monetário, o restante representa receitas em espécie.

A nível provincial, o maior volume de receita foi registado em Maputo Cidade (5.200.741 Meticais) e o menor na Província de Nampula (996.542 Meticais).

**QUADRO 5.1 RECEITAS MENSAIS PER CAPITA E POR AGREGADO FAMILIAR,
SEGUNDO PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2002/3**

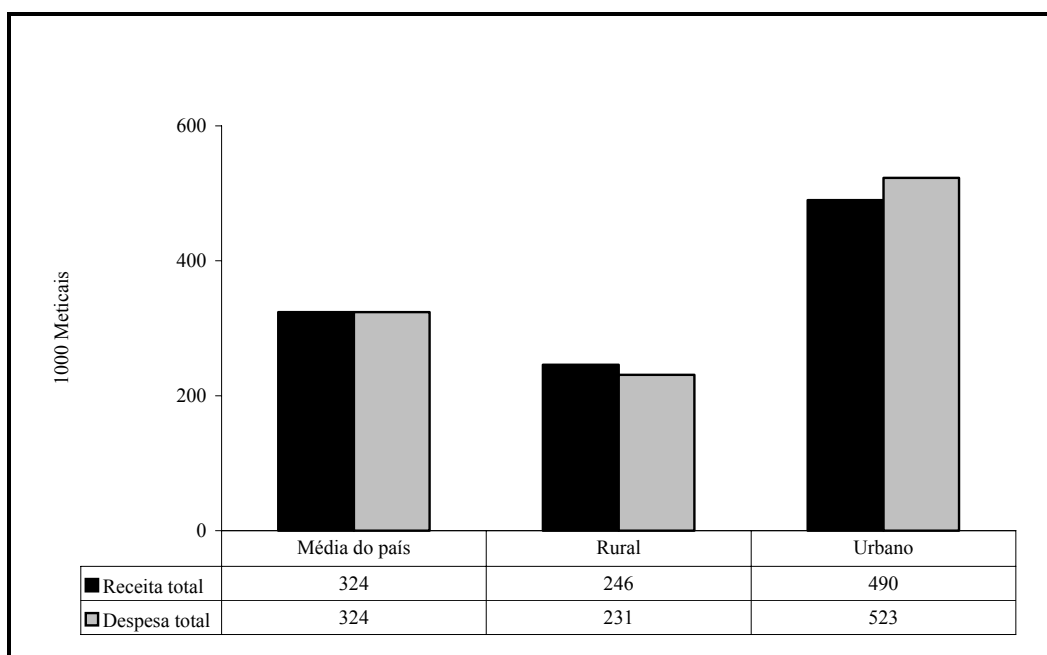
Províncias	Receitas Mensais	
	Per Capita	Por Agreg. Fam.
Total	325	1,559,642
Niassa	312	1,575,024
Cabo Delgado	320	1,246,704
Nampula	229	996,542
Zambézia	235	1,112,002
Tete	376	1,758,670
Manica	368	2,107,237
Sofala	321	1,786,000
Inhambane	265	1,238,070
Gaza	284	1,484,341
Maputo Província	475	2,327,850
Maputo Cidade	828	5,200,741

GRÁFICO 5.1 RECEITAS MENSAIS PER CAPITA, SEGUNDO PROVÍNCIAS



No Gráfico 5.2 compara-se receitas e de despesas mensais, a nível nacional e por extracto urbano e rural. Como já foi aludido, a nível nacional, as receitas e as despesas per capita são praticamente iguais. Se analisarmos por áreas de residência, nota-se que as receitas superam as despesas nas zonas rurais, enquanto que nas urbanas se observa o contrário. Nas áreas rurais as receitas excedem as despesas em 6% e nas urbanas estas superam aquelas também na mesma percentagem.

GRÁFICO 5.2 RECEITAS E DESPESAS MENSAIS PER CAPITA, POR ÁREAS DE RESIDÊNCIA



No Quadro 5.2 apresenta-se a receita desagregada dos agregados familiares por áreas de residência.

QUADRO 5.2 RECEITAS MENSAIS POR AGREGADO FAMILIAR SEGUNDO ÁREA DE RESIDENCIA (a preços correntes)

Receitas	Média do País	Urbano	Rural
Total de receitas	1,559,652	2,531,527	1,146,379
Receitas em dinheiro	879,702	1,813,306	482,704
Receitas em espécie	679,949	718,221	663,675

Os resultados do inquérito mostram a maior parte das receitas dos agregados familiares foi em dinheiro, com a exceção das áreas rurais. A nível nacional, as receitas monetárias representam 56%, enquanto que nas urbanas esta percentagem atinge os 72% e apenas 42% nas rurais. A restante parte da receita total foi em espécie, estimada do autoconsumo de produtos produzidos pelos agregados.

5.2 Receita Por Agregado Familiar Segundo a Fonte

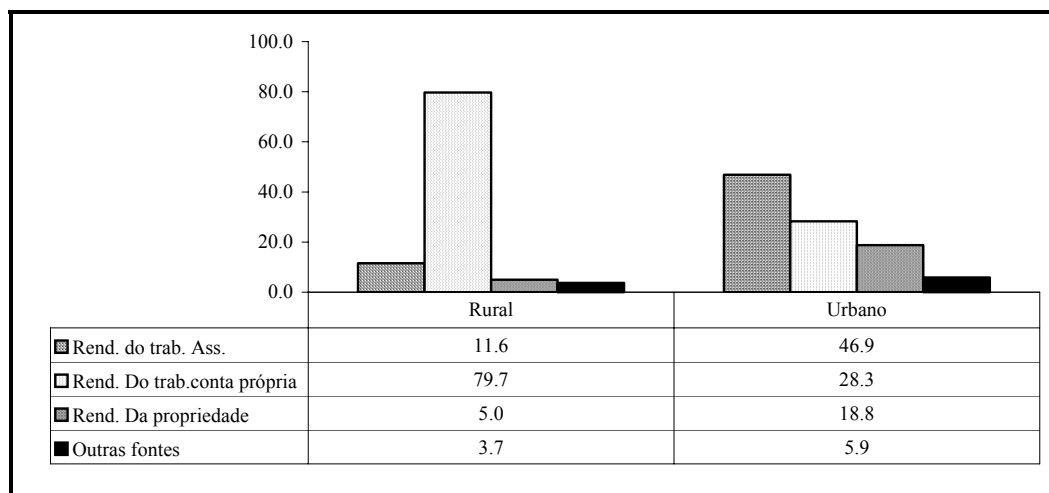
O Quadro 5.3 mostra as receitas médias obtidas por agregado familiar segundo a fonte. Os resultados do IAF 2002/3 foram agrupados em seis principais fontes de receitas, a saber: Trabalho, Vendas, Negócios, Arrendamento, Autoconsumo e Outras. Deve-se mencionar que as receitas do autoconsumo e das transferências em espécie foram calculadas convertendo-se os produtos produzidos e recebidos pelo agregado familiar em valores monetários. Deste modo, observa-se que a principal fonte de receitas dos agregados familiares é o autoconsumo e a transferência em espécie, que representam 31.6% do total das receitas. Em segundo lugar seguem as receitas provenientes do trabalho, que inclui receitas monetárias e em espécie e gratificações, que representam 28.7% do total.

QUADRO 5.3 RECEITA MENSAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO A FONTE (EM 1000 METICAIS A PREÇOS CORRENTES)

Fontes das Receitas	Total	Urbano	Rural
Total	1,559,652	2,531,527	1,146,379
Receitas do trabalho, incluindo gratificações	448,142	1,188,314	133,396
Receitas em dinheiro do trabalho	425,412	1,136,354	123,096
Receitas em dinheiro do trabalho principal	393,684	1,072,982	104,824
Receitas em dinheiro do trabalho secundário	31,728	63,373	18,272
Receitas em espécie do trabalho	11,531	26,170	5,306
Receitas em espécie do trabalho - alimentação	3,738	5,463	3,004
Receitas em espécie do trabalho - alojamento	2,350	3,463	1,877
Receitas em espécie do trabalho - transporte	1,183	3,653	133
Receitas em espécie do trabalho - outros	4,260	13,591	292
Gratificações ou remunerações extraordinárias	11,199	25,790	4,994
Valor das vendas	210,711	138,262	241,518
Valor líquido do negócio	173,685	374,466	88,306
Arrendamento	186,705	489,307	58,029
Arrendamento da casa	5,128	16,627	239
Renda estimada da casa própria	176,305	457,57	56,702
Arrendamento de terras agrícolas	711	1,659	309
Aluguer de carro	4,560	13,451	779
Receitas extraordinárias	48,296	106,696	23,463
Jogos de sorte (lotaria, totobola, rifa, etc.)	5	0	8
Herança	24,534	75,760	2,752
Outras receitas ocasionais	23,757	30,936	20,704
Valor de autoconsumo e transferência em espécie	492,113	234,481	601,667
Valor de autoconsumo	470,257	204,284	583,358
Recebeu em espécie de instituições sem fins lucrativos e religiosas	1,810	481	2,375
Recebeu em espécie de familiares que vivem fora do agregado	12,491	17,656	10,295
Recebeu em espécie de familiares que trabalham no estrangeiro	7,555	12,061	5,639

O Gráfico 5.3 mostra a estrutura de receitas mensais por áreas de residência. Cerca de 69% da população de Moçambique vive nas áreas rurais. Este facto, também se reflecte na estrutura de receitas. Nas áreas rurais, o rendimento do trabalho por conta própria, que inclui o valor líquido obtido da venda de produtos produzidos pelo agregado, valor líquido de negócio e o autoconsumo, chega aos 80% do total das receitas. Nas áreas urbanas, este valor é apenas de 28.3%.

**GRÁFICO 5.3 ESTRUTURA DE RECEITAS MENSAIS POR ÁREA DE RESIDÊNCIA,
SEGUNDO A FONTE**



Por outro lado, nas áreas rurais, apenas 12% do total da receitas provem do rendimento do trabalho assalariado, enquanto que nas urbanas esta percentagem alcança os 47%.

A renda da propriedade na sua maioria provem do arrendamento imobiliário. Os dados do IAF 2002/3 mostram que o arrendamento de terras agrícolas ainda não é uma prática muito comum em Moçambique.

O valor líquido de venda de produtos da produção própria chega, em média, aos 14%. Esta percentagem está mais elevada nas aldeias do que nas áreas urbanas. Os 242,000 MT que um agregado familiar rural ganha pela venda da sua produção comparados com 583,000 MT de autoconsumo reflecte o baixo nível de comercialização. A maior parte dos camponeses produz apenas para o autoconsumo.

O Quadro 5.4 mostra a estrutura de produtos vendidos pelo produtor próprio. O quadro mostra que mesmo nas áreas urbanas 72% das vendas totais são de produtos agrícolas e pecuários. Os valores de vestuário, artigos de artesanato e material de construção tem uma relevância menos significativa.

**QUADRO 5.4 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE PRODUTOS VENDIDOS PELO
PRODUTOR PRÓPRIO**

Produtos	Total	Rural	Urbano
Valor total das vendas	100	100	100
Produtos agrícolas	66	69	52
Produtos pecuários	11	9	20
Peixe, camarão e outro pescado	6	7	5
Produtos alimentares, bebidas processadas	6	6	7
Vestuário	0	0	2
Lenha e carvão	2	3	2
Produtos de artesanato	3	3	4
Material de construção	2	2	3
Mel e produtos de caça	0	0	1
Outros produtos	2	1	5

Comparação do Nível e Estrutura de Receita de 2002/3 com o de 1996/7

O montante médio de receitas líquidas mensais dos agregados familiares atingiu, em 2002/3, 1.092.423 Meticais a preços constantes. Este valor foi 83% superior ao apurado em 1996/7 (598.239 Meticais). Neste período, a receita mensal per capita, a preços constantes, cresceu de 123.651 Meticais em 1996/7 para 227.115 Meticais em 2002/3. Isto significa um aumento de 84%. À semelhança da metodologia usada no capítulo sobre despesas, neste usou-se também um deflator de consumo privado para transferir as receitas a preços constantes.

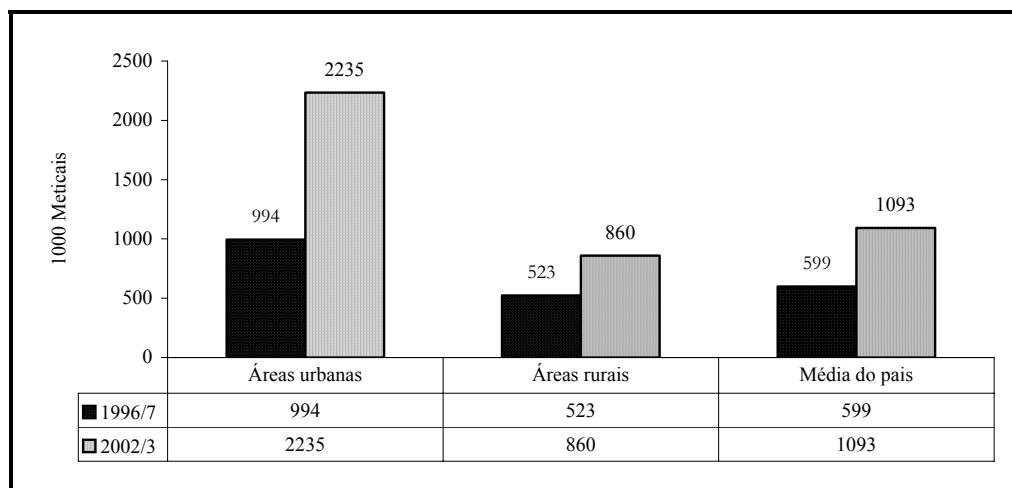
No Quadro 5.5 e no Gráfico 5.4 compara-se a receita mensal por agregado familiar entre 1996/7 e 2002/3. Nota-se no período em análise, as receitas por agregado familiar cresceram mais nas áreas urbanas do que nas rurais. Isto significa, que a diferença entre o nível da população que vive nas duas áreas também cresceu.

**QUADRO 5.5 RECEITA MENSAL POR AGREGADO FAMILIAR 1996/7 E 2002/3
(A PREÇOS CONSTANTES)**

Área de Residência	1996/7	2002/3	1996/7 = 100
Média do País	598	1092	183
Área urbana	994	2235	225
Área rural	523	860	164

Fonte: IAF 1996/7 e IAF 2002/3

GRÁFICO 5.4 RECEITAS POR AGREGADO FAMILIAR, 1996/7 E 2002/3



No Quadro 5.6 compara-se a receita dos agregados familiares segundo a fonte. Nota-se que, no período em análise, o rendimento do trabalho principal aumentou em 293%. De igual modo, o salário mínimo, estabelecido pelo Governo, também cresceu ao passar de 244.900 para 814.600 Meticais.

O rendimento do trabalho secundário, gratificações e remunerações extraordinárias cresceram muito mais rapidamente do que o rendimento do salário principal. Isto resulta provavelmente do facto de que em 2002/3 mais gente tinha uma ocupação secundária.

QUADRO 5.6 RECEITA POR AGREGADO FAMILIAR 2002/3 e 1996/7
(a preços constantes)

Fontes das Receitas	1996/7 Meticaís	2002/3 Meticaís	1996/7 = 100 %
RECEITAS TOTAIS	598,239	1,092,423	183
RENDIMENTO DO TRABALHO ASSALARIADO	113,078	313,891	278
Salário em dinheiro do trabalho principal	94,121	275,747	293
Salário em dinheiro do trabalho secundário	3,277	22,223	678
Receitas em espécie do trabalho	14,272	8,077	57
Gratificações ou remunerações extraordinárias	1,408	7,844	557
RENDIMENTO DO TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA inclui. valor de autoconsumo	412,460	598,622	145
RENDIMENTO DE PROPRIEDADE	35,754	127,579	357
Arrendamento da casa	470	3592	764
Renda imputada da casa própria	34,519	123.489	358
Arrendamento de terras agrícolas	765	498	65
OUTRAS FONTES	36,947	52,331	142

Fonte: IAF 1996/7 e IAF 2002/3

O maior crescimento verifica-se no rendimento do arrendamento imobiliário. Ao analisar estes dados deve-se tomar em consideração que em 1996/7 muitas casas ainda pertenciam ao Estado e que o valor de arrendamento era muito baixo. Situação diferente é observada em 2002/3, onde as regras da economia de mercado também regem o mercado imobiliário e por consequência os custos de arrendamento são elevadíssimos.

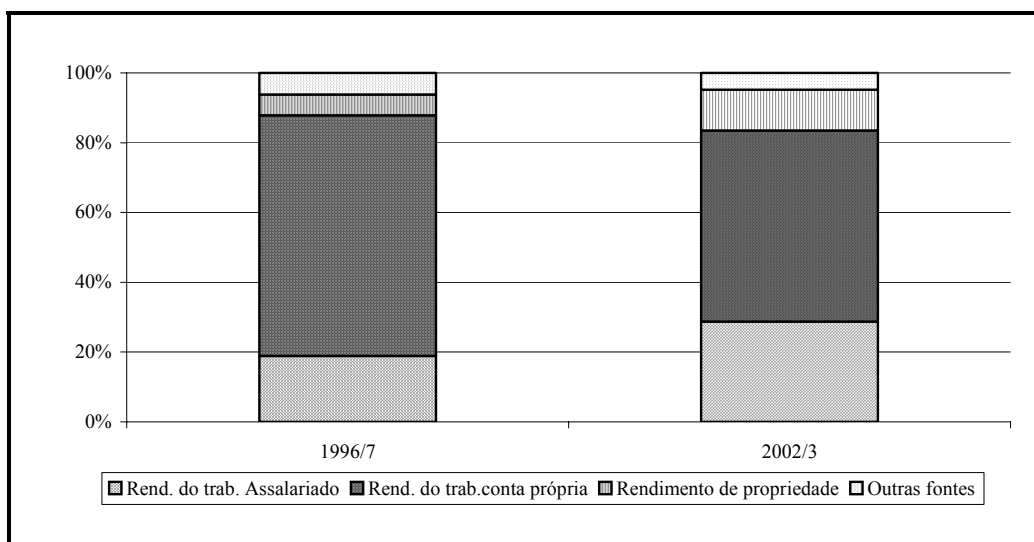
No Quadro 5.7 e no Gráfico 5.5 mostra-se que, no período em análise, a estrutura de receitas dos agregados familiares por fontes de receita alterou. A percentagem do rendimento do trabalho por conta de outrem nas receitas totais cresceu de 19 para 29%. No mesmo período, a percentagem do rendimento do trabalho por conta própria baixou de 69% para 55%. No entanto, nas receitas totais, duplicou a percentagem de rendimento da propriedade.

**QUADRO 5.7 COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA DE RECEITA DO AGREGADO FAMILIAR
1996/7 COM 2002/3 (em percentagem)**

FONTES DE RECEITA	1996/7	2002/3
RECEITAS TOTAIS	100.0	100.0
RENDIMENTO DO TRABALHO ASSALARIADO	18.9	28.7
Salário em dinheiro do trabalho principal	15.7	25.2
Salário em dinheiro do trabalho secundário	0.6	2.0
Receitas em espécie do trabalho	2.4	0.7
Gratificações ou remunerações extraordinárias	0.2	0.7
RENDIMENTO DO TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA inclui o valor do autoconsumo	67.0	54.8
RENDIMENTO DE PROPRIEDADE	6.0	11.7
Arrendamento da casa	0.1	0.3
Renda imputada da casa própria	5.8	11.3
Arrendamento de terras agrícolas	0.1	0.1
OUTRAS FONTES	6.2	4.8

Fonte: IAF 1996/7 e IAF 2002/3

GRÁFICO 5.5 ESTRUTURA DE RENDIMENTO, 1996/7 e 2002/3



6 CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM AS DESPESAS

A habitação é uma das necessidades básicas para a população. Por isso, uma habitação adequada para todos constitui um direito humano universal, reconhecido pelas Nações Unidas e declarado a quando da realização da Conferência Habitat II (PNUD,1998)⁶.

A habitação não se limita apenas às qualidades físicas da sua construção como tal, inclui o acesso aos sistemas essenciais de abastecimento de água potável, saneamento (casa de banho, latrina, etc.), fornecimento de electricidade e transporte.

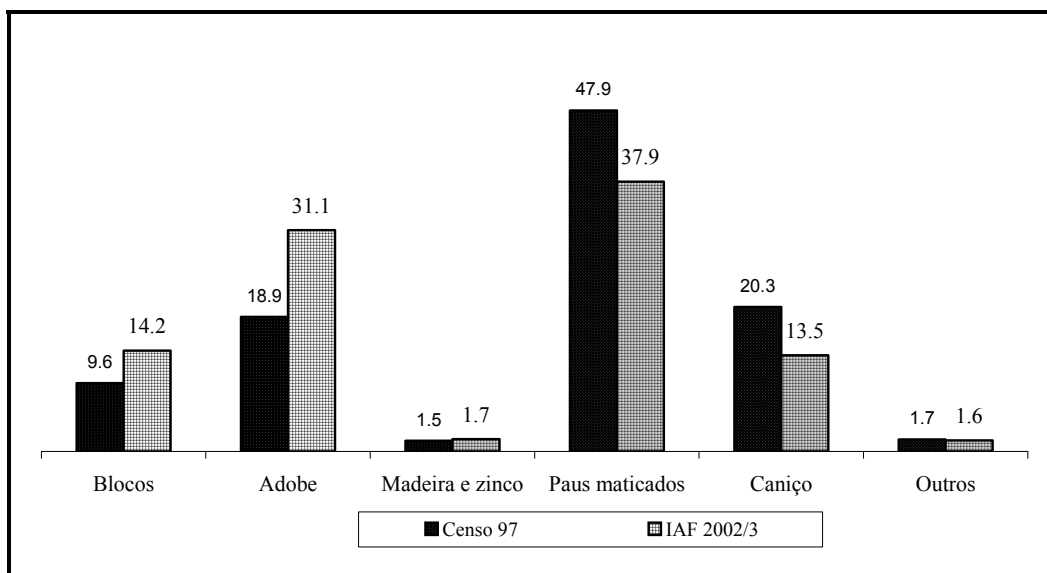
As características físicas das habitações, especialmente o material usado para a sua construção, e o acesso a serviços básicos são, para o caso de Moçambique, indicadores importantes do nível de vida dos agregados familiares e dos seus membros. Por isso, tem-se recorrido a esta informação para acompanhar a evolução e melhoramento dos referidos indicadores. No presente capítulo, são analisadas as condições de habitação e sua relação com as despesas dos agregados familiares.

6.1 Material de Construção Predominante na Habitação

No questionário do IAF 2002/3 foram contempladas perguntas que permitem conhecer a qualidade da habitação em Moçambique em função do material predominante construção das paredes, cobertura e pavimento. Neste relatório, faz-se uma análise comparativa entre os resultados do IAF 2002/3 e os do II Recenseamento Geral da Populacho e Habitação de 1997.

O Gráfico 6.1, mostra que, em geral, tanto em 1997 como em 2002/3, o material predominante nas paredes são paus maticados e adobe.

GRÁFICO 6.1: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO MATERIAL USADO NAS PAREDES DAS SUAS CASAS. MOÇAMBIQUE, 2002/3



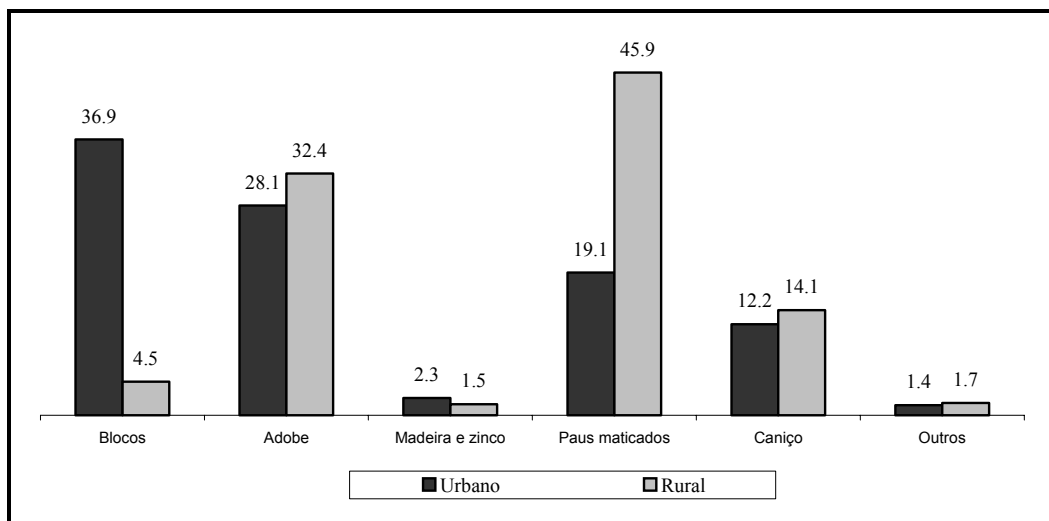
A percentagem de agregados familiares cujas habitações foram construídas de paredes com paus maticados ou caniço reduziu de 47.9% e 20.3%, respectivamente em 1997, para 37.9% e 13.5%, em 2002/3. Em contrapartida, a percentagem de agregados com habitações com

⁶ PNUD. (1998). Relatório do Desenvolvimento Humano 1998. Lisboa. Editora Trinova

paredes construídas com blocos registaram um ligeiro crescimento ao passar de 9.6% em 1997 para 14.2% em 2002/3.

A variação do tipo de material usado na construção de paredes por área de residência é mostrada no Gráfico 6.2. Nota-se que nas áreas urbanas, destacam-se mais as casas cujas paredes foram construídas com blocos, enquanto que nas rurais predominam as de paus maticados. Em relação às casas de caniço e madeira e zinco, as diferenças são muito pequenas entre as áreas rurais e urbanas.

GRÁFICO 6.2: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO MATERIAL USADO NAS PAREDES DAS SUAS CASAS POR ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2002/3



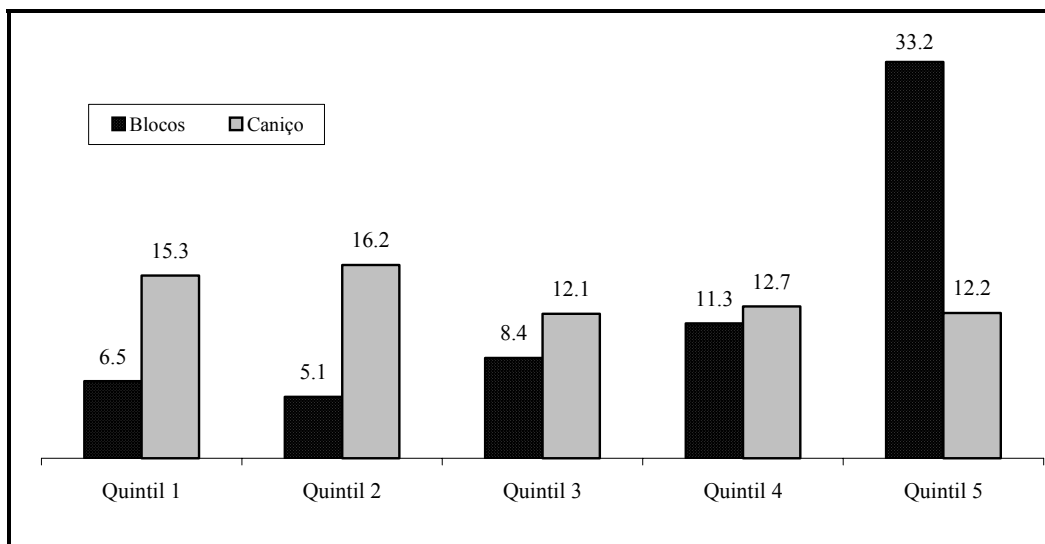
Os dados do Quadro 6.1 mostram a distribuição percentual dos agregados familiares de acordo com o material usado na construção das paredes das habitações. Em todas as províncias, com a exceção da Maputo Cidade, 81.3% e da Maputo Província, 53.1%, mais de 70% de casas foram construídas com paredes de adobe, madeira e zinco, paus maticados ou caniço.

O Gráfico 6.3 apresenta a relação entre as despesas de agregados familiares e o material usado na construção das paredes. Aqui nota-se que, existe uma forte relação entre o nível de despesas e o material de construção. Assim, a percentagem de casas com paredes de blocos varia de 6.5% (1º Quintil) a 33.2% (5º Quintil). Em contrapartida, o uso de caniço tende a decrescer do 2º quintil em diante.

QUADRO 6.1: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR MATERIAL USADO NAS PAREDES DAS SUAS CASAS SEGUNDO PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2002/3

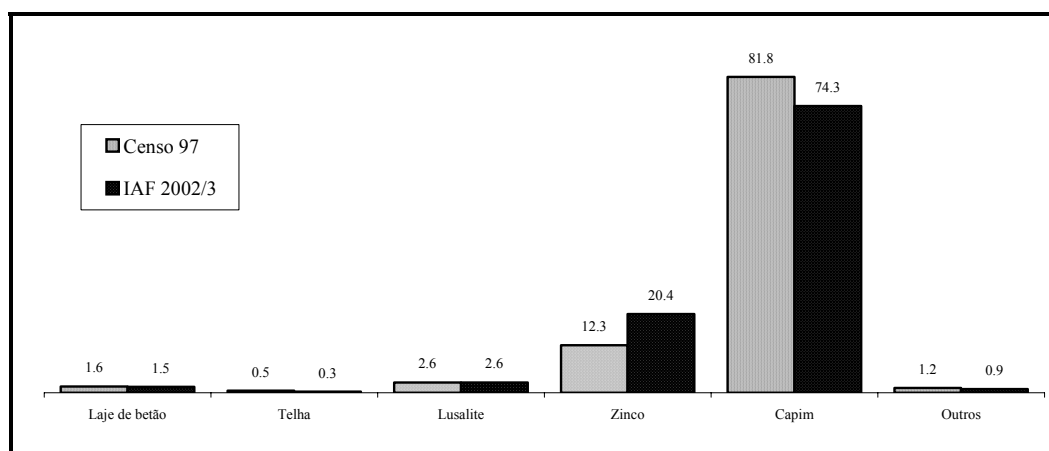
Províncias	Blocos	Adobe	Madeira e zinco	Paus maticados	Caniço	Outros	Total
Total	14.2	31.1	1.7	37.9	13.5	1.6	100.0
Niassa	4.4	62.5	1.3	26.0	5.4	0.4	100.0
Cabo Delgado	3.6	12.8	0.1	82.7	0.7	0.2	100.0
Nampula	8.9	52.9	0.4	35.7	0.9	1.2	100.0
Zambézia	2.0	50.9	1.2	37.2	6.1	2.6	100.0
Tete	8.0	32.3	0.8	53.3	2.7	2.8	100.0
Manica	13.2	46.3	0.1	29.1	9.4	1.9	100.0
Sofala	19.6	9.2	5.8	47.4	14.8	3.3	100.0
Inhambane	12.6	0.4	4.0	27.6	54.3	1.2	100.0
Gaza	17.7	0.0	0.7	28.2	53.3	0.0	100.0
Maputo Província	53.1	0.0	2.4	4.8	38.1	1.7	100.0
Maputo Cidade	81.3	0.3	8.5	0.1	9.4	0.4	100.0

GRÁFICO 6.3: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO MATERIAL USADO NAS PAREDES DAS SUAS CASAS. MOÇAMBIQUE, 2002/3



Em Moçambique, o capim é o material predominante na cobertura das habitações (74.3%) seguindo-se chapas de zinco, com 20.4% (vide o Gráfico 6.4).

GRÁFICO 6.4: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO MATERIAL DE COBERTURA DAS SUAS CASAS. MOÇAMBIQUE, 2002/3



No entanto, pode-se observar que o uso do capim está a reduzir gradualmente, dando lugar a as chapas de zinco. De acordo com os dados do censo de 1997, as casas cobertas de capim representavam 81.8%; e os resultados do IAF 2002/3 mostram que esta percentagem reduziu para 74.3%. As casas cobertas de chapas de zinco, que em 1997 representavam 12.3%, passaram para 20.4% em 2002/3. O uso de laje de betão, telha e lusalite não excede, no conjunto os 5% de todos os agregados familiares nos dois levantamentos de dados.

Os dados apresentados no Quadro 6.2 mostram que a maioria dos agregados familiares, com a excepção dos que vivem nas Províncias de Maputo, Maputo Cidade e Gaza, habitam em casas cobertas de capim. Assim, excluindo as três províncias, todas as outras estão acima de 60% em termos de percentagem de casas cobertas de capim.

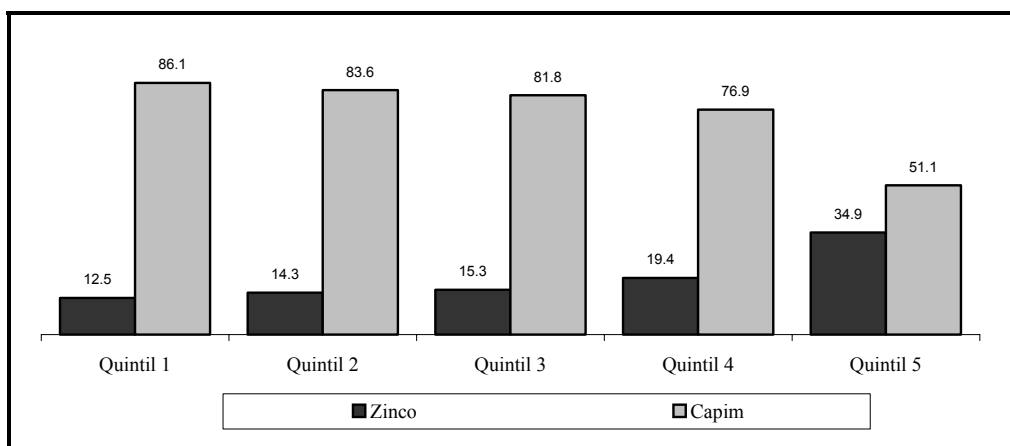
QUADRO 6.2: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO MATERIAL DE COBERTURA DAS CASAS SEGUNDO PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2002/3

Províncias	Laje de betão	Telha	Lusalite	Zinco	Capim	Outros	Total
Total	1.5	0.3	2.6	20.4	74.3	0.9	100.0
Niassa	0.0	0.0	2.1	2.3	95.2	0.3	100.0
Cabo Delgado	1.4	0.0	1.5	3.9	92.9	0.3	100.0
Nampula	0.1	0.0	1.5	6.5	89.2	2.7	100.0
Zambézia	0.0	0.0	0.6	3.6	95.8	0.0	100.0
Tete	0.1	0.0	2.2	9.5	87.7	0.6	100.0
Manica	0.3	0.0	7.0	16.0	76.6	0.1	100.0
Sofala	4.0	0.0	11.1	22.3	60.3	2.4	100.0
Inhambane	0.8	0.0	2.0	34.9	62.1	0.1	100.0
Gaza	1.1	1.6	3.0	57.9	35.9	0.5	100.0
Maputo Província	5.3	1.5	2.7	84.1	5.6	0.8	100.0
Maputo Cidade	14.0	1.9	2.5	81.1	0.2	0.3	100.0

A relação entre as despesas e o material da cobertura da habitação apresenta-se no Gráfico 6.5. Verifica-se que o material usado na cobertura varia de acordo com o nível das despesas.

Assim, à medida que as despesas aumentam, incrementa a percentagem de agregados familiares cujo material de cobertura é zinco, acontecendo o contrario para os agregados cujo o material é capim.

**GRÁFICO 6.5 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES
SEGUNDO MATERIAL NA COBERTURA DAS SUAS CASAS POR QUINTÍLS DE DESPESA.
MOÇAMBIQUE, 2002/3**

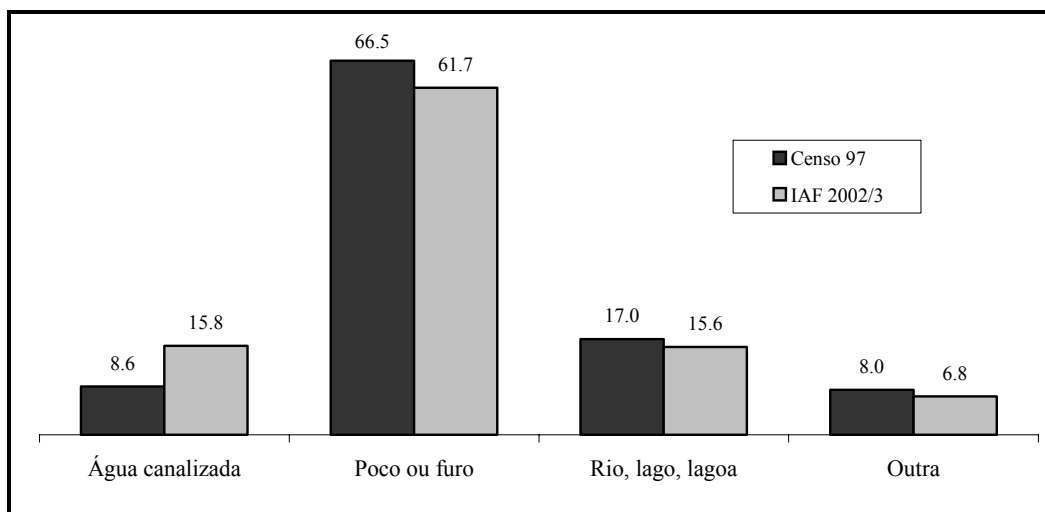


6.2 Principal Fonte de Água

O acesso a água potável é um bom indicador das condições de saúde preventiva da população. O IAF 2002/3 e o censo de 1997 recolheram informação sobre a principal fonte de abastecimento de água para beber que o agregado familiar usa, a qual permite acompanhar o estado de evolução do fornecimento de água potável à população.

O Gráfico 6.6, apresenta os agregados familiares por fonte de água que usam para beber. Observa-se que as principais fontes de água no País são poços e furos, seguidos de rios, lagos ou lagoas. De acordo com os dados contidos do Gráfico 6.6, de 1997 para 2002/3, houve um aumento de agregados familiares que utilizam água canalizada, de 8.6% para 15.8%, respectivamente. Houve também uma ligeira diminuição de agregados familiares que utilizam água de furo ou poço.

**GRÁFICO 6.6: AGREGADOS FAMILIARES POR PRINCIPAL FONTE DE ÁGUA PARA
BEBER. MOÇAMBIQUE, 2002/3**



O Quadro 6.3 apresenta as principais fontes de água para beber, segundo área de residência, região e província. Nota-se que nas áreas urbanas destaca-se mais água canalizada enquanto que nas rurais, as principais fontes de água são poços, em especial os não protegidos, que alimentam mais de 50% do total de agregados familiares.

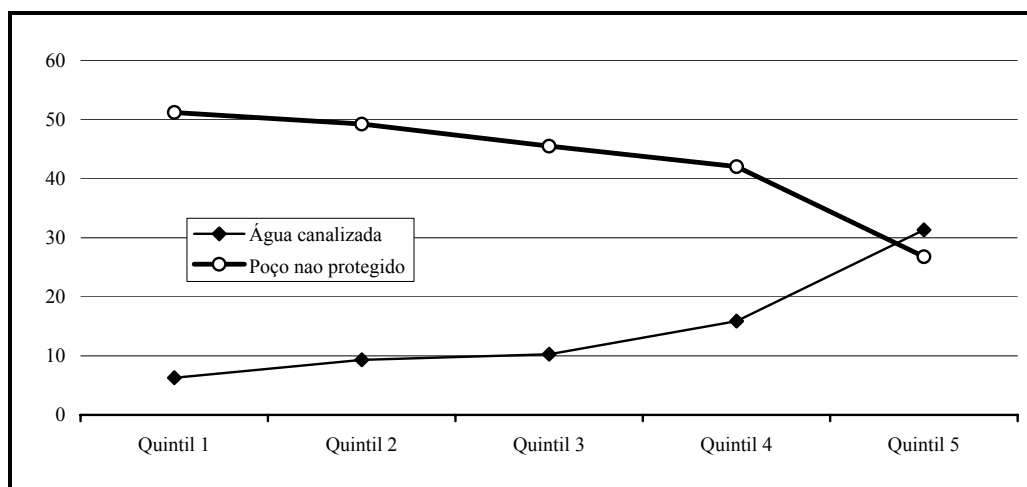
Por província, observa-se que apenas Maputo Cidade é que tem mais de 60% dos seus agregados familiares com acesso à água canalizada. Nas restantes províncias, os poços são a principal fonte de água.

QUADRO 6.3: AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE FONTE DE ÁGUA, SEGUNDO ÁREAS DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2002/3

Áreas de Residência e Províncias	Água canalizada	Poço protegido	Poço não protegido	Rio, lago, lagoa	Outra	Total
Total	15.8	19.9	41.8	15.6	6.8	100.0
Área de residência						
Urbano	41.8	15.9	18.9	2.7	20.7	100.0
Rural	4.8	21.6	51.5	21.1	1.0	100.0
Província						
Niassa	5.0	25.2	51.3	18.4	0.1	100.0
Cabo Delgado	13.7	27.9	43.2	12.1	3.2	100.0
Nampula	19.8	12.5	42.6	18.0	7.1	100.0
Zambézia	6.0	7.7	66.4	17.9	2.0	100.0
Tete	9.3	32.3	31.8	26.7	0.0	100.0
Manica	14.9	32.2	26.2	25.7	1.0	100.0
Sofala	26.5	21.2	30.6	13.8	7.9	100.0
Inhambane	6.1	25.5	53.9	8.3	6.3	100.0
Gaza	7.9	42.3	27.3	11.3	11.1	100.0
Maputo Província	31.6	17.3	19.8	6.9	24.3	100.0
Maputo Cidade	61.0	5.2	0.0	0.0	33.8	100.0

De acordo com os dados do Gráfico 6.7, que estabelece a relação entre as despesas e fonte de água, pode-se observar que os mais pobres apresentam níveis mais baixos de acesso a água canalizada que os mais ricos (6.3% no 1º quintil contra 31.3% do 5º quintil). Em contrapartida, o uso de água de poços não protegidos tende a baixar do 1º ao 5º quintil.

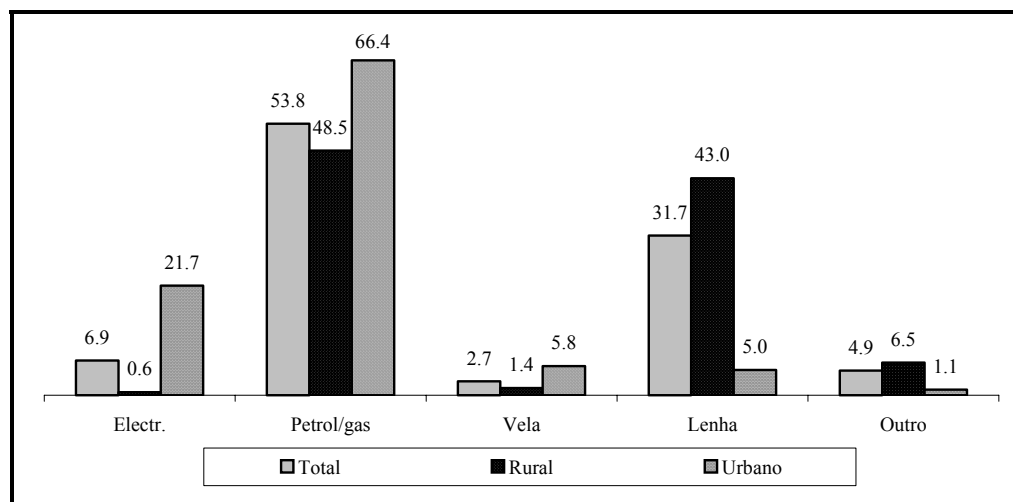
GRÁFICO 6.7: AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE FONTE DE ÁGUA SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESA. MOÇAMBIQUE, 2002/3



6.3 Fonte de Energia Para Iluminação

O Gráfico 6.8, apresenta a distribuição dos agregados familiares por principal fonte de energia para iluminação. A nível nacional, petróleo/gás é a principal fonte de iluminação, seguida de lenha. Analisando por área de residência, verifica-se que, na área rural, depois de petróleo/gás a segunda fonte é a lenha, enquanto que, no urbano, a electricidade ocupa o segundo lugar.

GRÁFICO 6.8: PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO POR ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2002/3



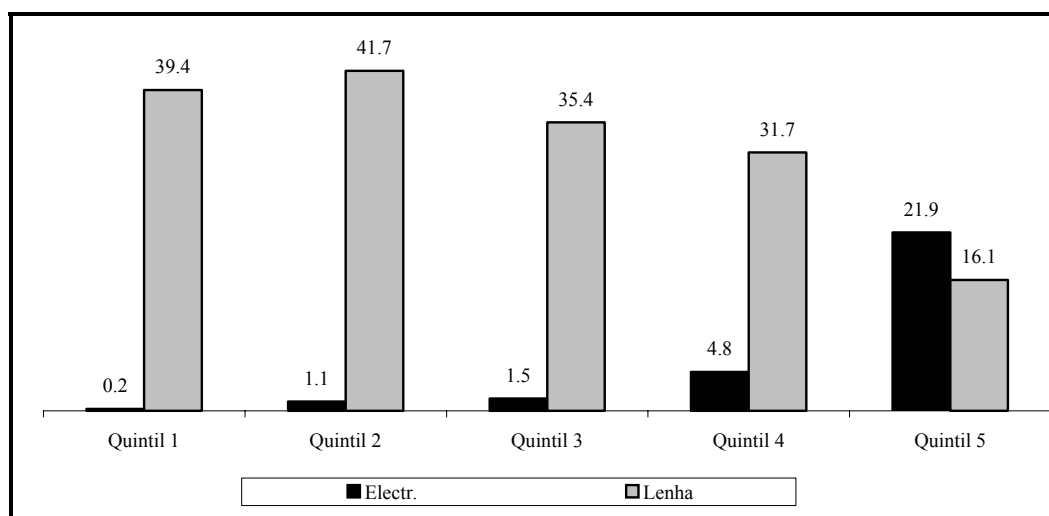
QUADRO 6.7: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE ENERGIA UTILIZADA PARA ILUMINAÇÃO POR PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2002/3

Províncias	Electr.	Petrol/gás	Vela	Bateria	Lenha	Outro	Total
Total	6.9	53.8	2.7	0.0	31.7	4.8	100.0
Niassa	4.4	59.2	1.6	0.0	30.1	4.7	100.0
Cabo Delgado	3.0	40.4	0.0	0.0	56.5	0.1	100.0
Nampula	4.9	57.1	0.7	0.0	35.1	2.2	100.0
Zambézia	2.7	44.4	0.6	0.0	34.1	18.2	100.0
Tete	3.5	41.3	1.9	0.0	48.5	4.9	100.0
Manica	6.0	50.6	1.2	0.3	41.7	0.3	100.0
Sofala	6.7	56.1	1.5	0.0	33.8	1.9	100.0
Inhambane	3.1	77.9	3.2	0.2	15.3	0.2	100.0
Gaza	7.3	73.8	11.4	0.0	6.9	0.5	100.0
Maputo Província	18.1	69.3	8.1	0.1	4.1	0.3	100.0
Maputo Cidade	45.9	38.9	14.8	0.1	0.1	0.1	100.0

A nível de províncias, com a excepção de Maputo Província (18.1%) e Maputo Cidade (45.9%), o uso de energia eléctrica para iluminação cobre menos de 10% de agregados familiares.

Por quintís de despesa, verifica-se um crescimento do 1º ao 5º quintil, de 0.2% para 21.9%, respectivamente (Gráfico 6.9). Mesmo assim, nota-se que nos últimos quintís, o uso da lenha é significativo. No 5º quintil, 16.1% dos agregados familiares usam a lenha como principal fonte de iluminação.

GRÁFICO 6.9 AGREGADOS FAMILIARES POR USO DE ELECTRICIDADE E LENHA PARA ILUMINAÇÃO. MOÇAMBIQUE, 2002/3



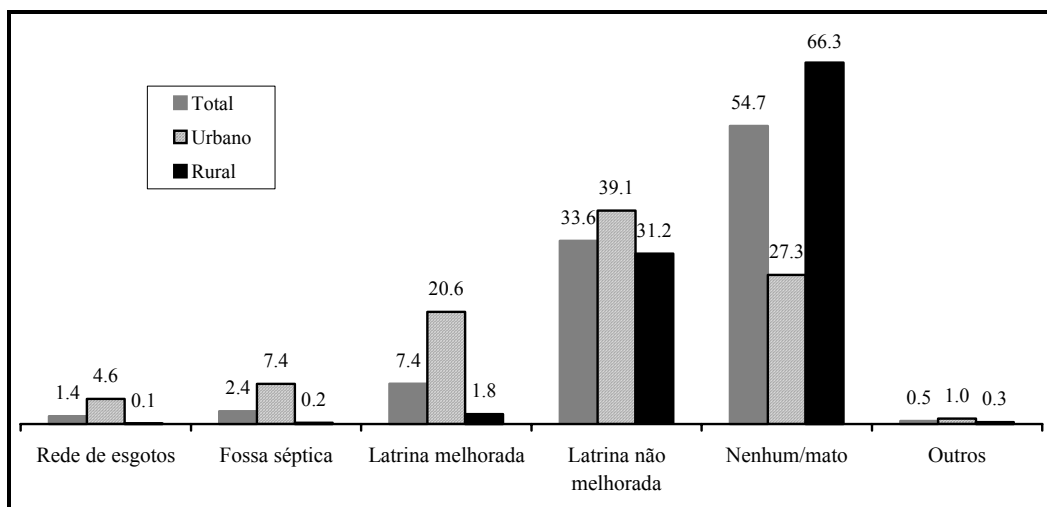
6.4 Saneamento

Embora o conceito de “ saneamento” seja bastante amplo, no IAF 200/3 este é usado para indicar o tipo de casas de banho que o agregado possui. Os dados do Quadro 6.8 e do Gráfico 6.10, mostram que a maioria dos agregados familiares declarou não ter nenhuma casa de banho ou usar o mato para satisfazer as suas necessidades (mais de 50%). Registam-se diferenças entre as áreas de residência. Na área rural a percentagem de agregados familiares sem casa de banho ou que usam mato é de 66.3% contra 27.3% no urbano. No segundo lugar estão os agregados familiares que usam latrinas não melhoradas, com mais de 30% em quase todos os domínios.

QUADRO 6.8: AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE SANEAMENTO SEGUNDO ÁREAS DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2002/3

Províncias	Rede de esgotos	Fossa séptica	Latrina melhorada	Latrina não melhorada	Nenhum ou mato	Outros	Total
Total	1.4	2.4	7.4	33.6	54.7	0.5	100.0
Niassa	0.1	0.4	4.4	65.1	29.6	0.4	100.0
Cabo Delgado	2.0	0.7	3.4	47.0	47.0	0.0	100.0
Nampula	0.4	0.4	4.6	20.8	72.9	0.9	100.0
Zambézia	0.5	0.6	1.8	16.3	80.6	0.2	100.0
Tete	0.9	0.3	2.0	39.5	57.3	0.1	100.0
Manica	1.5	1.4	17.4	25.3	54.3	0.0	100.0
Sofala	2.8	4.3	7.1	14.6	68.5	2.6	100.0
Inhambane	0.2	0.3	5.2	60.3	33.4	0.7	100.0
Gaza	1.2	2.0	16.9	49.3	30.5	0.0	100.0
Maputo Província	0.2	10.2	16.9	62.9	9.2	0.6	100.0
Maputo Cidade	13.7	21.6	33.6	30.8	0.1	0.2	100.0

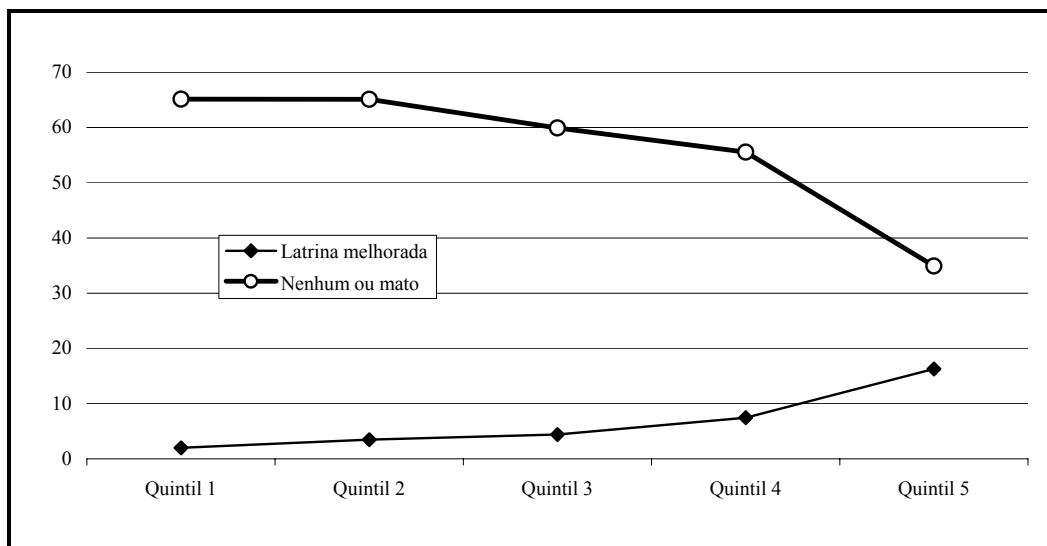
**GRÁFICO 6.10: AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE SANEAMENTO.
MOÇAMBIQUE, 2002/3**



Constata-se em relação ao uso de esgotos que, excepto Maputo Cidade com 13.7% dos agregados familiares, todas as restantes províncias apresentam menos de 3% de agregados familiares que utilizam rede de esgotos.

A nível dos quintís de despesas, as diferenças mais assinaláveis verificam-se no grupo de agregados que afirmaram não terem nenhum tipo de saneamento ou usar mato como forma de saneamento sendo mais de 55% do 1º ao 4º quintil e 34.9% para o 5º (Gráfico 6.11).

**GRÁFICO 6.12: TIPO DE SANEAMENTO POR QUINTÍS DE DESPESA.
MOÇAMBIQUE, 2002/3**



6.5 Distância Para Chegar aos Serviços Básicos

O acesso aos serviços é definido pelo tempo que as pessoas levam para chegar aos serviços básicos. No IAF 2002/3, perguntou-se aos inquiridos o tempo em minutos necessário para chegar ao local mais próximo que tenha os serviços descritos no Quadro 6.9. Neste quadro, apresenta-se a informação para o caso das pessoas que procuram estes serviços andando a pé.

**QUADRO 6.9: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES
SEGUNDO TEMPO (EM MINUTOS) QUE SE LEVA A PÉ PARA CHEGAR A FONTE DE
ÁGUA, MERCADO ALIMENTAR E TRANSPORTE PÚBLICO MAIS PROXIMO**

Tempo (minutos)	Fonte de água			Mercado alimentar			Transporte público		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Menos de 30 minutos	90.4	96.8	87.6	58.6	87.7	44.7	53.9	73.2	44.8
Entre 30 e 60 minutos	8.3	3.1	10.5	17.3	10.0	20.8	18.1	23.7	15.4
Mais de 60 Minutos	1.4	0.1	1.9	24.1	2.3	34.5	28.0	3.1	39.7
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Os dados mostram que a fonte de água, está a menor distância em relação ao mercado alimentar e transporte público mais próximo. A percentagem de agregados que estão a menos de 30 minutos da fonte de água é de 90.4% contra 58.6% e 53.9% para mercado alimentar e transporte público, respectivamente. Como resultado da primeira constatação, mais de 1/5 de agregados familiares precisam de gastar mais de 60 minutos para chegar a pé ao mercado alimentar e transporte público.

Registam-se diferenças assinaláveis nas distâncias para o mercado alimentar e transporte público entre as áreas urbanas e rurais. Nas áreas rurais, 34.5% dos agregados familiares da área rural gastam mais de uma hora para chegar a pé até o mercado alimentar mais próximo, contra 2.3% da área urbana. Os agregados que levam mais de uma hora para chegar a pé ao transporte público mais próximo, correspondem a 39.7% e 3.1%, para as áreas rurais e urbanas, respectivamente.

7 EDUCAÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL

7.1 Introdução

No estágio actual da evolução humana, as necessidades básicas da vida devem ser garantidas a todos como um direito fundamental. As pessoas não poderão desenvolver o seu potencial humano mais elevado enquanto não tiverem garantidos a alimentação, habitação, vestimenta, assistência médica e educação.

Em princípio, todos os indivíduos devem ter direito a uma educação que lhes permita exercer a sua cidadania de uma forma informada, não devendo a carência de meios financeiros representar um obstáculo ao gozo deste direito. Portanto, deve existir livre acesso a meios que permitam aos cidadãos adquirir mais conhecimentos e enriquecer-se culturalmente.

Dado o reconhecimento do papel da educação na vida do indivíduo e da sociedade em geral e tendo em conta que o inquérito ora em análise ressalta aspectos relacionados ao orçamento familiar, este capítulo do relatório versará sobre as características educacionais da população moçambicana e sua relação com o nível de despesas.

Tendo em consideração que um acesso mais amplo aos meios de comunicação implica, em certos casos, o conhecimento da leitura e da escrita, será abordada em primeiro lugar a situação do analfabetismo no País. Em seguida, analisar-se-á o nível educacional concluído pela população.

De referir, contudo, que dada a vastidão do conceito de educação, neste capítulo será tratada apenas a educação formal, ou seja, aquela que está inteiramente ligada à escolarização. Este tipo de educação é altamente institucionalizada e está estruturado de forma hierárquica. No caso de Moçambique, compreende o Ensino Primário (EP1 e EP2 ou equivalente), o Ensino Secundário Geral (EGS1 e EGS2, ou equivalentes) e o Ensino Superior (ou equivalente).

Na medida do possível os resultados do IAF 2002/3 serão comparados com os do II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997 (IIRGPH97).

7.2 Taxa de Analfabetismo

Considera-se analfabeto todo o indivíduo que não possui habilidade de leitura e de escrita em qualquer idioma. Em geral, a taxa de analfabetismo é calculada para a população de 15 anos e mais. Considera-se taxa de analfabetismo a proporção da população de 15 anos e mais que não sabe ler nem escrever.

De um modo geral, o analfabetismo tem vindo a reduzir gradualmente. A proporção de pessoas de 15 anos e mais que não sabem ler nem escrever passou de 60.5% em 1997 para 53.6% em 2002/3 (vide Quadro 7.1). Esta redução verifica-se para ambos os sexos e em todos os grupos de idade, com a excepção das mulheres de 60 anos e mais.

QUADRO 7.1: TAXA DE ANALFABETISMO POR SEXO SEGUNDO IDADE, MOÇAMBIQUE, 1997 E 2002/3

Idade	II RGP97			IAF 2002/3		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	60.5	44.6	74.1	53.6	36.7	68.0
15 - 19	49.6	38.9	59.2	37.9	27.2	48.0
20 - 29	55.8	40.4	67.8	50.7	36.0	61.1
30 - 39	57.2	36.1	75.4	50.4	29.8	68.2
40 - 49	68.3	48.2	86.4	60.3	34.5	82.6
50 - 59	76.5	59.8	91.1	67.3	45.8	88.1
60 +	82.6	70.6	93.7	78.6	64.0	94.3

Fonte: II RGP97 e IAF 2002/03.

A taxa de analfabetismo denota uma relação positiva com a idade, pois quanto mais se avança no escalão etário, maior é a taxa de analfabetismo. A análise dos dados por sexo deixa patente a desvantagem das mulheres no que concerne ao domínio da leitura e da escrita

No Quadro 7.2 apresentam-se as taxas de analfabetismo por área de residência e províncias. Constata-se que a taxa é mais elevada na área rural (72.2% em 1997 e 65.7% em 2002/3), do que na urbana (33.0% e 30.3%, respectivamente).

QUADRO 7.2: TAXA DE ANALFABETISMO POR SEXO SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA, MOÇAMBIQUE, 1997 E 2002/3

Áreas de residência e Províncias	Taxas de analfabetismo					
	1997			2002/3		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	60.5	44.6	74.1	53.6	36.7	68.0
Área de residência						
Urbana	33.0	19.4	46.2	30.3	18.1	41.7
Rural	72.2	56.4	85.1	65.7	47.2	80.8
Províncias						
Niassa	69.0	52.2	84.2	64.4	50.1	78.3
Cabo Delgado	75.0	60.0	88.5	68.4	52.4	83.0
Nampula	71.7	56.7	85.9	65.1	48.7	81.4
Zambézia	70.3	53.2	85.2	61.4	40.4	80.6
Tete	66.8	50.0	81.0	59.2	42.0	76.1
Manica	57.7	38.5	73.9	45.4	24.2	64.5
Sofala	56.2	35.9	74.8	52.7	28.4	72.2
Inhambane	54.2	35.1	66.4	46.5	27.0	57.9
Gaza	52.7	35.8	63.0	47.4	31.1	55.9
Maputo	34.3	20.2	45.9	28.6	16.6	38.0
Maputo Cidade	15.0	7.1	22.6	15.1	7.5	22.0

Fonte: II RGP97, 1997 e IAF 2002/3.

A província de Cabo Delgado é a que apresenta taxa de analfabetismo mais elevada, enquanto que Maputo Cidade ostenta a menor, tanto em 1997 como em 2002/3. Com a excepção de Maputo Cidade, em todas as províncias registou-se uma redução da taxa de analfabetismo de 1997 a 2002/3. Em Maputo Cidade não existem diferenças significativas entre as taxas dos dois períodos de referência.

7.3 Nível de Ensino Concluído

No Quadro 7.3 mostra-se a distribuição percentual da população por nível de ensino concluído, segundo a idade. Observa-se que a percentagem da população com algum nível de ensino concluído tende a aumentar gradualmente, entre 1997 e 2002/3. Contudo, a percentagem de pessoas sem algum nível concluído continua sendo muito elevada (72.1%), apesar de se notar um ligeiro decréscimo comparativamente a 1997.

QUADRO 7.3: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS POR NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO, SEGUNDO IDADE, MOÇAMBIQUE, 1997 e 2002/3

Idade	Nível de ensino concluído										
	1997						2002/3				
	Nenhum	EP1	EP2	Secundário e +	Desc.	Total	Nenhum	EP1	EP2	Secundário e +	Total
Total	78.4	13.1	5.7	2.5	0.3	100.0	72.1	16.4	7.5	3.9	100.0
15-19	74.2	17.8	6.7	1.0	0.4	100.0	62.6	24.8	11.2	1.4	100.0
20-29	73.2	15.0	8.0	3.4	0.4	100.0	67.6	17.0	9.9	5.5	100.0
30-39	74.9	13.8	6.6	4.4	0.3	100.0	69.0	18.0	7.3	5.7	100.0
40-49	84.4	9.9	3.1	2.4	0.1	100.0	78.2	11.9	5.7	4.2	100.0
50-59	90.3	7.2	1.4	1.0	0.0	100.0	84.6	10.3	2.5	2.5	100.0
60+	94.2	4.7	0.7	0.4	0.0	100.0	92.2	6.4	0.7	0.7	100.0

Fonte: II RGPH, 1997 e IAF 2002/3.

De mencionar, porém, que a categoria Nenhum nível não significa não ter frequentado uma escola. Algumas pessoas que frequentam a escola e que ainda não concluíram algum nível do Sistema Nacional de Educação ou a Alfabetização, por exemplo, os estudantes que ainda não concluíram o Ensino Primário do 1º Grau estão integrados nesta categoria.

Note-se, no entanto, que é visível o esforço que tem sido feito pelo Governo e sociedade civil na extensão da rede escolar, em particular para ensino básico, visto que a proporção de adolescentes de 15 a 19 anos que concluíram o EP1 ou o EP2 cresceu consideravelmente de 1997 a 2002/3. Entre as pessoas com 20 anos e mais, verifica-se também um aumento da proporção das que concluíram os diferentes níveis de educação.

Importa referir que durante o período de 1997 a 2002, o MINED⁷ registou-se um aumento substancial de escolas do EP1 e do EP2. O número de escolas secundárias, sobretudo as do 1º Ciclo, teve também um acréscimo significativo.

Analisando os dados por área de residência (Quadro 7.4), constata-se que a melhoria em termos de nível concluído é mais célere na área urbana que na rural. Na primeira, em 1997 havia 54.1% de pessoas de 15 anos e mais sem nível algum concluído e em 2002/3 a percentagem reduziu para 46.8%. Os dados da área rural mostram uma redução de 88.8% para 85.4%, respectivamente.

O ritmo de ascensão do número de pessoas com algum nível concluído difere duma província para outra. Maputo Província regista maior amplitude de redução na proporção de pessoas sem nível de ensino concluído, seguindo-se as Províncias de Gaza e Manica.

Dum modo geral, verifica-se um aumento na proporção de pessoas com algum nível concluído. Porém a magnitude deste aumento difere de província para província. As províncias de Gaza e Maputo revelam um aumento substancial da proporção de pessoas de 15 anos e mais que concluíram o EP1 e o EP2, respectivamente e a província de Cabo Delgado lidera a lista das províncias que manifestam aumento mais significativo de população adulta que concluiu o Ensino Secundário.

⁷ MINED, Direcção de Planificação- Levantamento Escolar 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002

QUADRO 7.4: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS POR NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA, MOÇAMBIQUE, 1997 e 2002/3

Área de residência e Províncias	1997						2002/3				
	Nenhum	Primário 1º Grau	Primário 2º Grau	Secundário e mais	Desconhecido	Total	Nenhum	Primário 1º Grau	Primário 2º Grau	Secundário e mais	Total
Total	78.4	13.1	5.7	2.5	0.3	100.0	72.1	16.4	7.5	3.9	100.0
Área de Residência											
Urbana	54.1	23.9	13.9	7.1	0.9	100.0	46.8	26.2	17.2	9.8	100.0
Rural	88.8	8.5	2.1	0.6	0.0	100.0	85.4	11.3	2.5	0.8	100.0
Províncias											
Niassa	82.9	10.9	4.2	1.8	0.2	100.0	77.2	14.6	5.0	3.3	100.0
Cabo Delgado	86.5	9.1	3.1	1.2	0.1	100.0	81.8	8.3	5.9	4.1	100.0
Nampula	85.9	8.9	3.6	1.5	0.1	100.0	79.7	12.7	4.9	2.8	100.0
Zambézia	86.4	9.3	3.1	1.0	0.1	100.0	80.9	14.0	3.1	2.0	100.0
Tete	84.1	9.6	4.3	1.9	0.1	100.0	81.3	10.9	5.5	2.3	100.0
Manica	76.8	14.1	6.4	2.5	0.2	100.0	68.3	18.6	9.2	3.9	100.0
Sofala	72.9	14.9	8.1	3.5	0.6	100.0	69.7	18.9	7.9	3.5	100.0
Inhambane	78.5	15.2	4.8	1.4	0.2	100.0	73.4	16.1	8.5	2.1	100.0
Gaza	79.7	14.1	4.5	1.5	0.2	100.0	70.3	20.7	6.8	2.1	100.0
Maputo	60.1	23.7	10.8	4.9	0.6	100.0	48.7	27.8	17.6	6.0	100.0
Maputo Cidade	37.3	30.5	18.7	11.9	1.6	100.0	31.4	31.2	21.2	16.1	100.0

Fonte: II RGPH, 1997 e IAF 2002-03.

7.4 Relação entre Educação e Nível de Despesas

Os resultados do presente inquérito demonstram que existe uma relação directa entre o nível de educação e o nível de despesas. Em geral, as famílias tidas como “pobres” tendem a ter um nível educacional mais baixo. Isso deve-se ao limitado acesso que essas pessoas têm à educação. Poucos são os que vão à escola no seio dessas famílias e, consequentemente, poucos têm possibilidade de possuir habilitações literárias elevadas.

Importa salientar que de um modo geral, as crianças de famílias pobres têm limitado acesso à educação. Um estudo realizado no Brasil mostrou que a frequência escolar aumenta com o crescimento da renda familiar⁸. Maior parte das crianças fora da escola pertencem a famílias com baixa renda familiar.

Nesta secção apresenta-se a relação entre a educação e o nível de despesas através de três indicadores: taxa de analfabetismo, nível de ensino concluído e taxas de escolarização.

7.4.1 Taxa de Analfabetismo e Nível de Despesas

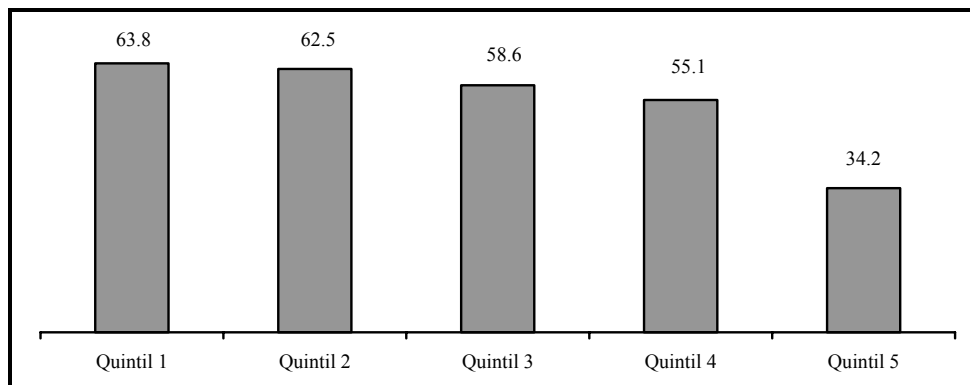
Como se pode observar no Gráfico 7.1, a taxa de analfabetismo mostra uma relação inversa com o nível de despesas, pois à medida que se passa de um quintil para o imediato, a proporção de pessoas analfabetas reduz consideravelmente.

A maior redução verifica-se na passagem do 4º para o 5º quintil de despesas. O 5º quintil corresponde à proporção da população (20%) considerada relativamente “mais rica” em comparação com a dos quintis anteriores. A passagem de um para outro quintil traduz-se em

⁸ Estudo realizado por Lígia Maria Vasconcellos com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, período entre 1981 e 1999. Esta informação foi retirada da internet: www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u13818.shtml

aumento da capacidade de realização de despesas, pois o 1º quintil correspondente à proporção da população com menor valor de despesas per capita. Passando deste quintil para os seguintes, o valor das despesas per capita vai aumentando de forma gradual. E quanto maior for a capacidade de efectivação de despesas, menor é a taxa de analfabetismo.

GRÁFICO 7.1: TAXA DE ANALFABETISMO SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESAS, MOÇAMBIQUE, 2002-3

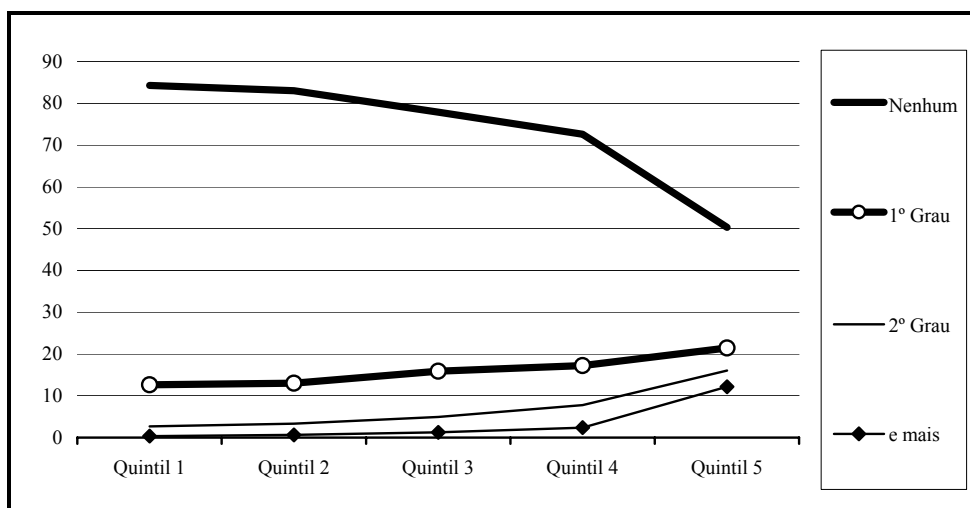


7.4.2 Nível de Ensino Concluído e Nível de Despesas

O nível de ensino concluído aparenta ter influência no nível de despesas, já que quanto mais elevado for, maior é o valor das despesas per capita. Por outro lado, como foi anteriormente mencionado, crianças provenientes de famílias pobres têm menor acesso à educação e, consequentemente, menor possibilidade de atingir níveis elevados de educação.

No Gráfico 7.2, mostra-se a relação entre o nível de ensino concluído e quintíis de despesas. Como se pode observar e à semelhança do que foi mencionado em relação à taxa de analfabetismo, é no 5º quintil onde existe a menor proporção de pessoas sem nível algum concluído. Inversamente, é também neste quintil onde existe a maior proporção de pessoas com algum nível de ensino concluído. Maior destaque incide na proporção de pessoas que concluíram o ensino secundário ou nível subsequente a este, pois verifica-se um salto quantitativo do 4º ao 5º quintil (de 2.4% para 12.2%).

GRÁFICO 7.2: PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS POR NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO, SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESAS, MOÇAMBIQUE, 2002/3



No concernente ao EP2, observa-se também um salto quantitativo, mas não tão elevado como o anterior. Note-se que para o ensino secundário e mais, ao passar do 4º para o 5º quintil, a proporção de pessoas que conclui o nível de ensino aumenta mais de 5 vezes, aproximadamente, enquanto que para o EP2, é mais que o dobro (de 7.8% para 16%). Importa mencionar ainda que, dum modo geral, entre os que concluíram algum nível de ensino, a maioria concluiu o EP1 e a diferença entre a proporção dos que concluíram o ensino primário e a dos que concluíram os restantes é muito saliente nos primeiros quatro quintís, notando-se uma grande redução desta diferença no 5º quintil.

7.4.3 Taxas de Escolarização e Nível de Despesas

A maior concentração de pessoas sem nível algum concluído observa-se nos dois primeiros quintís. É ainda nestes dois quintís onde se verifica a menor proporção de pessoas que concluíram os diferentes níveis. Isso equivale a dizer que os que têm menor gasto per capita são os que maior dificuldade têm de concluir algum nível de ensino.

Estudos realizados nalguns países revelaram que as crianças e jovens dos segmentos mais ricos são os que mais tempo permanecem na escola e gozam de amplo acesso a níveis de escolaridade cada vez mais elevados. Contrariamente, as crianças e jovens dos segmentos mais pobres da sociedade permanecem menos tempo na escola, vendo-se nalguns casos obrigados a desistir para procurar emprego para suprir a exiguidade da receita familiar, no caso dos rapazes, ou para casar, no caso das meninas, em particular nas regiões onde o casamento precoce é prática comum.

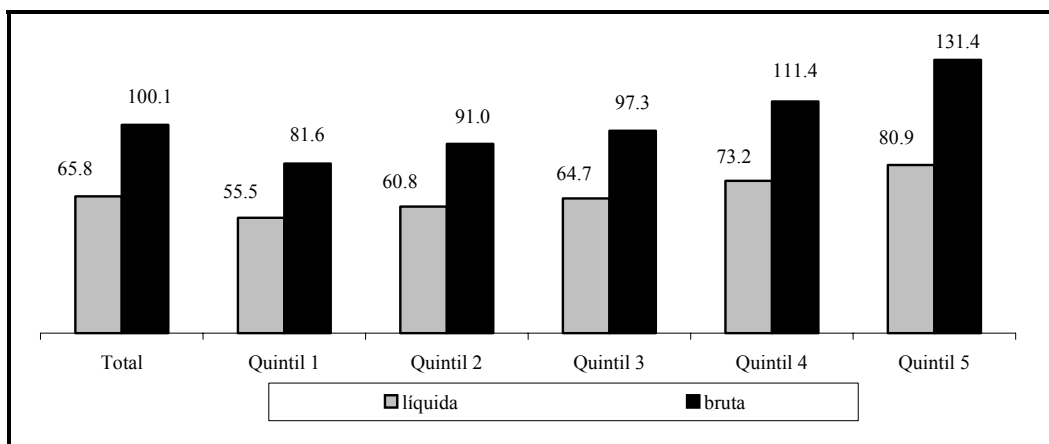
O acesso à educação no País tem vindo a aumentar, se tomarmos em consideração a evolução temporal dos indicadores de cobertura do sistema educativo: as taxas de escolarização. As taxas de escolarização classificam-se em brutas líquidas ou específicas. A taxa bruta de escolarização corresponde à proporção de alunos frequentando um determinado nível sobre a população com idade oficial para frequentar esse nível. Assim, por exemplo, a taxa bruta de escolarização do EP1 equivale à proporção de alunos do EP1 em relação à população de 6 a 10 anos.

A taxa líquida de escolarização é a proporção de alunos com idade oficial para frequentar um determinado nível, sobre a população com essa respectiva idade. Por exemplo, a taxa líquida de escolarização do EP1 indica a proporção de alunos dos 6 a 10 anos em relação à população correspondente a esse grupo etário.

De notar que, de acordo com o Censo de 1997, a taxa bruta de escolarização para o nível primário completo era de 66.8% e apenas na área urbana ultrapassava os 100%. De acordo com os dados do actual inquérito (vide Gráfico 7.3), a referida taxa ascendeu a 100.1% no total, revelando-se, contudo, mais baixa entre as mulheres (92.8%) comparativamente aos homens (107.3%). Importa mencionar que uma taxa bruta acima dos 100% indica a existência de alunos com idade superior à considerada oficial para o nível, neste caso, alunos com idade superior a 12 anos de idade.

O ensino Secundário denota também um aumento gradual da respectiva taxa bruta de escolarização, passando de 6.9% em 1997 para 16.8% em 2002-3, cifra superior ao dobro da anterior.

GRÁFICO 7.3: TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO (1ª À 7ª CLASSES), SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESAS, MOÇAMBIQUE, 2002-3

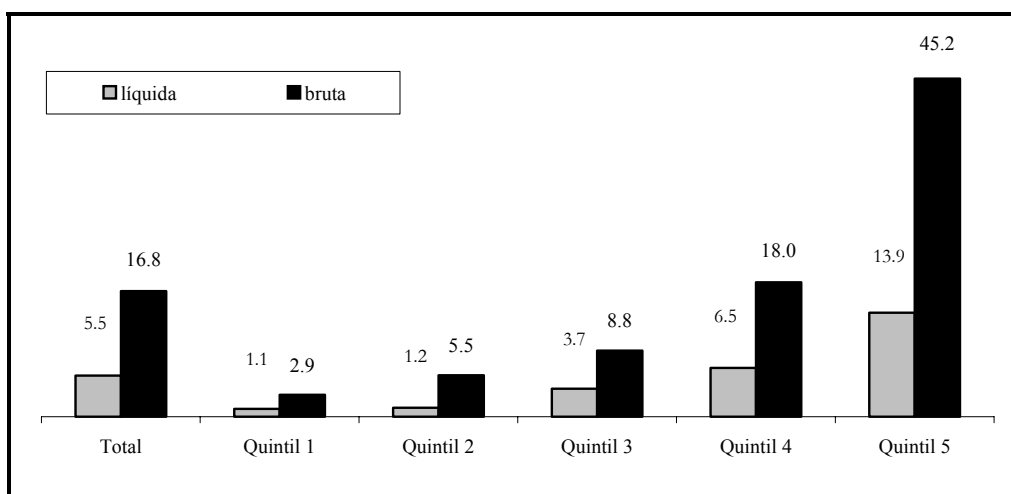


Estudos realizados nalguns países demonstram que existe uma relação positiva entre a taxa da escolarização e a receita familiar. Contudo, neste relatório essa relação será feita de forma indirecta, usando o nível de despesas, tendo em consideração que estas são feitas dentro dos limites do rendimento familiar.

Observando os Gráficos 7.3 e 7.4 constata-se a existência de uma relação positiva entre a taxa de escolarização e o nível de despesas, visto que quanto maior este for, maior é a taxa. Isto significa que as crianças e jovens dos primeiros quintís têm menor possibilidade de frequentar a escola, comparativamente às crianças e jovens dos últimos quintís.

Para o caso do Ensino Primário, apenas as taxas brutas correspondentes ao 4º e 5º quintís são superiores a 100% e acima da cifra da taxa total. No Ensino Secundário observa-se uma tendência similar, mas com uma particularidade: a taxa bruta de escolarização correspondente ao 5º quintil é muito superior ao dobro a do quintil anterior. Note-se também que para o Ensino Primário a diferença entre as taxas apuradas para estes dois últimos quintís não é tão elevada.

GRÁFICO 7.4 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO (8ª À 12ª CLASSES), SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESAS, MOÇAMBIQUE, 2002-3



Comprovando o que foi anteriormente afirmado em relação ao nível concluído, constata-se que a população que faz parte dos dois primeiros quintís têm menor probabilidade de frequência do ensino secundário, pois as respectivas taxas de escolarização são demasiado baixas, em particular no que concerne à taxa líquida, que se apresenta muito inferior à taxa total.

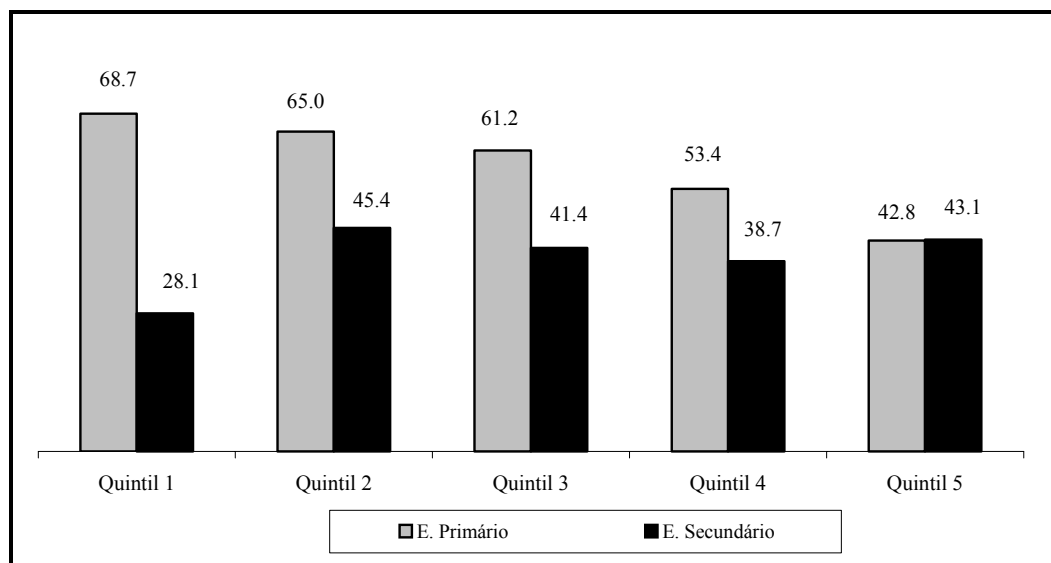
7.5 Problemas dos Alunos na Escola

O questionário do IAF 2002/3 inclui também perguntas para obter a percepção dos alunos sobre as condições das infra-estruturas escolares, qualidade do ensino, disponibilidade de material escolar e de professores, entre outros aspectos. O questionário permitia múltiplas respostas, por este motivo as percentagens de cada alternativa representam universo independente. Isto quer dizer, que não se deve somar as percentagens das alternativas.

No Gráfico 7.5 apresenta-se os resultados do inquérito por quintis de despesas. Nota-se que o grau de insatisfação dos alunos varia segundo o quintil de despesas. Para o caso do Ensino Primário, o grau de insatisfação dos alunos vai reduzindo do primeiro ao último quintil. Em relação ao Ensino Secundário, embora do primeiro ao último quintil, a tendência seja de insatisfação crescente, é no 2º quintil onde se observa a maior proporção de alunos insatisfeitos.

Uma proporção considerável de alunos declarou ter alguns problemas com a escola. Mais de 58% de alunos do Ensino Primário (1ª a 7ª classes) e 41,6% dos do Ensino Secundários declararam-se insatisfeitos com a escola.

GRÁFICO 7.5 PERCENTAGEM DE ALUNOS INSATISFEITOS COM A ESCOLA POR NÍVEL DE ENSINO, SEGUNDO QUINTIS DE DESPESAS, MOÇAMBIQUE, 2002-3



As principais causas de insatisfação que os alunos apresentaram são as seguintes: falta de materiais, instalações em más condições e a falta de livros. De referir que tanto para os alunos do Ensino Primário (70.1%) como para os do Secundário (61.2%), o primeiro motivo apontado é a falta de materiais (Quadro 7.4). O segundo e o terceiro motivos evocados diferem de acordo com o nível de ensino. Enquanto os alunos do Ensino Primário apontaram, em segundo lugar, as instalações como motivo de insatisfação (61.4%), os do Ensino Secundário indicaram a falta de livros (36.0%).

QUADRO 7.4: PERCENTAGEM DE ALUNOS INSATISFEITOS COM A ESCOLA POR CAUSAS DA INSATISFAÇÃO E NÍVEL DE ENSINO, SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESAS, MOÇAMBIQUE, 2002-3

Quintis de Despesas	Falta de Materiais		Falta de Livros		Falta de Professores		Instalações em Más Condições		Soborno		Outros	
	EP	ES	EP	ES	EP	ES	EP	ES	EP	ES	EP	ES
Total	70.1	61.2	28.9	36.0	20.5	13.4	61.4	20.1	5.3	14.5	3.9	3.6
Quintil 1	68.8	93.4	34.8	26.0	23.3	3.0	70.0	17.6	5.0	24.2	3.9	0.0
Quintil 2	75.4	64.6	28.5	65.5	22.2	17.4	58.6	5.7	6.0	25.7	2.1	0.0
Quintil 3	73.8	63.4	25.2	44.8	20.9	3.7	63.6	22.8	3.5	8.8	3.2	0.0
Quintil 4	68.2	66.3	25.2	50.5	19.0	8.6	59.4	16.4	6.3	12.8	4.5	1.5
Quintil 5	60.8	57.5	30.5	26.6	14.8	16.7	52.4	16.4	6.2	14.5	6.8	5.5

Importa mencionar que a falta de materiais é mais evidente entre os alunos do Ensino Secundário integrados no 1º quintil (93.4%), comparativamente aos que se enquadram nos restantes. Nestes, a proporção de alunos que mencionaram a falta de materiais varia de 57.5% a 66.3%.

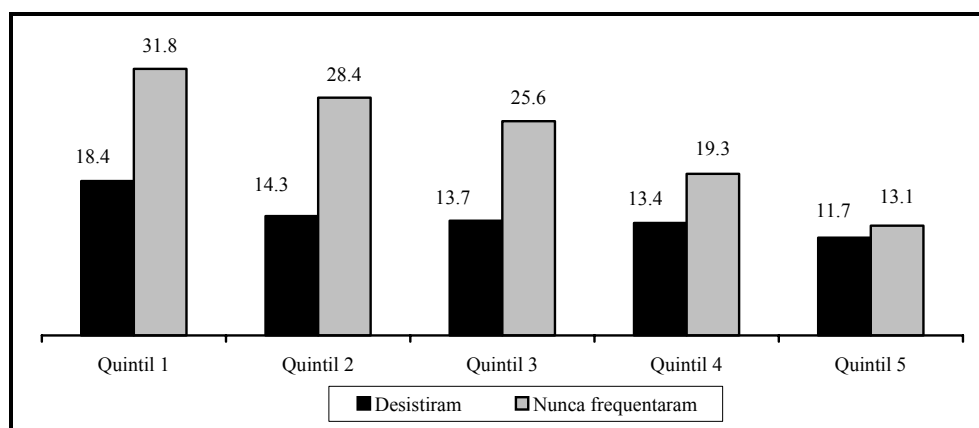
Tendência similar verifica-se em relação às instalações, para o caso dos alunos do Ensino Primário: maior proporção de alunos que declarou como principal problema as más condições das instalações encontra-se no 1º quintil (70.0%). De referir, ainda, que as más instalações são mais frequentes no Ensino Primário do que no Secundário, enquanto que o suborno é mais frequente no Ensino Secundário (14.5%) do que no Primário (5.3%).

7.6 Frequência Escolar de Crianças de 6 a 17 Anos

A maior parte das crianças desta faixa etária encontra-se a estudar. Contudo, 24.1% das crianças nunca foram à escola. Esta situação é mais frequente na área rural (29.4%) e na região Norte (32.7%). As Província de Niassa (38.8%), Tete (34.6%) e Nampula são as que apresentam maior proporção de crianças que nunca frequentaram a escola.

Aquando do inquérito, uma proporção considerável de crianças de 6 a 17 (14.3%) afirmou ter frequentado a escola no ano anterior. Contudo, na altura da entrevista já não frequentava, ou seja, que havia desistido de estudar.

GRÁFICO 7.6 PERCENTAGEM DE CRIANÇAS DE 6 A 17 ANOS POR CONDIÇÃO DE FREQUÊNCIA ESCOLAR, SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESAS, MOÇAMBIQUE, 2002-3



No Quadro 7.6 mostra a distribuição percentual de crianças de 6 a 17 anos fora do sistema de ensino por principais causas.

**QUADRO 7.5: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CRIANÇAS DE 6 A 17 ANOS QUE
ALGUMA VEZ FREQUENTARAM A ESCOLA POR CAUSAS PARA NÃO ESTAREM
ACTUALMENTE A FREQUENTAR, SEGUNDO SEXO E QUINTÍS DE
DESPESAS, MOÇAMBIQUE, 2002-3**

Sexo e Quintís de despesas	Causas Para Actualmente não Estarem Inscritas										Total
	Nível não existe	Falta de vagas	Distância	Escola é cara	Trabalha	De nada serve	Reprovou	Casou-se	Gravidez	Outra	
Total	1.9	3.6	7.8	24.6	3.8	31.3	1.6	4.8	1.4	19.3	100.0
Homem	2.4	3.8	7.7	27.0	4.0	31.8	2.4	0.3	0.0	20.7	100.0
Mulher	1.5	3.4	7.8	22.0	3.5	30.7	0.7	9.6	3.0	17.8	100.0
Quintil 1	1.7	1.5	7.7	34.6	2.0	24.4	2.4	3.4	0.1	22.0	100.0
Quintil 2	2.4	5.5	7.6	24.0	1.6	30.5		4.6	1.5	20.4	100.0
Quintil 3	2.9	3.7	8.1	16.6	3.8	40.9	0.7	4.5	1.8	17.0	100.0
Quintil 4	2.0	2.5	6.3	23.8	3.4	30.0	1.9	8.4	2.1	19.4	100.0
Quintil 5	0.4	5.5	9.2	20.2	9.5	32.6	0.5	3.1	2.2	16.6	100.0

Como se pode observar, a evasão escolar e a não frequência da escola são mais comuns no seio de crianças que se enquadram no 1º quintil de despesas (18.4% abandonaram e 31.8% nunca frequentaram a escola). Entre as razões apresentadas para a desistência escolar figuram, com maior frequência, que a escola “de nada serve” (31.3%) e que é “cara” (24.6%) e “outros” motivos diferente dos listados no questionário (19.3%).

Analisando os dados por sexo, as causas apresentadas são similares às acima mencionadas. Porém, há que salientar que o casamento têm maior peso na desistência entre as mulheres comparativamente aos homens.

De referir que as crianças integradas no 1º e 2º quintís parecem ser mais susceptíveis de desistir dos estudos por motivos financeiros, comparativamente às dos restantes três quintís. Todavia, as que se encontram no 4º quintil evidenciam também certa influência dos encargos financeiros na sua condição de frequência escolar, situação para a qual se torna difícil avançar alguma explicação.

A distância casa-escola aparenta ter algum peso no abandono escolar (7.8%) e, embora haja poucos casos, a falta de vagas também tem alguma influência na desistência escolar (3.6%).

8 SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

8.1 Introdução

Tal como a educação, a saúde constitui um direito fundamental dos cidadãos, portanto o acesso à infra-estruturas e a informação são cruciais para manter a população sã. O IAF 2002/3 recolheu informação que permite determinar o acesso às infra-estruturas de saúde, o grau de satisfação dos utentes e o tipo de agente consultado (uso), entre outros aspectos. O questionário permitia múltiplas respostas, por este motivo as percentagens de cada alternativa representam universo independente. Isto quer dizer, que não se deve somar as percentagens das alternativas.

Considerou-se que uma pessoa necessita de cuidados de saúde toda aquela que, no período de referência, esteve doente ou ferida. Quanto ao uso, foram consideradas as pessoas que consultaram um agente da saúde, uma unidade sanitária ou um curandeiro nas duas semanas anteriores ao inquérito, independentemente se estiveram doentes ou não. Para a definição da *satisfação* de cuidados de saúde foram consideradas as pessoas que havendo consultado um agente da saúde, uma unidade sanitária ou um curandeiro, afirmaram que não tiveram nenhum problema (quer dizer, ficaram satisfeitas com serviço prestado).

8.2 Acesso, Utilização e Satisfação aos Serviços de Saúde

De acordo com os resultados do inquérito, 15.9% dos inquiridos estiveram doentes ou feridas na semana de referência, isto é, tiveram necessidade de consultar um agente de saúde. No mesmo quadro mostra-se também que apenas 36.1% da população tem fácil acesso a uma unidade sanitária, ou seja, reside a menos de 30 minutos. Observa-se que a população residente na área urbana tem maior acesso às unidades sanitárias (68.1%) comparativamente à da zona rural (20.9%).

Analisando os dados por província, constata-se que Maputo Cidade (75.2%), Maputo Província (69.4%) e Gaza (54.7%) são as províncias com maior acesso a infra-estruturas de Saúde. As províncias menos beneficiadas são Inhambane (21.1%) e Zambézia (21.5%). Importa referir, contudo, que nas províncias de Tete, Manica e Niassa a proporção de pessoas com acesso a infra-estruturas de saúde é inferior a 30%.

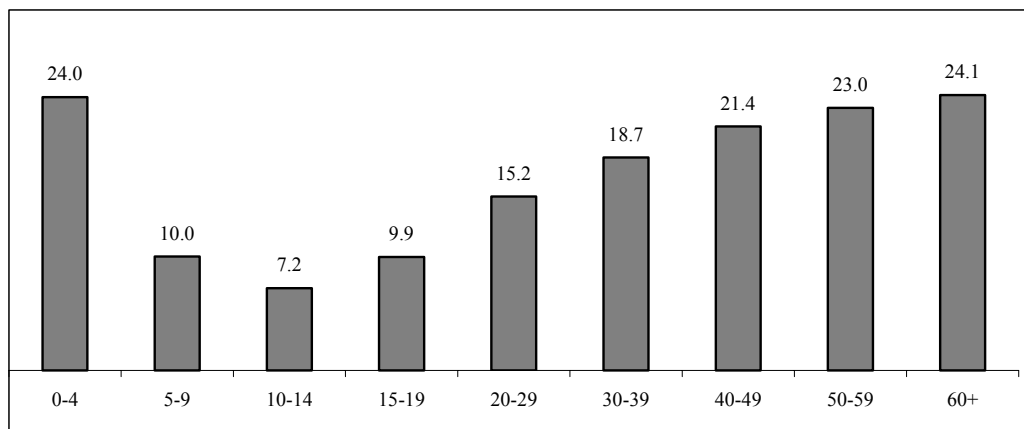
Os dados mostram também diferenciais por nível de educação e por nível de despesas, denotando uma relação positiva entre estes e o acesso a uma unidade sanitária. As pessoas sem nível educacional concluído e as que estão integradas no primeiro quintil de despesas são as que manifestam menor acesso a infra-estruturas de saúde.

**QUADRO 8.1: POPULAÇÃO POR INDICADORES DE SAÚDE, SEGUNDO
CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, MOÇAMBIQUE, 2002/3**

Características seleccionadas	Acesso	Necessidade	Uso	Satisfação
Total	36,1	15,9	10,9	62,4
Área de residência				
Rural	20,9	17	10,8	61,9
Urbano	68,1	13,5	11,3	63,4
Províncias				
Niassa	29,7	11,8	9,2	67,2
Cabo Delgado	35,6	19,1	12,5	50,4
Nampula	35,3	20	11,4	66
Zambézia	21,5	17,6	11,4	50,6
Tete	26,9	17,5	10,5	60,1
Manica	28,1	11,8	9,2	67,5
Sofala	38,9	16,5	14,6	74,2
Inhambane	21,2	13,4	9,8	74,5
Gaza	54,7	11,6	9,8	71,9
Maputo Província	69,4	11,5	9,2	65,3
Maputo Cidade	75,2	10,6	8,9	54,1
Quintis de despesas				
Quintil 1	23,4	15,4	9,1	64,7
Quintil 2	30,2	15,7	10,2	62,4
Quintil 3	30,3	16	10,6	59,1
Quintil 4	40,3	16,6	11,6	64,2
Quintil 5	56,1	15,9	13,2	61,8
Nível de educação do chefe				
Nenhum	27,5	16,7	10,8	62,1
Primário do 1º grau	47,7	14,6	11	65,5
Primário do 2º grau	62,4	15	12,1	61,2
Secundário e mais	70,8	11,6	10,5	56,2
Outros	12,9	18,3	21,8	100

No Gráfico 8.1 apresenta-se a distribuição da população doente por idade. Observa-se que houve maior incidência de doença entre os menores de 5 anos (24%) e indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos (24.1%). Na verdade, a incidência diminuiu em idades compreendidas entre 5 e 29 anos, mas a partir dos 30 anos volta a aumentar.

GRÁFICO 8.1 PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE ESTEVE DOENTE NAS DUAS SEMANAS ANTERIORES AO INQUÉRITO, SEGUNDO IDADE, MOÇAMBIQUE, 2002/3



Nem todas as pessoas que declararam ter estado doentes foram a unidade sanitário ou curandeiro, ou seja, fizeram uso dos serviços de saúde. Apenas 10.9% da população consultou um agente ou instituição de saúde. De referir que o uso dos serviços de saúde foi medido a partir da resposta afirmativa sobre a consulta a um agente ou instituição de saúde nas duas semanas que antecederam a entrevista. As cifras apresentadas correspondem a percentagem de pessoas que consultaram um agente ou instituição de saúde nesse período de referência.

A percentagem de pessoas que fizeram uso dos serviços de saúde não revela diferenças significativas por área de residência. Mas quando se combina o uso e a necessidade, nota-se que enquanto na área urbana a percentagem dos que necessitavam (13.5%) se distancia pouco da dos que fizeram uso dos serviços de saúde (11.3%). Na área rural, onde a percentagem dos que necessitavam era elevada (17.4%) que na urbana, a discrepância entre a necessidade e o uso é relativamente maior. As províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete também manifestam disparidades acentuadas entre a necessidade e o uso dos serviços de saúde.

8.3 Tipo de Agente Consultado

No que concerne ao tipo de agente ou instituição consultados, o Posto de Saúde (36.9%), o Centro de Saúde (31.7%) são as instituições que ostentam percentagens mais elevadas. O terceiro agente mais consultado é o curandeiro (14.5%), seguindo-se-lhe o Hospital (11.1%). A clínica privada (0.9%), o médico privado (1.0%) e a Farmácia foram as instituições ou agentes menos consultados (vide Quadro 8.2).

Examinando os dados por sexo verifica-se que as duas instituições mais consultadas foram o Posto e o Centro de Saúde e em terceiro lugar o curandeiro. Aspecto digno de menção é que, embora a percentagem seja muito reduzida, quase insignificante, o médico privado é mais consultado por homens (1.6%) que por mulheres (0.5%).

A análise na óptica da área de residência mostra que enquanto na rural maior parte vai para o Posto de Saúde (42.4%), na urbana, o Centro de Saúde é a instituição mais frequentada (36.5%). Outra constatação importante e evidente é que na área urbana o Hospital (25.9%) tem uma frequência muito maior do que na rural (3.8%), enquanto que nesta, o curandeiro ganha mais peso (18.9%) que na anterior (5.4%). Esta situação pode ser explicada pelo facto de a maior parte dos hospitais situar-se nos meios urbanos. Na área rural, as unidades sanitárias mais frequentes são os postos de saúde. Por outro lado e como foi já mencionado anteriormente, na área rural o acesso a uma unidade sanitária é muito limitado, pois cerca de 40% dos agregados familiares leva duas horas ou mais a chegar à unidade sanitária mais próxima.

QUADRO 8.2: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO QUE CONSULTOU UM AGENTE DE SAÚDE POR TIPO DE AGENTE CONSULTADO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, MOÇAMBIQUE, 2002/3

Características Seleccionadas	Posto de Saúde	Centro de Saúde	Hospital	Clínica Privada	Farmácia	Medi/dent privado	Curandeiro	Outros	Total
Total	36,9	31,7	11,1	0,9	1,1	1	14,5	2,9	100
Sexo									
Homem	35,8	31,2	11,1	0,8	1	1,6	15,6	2,9	100
Mulher	37,7	32	11	1	1,1	0,5	13,6	2,9	100
Área de residência									
Rural	42,4	29,3	3,8	0,3	0,4	1,3	18,9	3,7	100
Urbano	25,7	36,5	25,9	2,2	2,4	0,6	5,4	1,4	100
Províncias									
Niassa	55,3	18,8	8,6	4,4	0,3	0	11,8	0,8	100
Cabo Delgado	27,8	41	11,2	0	0,2	0	16,3	3,5	100
Nampula	43,1	26,9	8,9	0	0	0,4	18,7	2	100
Zambézia	41	25,1	4,1	0,4	0	1,7	26	1,7	100
Tete	23,9	51,9	6,6	0,2	0	2,3	11,9	3,1	100
Manica	37,5	30,8	17,3	0,1	0,7	0,6	6,9	6,1	100
Sofala	29,8	40,7	17,8	1	0,6	1,3	6,2	2,6	100
Inhambane	48,1	15,8	7,1	1,2	1	1,5	13,9	11,3	100
Gaza	40,6	34,9	12,5	0	3,2	1,8	6,1	1	100
Maputo Província	30,3	41,1	15,4	2,2	5,2	0,3	4,7	0,8	100
Maputo Cidade	17,2	28,8	34,5	7,7	8,4	0,6	0,9	1,8	100
Quintís de despesas									
Quintil 1	42	34,2	5,3	0,4	0,1	0,6	14,1	3,2	100
Quintil 2	43,3	30,4	6,7	0,4	0,5	0,7	14,6	3,4	100
Quintil 3	40,5	28,3	7,5	0,4	0,6	1	19,1	2,6	100
Quintil 4	32,9	33,7	12	0,8	1,3	1	15	3,3	100
Quintil 5	28,9	31,8	20,5	2,4	2,2	1,7	10,5	2,1	100
Nível de educação do chefe									
Nenhum	39,4	29,7	6,8	0,7	0,6	1	18	3,7	100
Primário do 1º grº	35,7	33,7	16,8	0,6	1,4	1	9,3	1,5	100
Primário do 2º grº	27,2	34,9	25	2	3	0,9	5,8	1,2	100
Secundário e mais	22,3	44,9	25,6	3	2,6	1,1	0,4	0,2	100
Outros	49,9	31,9	15,9	0	2,3	0	0	0	100

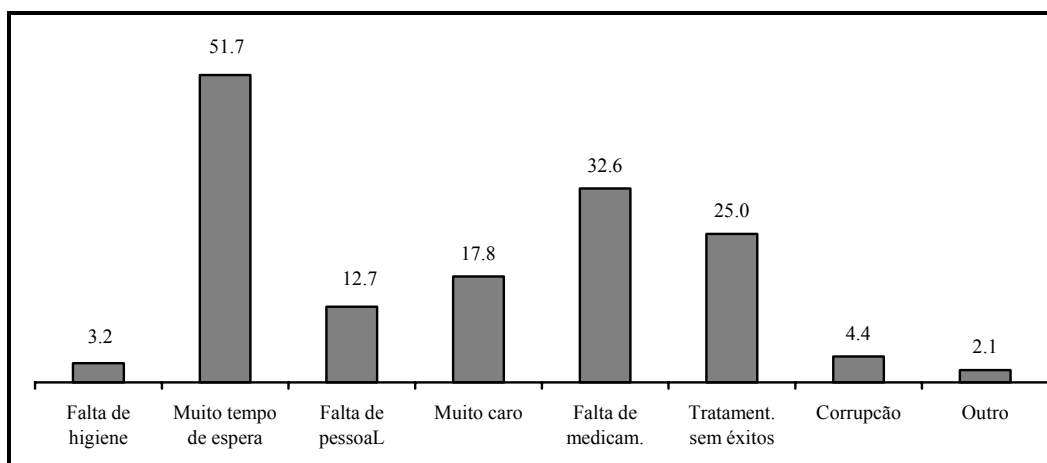
Um exame dos dados por província confirma o facto de os hospitais serem mais frequentes nas áreas urbanas, Maputo Cidade exibe maior percentagem de pessoas que consultaram um hospital (34.5%) e este ocupa o primeiro lugar na lista de cidadãos que consultaram algum agente ou instituição sanitária, seguindo-se-lhe o Centro de saúde (28.8%). A percentagem de pessoas que consultaram o curandeiro em Maputo Cidade é inferior a 1%. Importa mencionar que a Província de Zambézia é a que ostenta maior percentagem de pessoas nessa situação (26%). Outro aspecto digno de menção é que no 4º (12%) e no 5º quintis (20.5%) figura percentagem elevada de pessoas que consultaram o hospital comparativamente à dos primeiros três quintis. Note-se ainda que a percentagem de pessoas que consultaram o curandeiro tem uma relação negativa com o nível educacional do chefe do agregado familiar, pois diminui à medida que se eleva o nível educacional deste.

8.4 Problemas Tidos nas Consultas

A maioria das pessoas que consultaram um agente de saúde manifestaram satisfação em relação aos serviços prestados (62.4%). No entanto, 37.6% dos que beneficiaram desses serviços não ficaram satisfeitos com a assistência prestada

As razões mais evocadas para a insatisfação foram, por ordem decrescente: muito tempo de espera (51.7%), falta de medicamentos (32.6%), tratamentos sem êxito (25%), muito caro (17.8%) e falta de pessoal (12.7%). A corrupção (4.4%) e a falta de higiene (3.2%) foram os motivos menos citados.

GRÁFICO 8.3: PERCENTAGEM DE PESSOAS INSATISFEITAS COM OS SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS SEGUNDO RAZÕES, MOÇAMBIQUE, 2002/3



Analisando os dados por área de residência e por província (vide Quadro 8.3) constata-se que, embora as cifras sejam diversificadas, as três primeiras razões continuam a ser o demasiado tempo de espera, a falta de medicamentos e o tratamento sem êxito. Importa salientar, contudo, que o facto de a consulta ser cara tem maior peso nos primeiros três quintís, onde a percentagem varia de 18.1% a 22.7%. No 4º e 5º quintís a percentagem é inferior a 15%.

Outra constatação importante no que concerne ao preço elevado das consultas prende-se ao tipo de agente consultado: os que consultaram o Clínica/Médico privado e Farmácia indicaram o preço como primeira causa de insatisfação (80.4% e 75.5%, respectivamente).

Os que consultaram um curandeiro colocam em primeiro plano o *tratamento sem êxito* (44.7%) e o preço elevado (44.3%).

A corrupção denota ter maior peso na Província da Zambézia (11.3%), comparativamente às restantes. A Província de Gaza (6.2%) apresenta também uma percentagem de pessoas que indicaram a corrupção que é superior à média nacional. Nas Província de Tete, Nampula e Inhambane a percentagem dos que citaram a corrupção é insignificante.

QUADRO 8.3: PERCENTAGEM DE PESSOAS INSATISFEITAS E CAUSAS DA INSATISFAÇÃO SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, MOÇAMBIQUE, 2002/3

Características Seleccionadas	Insatisfeitas	Falta de higiene	Muito tempo de espera	Falta de pessoal	Muito caro	Falta de medicamentos	Tratamento sem êxito	Corrupção	Outros
Total	37,6	3,2	51,7	12,7	17,8	32,6	25	4,4	2,1
Sexo									
Homem	38,5	3,7	47,9	13,4	18,9	31	22,7	4,4	1,9
Mulher	37	2,9	54,7	12,2	16,9	33,9	26,8	4,4	2,2
Área de residência									
Rural	38,1	3,9	46,3	15,6	20,8	37,1	29,8	4,9	2,4
Urbano	36,6	1,7	63	6,7	11,5	23	14,8	3,3	1,4
Províncias									
Niassa	32,8	0,6	19,8	0,9	6,5	38	39,7	0,4	0,6
Cabo Delgado	49,6	17,3	41,9	6	21	34,8	19,8	3,4	3,5
Nampula	34	0	43	16,3	16,8	36,3	15,3	0,7	1,2
Zambézia	49,4	1,8	50,9	13,8	23,5	36,9	44,3	11,3	1,5
Tete	39,9	0,7	61,8	14	31,9	33,5	12,1	0	0
Manica	32,5	2,6	65,8	7,3	1,1	11,1	41,2	2,1	1,4
Sofala	25,8	0,7	75,1	19,8	8,3	27,5	4,7	2,3	3,8
Inhambane	25,5	3,4	30,5	27,2	15,1	51,6	8,9	0,8	1,3
Gaza	28,1	1,5	77	14,2	1,3	18,9	17,5	6,2	6,7
Maputo Província	34,7	1,9	51,8	8,3	11,1	11,8	32,4	2,3	6,1
Maputo Cidade	45,9	0	62,2	2,9	23,4	28,6	11,7	2,1	0
Quintis de despesas									
Quartil 1	35,3	4,2	58,8	24,2	21,2	49,6	32,3	11,2	0,6
Quartil 2	37,6	2,8	48,4	17,3	18,1	43,6	27,4	6,4	3,4
Quartil 3	40,9	4,9	44,8	4,8	22,7	31,9	20,2	1,2	2,2
Quartil 4	35,8	3,7	56,6	13,5	13,7	22,1	24,6	2,3	1,2
Quartil 5	38,2	1,1	51,4	8,1	14,6	22,5	22,9	2,9	2,7
Nível de educ. do chefe									
Nenhum	37,9	3,3	48,6	12,3	17,9	34,4	29,4	4,6	2,6
Primário do 1º grau	34,5	4,2	55,4	13,4	22,9	30,6	19,3	5,3	0,5
Primário do 2º grau	38,8	2,4	58,5	18,1	15,2	27	8,3	3,5	2,5
Secundário e mais	43,8	1,3	66,3	8,2	6,7	25,9	13	1	0,2
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tipo de agente consultou									
Posto de Saúde do Estado	39,4	0,7	51,7	13,5	8,2	39,8	23,9	1,7	2,8
Centro de Saúde do Estado	40,1	1,9	65,9	19,6	19,6	36,3	24,2	9,4	1,2
Hospital	38,8	2,4	70,1	6,7	12,6	18,3	11,8	2,1	1,6
Clínica Privada	31	0	22,7	0	39,6	23,2	31,5	3,3	0
Farmácia	11	7,7	16,7	0	75,5	15,4	0	0	0
Médico/Dent/Consult. Priv.	34,9	0	6,3	0	80,4	4,9	8,4	0	0
Curandeiro	30,3	14,9	6,7	1,2	44,3	8,6	44,7	2,6	3
Outros	33	10,9	15,8	0	5,9	63,6	27,9	0	0,9